



organizadora

Luciana Soares da Silva

AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NOS DISCURSOS POLÍTICO E MIDIÁTICO



organizadora

Luciana Soares da Silva

AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NOS DISCURSOS POLÍTICO E MIDIÁTICO



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D532

As representações da mulher nos discursos político e midiático / Organização Luciana Soares da Silva. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-136-9

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-136-9

1. Discurso Político. 2. Discurso Midiático. 3. Gênero. 4. Imaginários Sociodiscursivos. 5. Semiolinguística. I. Silva, Luciana Soares (Org.). II. Título.

CDD: 305.4

Índice para catálogo sistemático:

I. Discurso Político

II. Mulheres

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	benzoix, hanakaz, pch.vector, senivpetro, stockking - Freepik.com
Tipografias	Acumin, AlternateGothic, Rockwell
Revisão	Landressa Rita Schiefelbein
Organizadora	Luciana Soares da Silva

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Agumario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

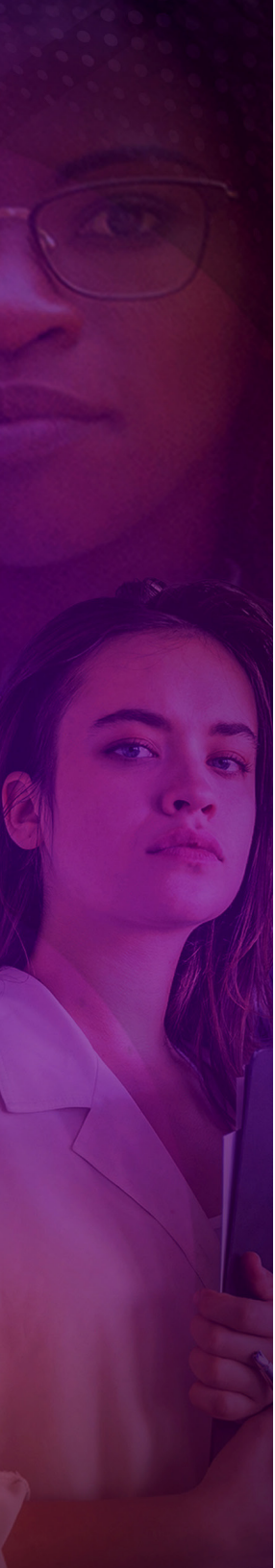
Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



“Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita”

(Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, assassinada em 14/03/2018).

AGRADECIMENTO

À Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Federal de Lavras e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

Prefácio 11

CAPÍTULO 1

Luciana Soares da Silva

A mulher na política:
da participação à representação social no discurso.....15

CAPÍTULO 2

Lidiane Reis Alves Pimenta

De Eva a Tábata:
uma análise semiolinguística da construção
do *ethos* de culpa em um discurso político51

CAPÍTULO 3

Ana Laura da Silva Corrêa

Conservadorismo e nacionalismo:
imaginários sobre as mulheres
no discurso de Damares Alves93

CAPÍTULO 4

Ana Laura da Silva Corrêa

Lidiane Reis Alves Pimenta

Luciana Soares da Silva

Relações de gênero
no discurso jornalístico:
uma análise das representações sociais
em matérias sobre a CPI da Covid 128

Sobre a organizadora e autora 157

Sobre as autoras..... 158

Índice remissivo..... 159

PREFÁCIO

As relações de gênero vêm cada vez mais sendo pautadas nos diversos domínios¹ sociais por diferentes perspectivas teóricas. Para além das abordagens sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, no espaço público e no espaço privado, as pesquisas têm se dedicado a constatar, denunciar e reivindicar a igualdade de gêneros. Dentre as discussões, o domínio político é um dos lugares sociais e discursivos, visto que por meio dele são viabilizadas ações mediante políticas públicas.

No âmbito da Análise do Discurso, o interesse pelas relações de gênero pauta-se a construção discursiva da mulher, no que tange à sua representação social. O discurso como prática social favorece o reconhecimento dos conflitos e das relações de desigualdade existentes entre mulheres e homens. Não se trata apenas de um retrato dessa problemática, mas de uma constatação da relação intrínseca da materialidade linguística com suas condições de produção.

Propomos, assim, abordar as relações de gênero nos domínios político e midiático pelo discurso, na perspectiva semiolinguística de Patrick Charaudeau, o qual tem se dedicado a pesquisas sobre o discurso das mídias e sobre o discurso político. Tal temática tem sido discutida junto ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Lavras, e ao grupo de pesquisa Discursos, Representações sociais e Educação (DIRE), dos quais se origina a elaboração deste livro.

A proposta de Charaudeau situa-se nas discussões que têm surgido nas Ciências Humanas de compreensão da mediação entre

1 Em conformidade com as discussões de Charaudeau (2010), entendemos *domínio* como recorte do espaço social.

o plano do sujeito, com suas “intenções, preferências e estratégias mais ou menos conscientes e o plano das estruturas sociais, das coletividades, dos constrangimentos externos” (Nogueira, 2004, p. 66). O autor procura articular os planos situacional e linguístico pelo contrato de comunicação, criticando a centralidade em um ou em outro.

Nesse sentido, o autor pauta-se na análise empírica do discurso, abordando-o a partir do fenômeno da encenação do ato de linguagem, ligado ao domínio do dizer. Para ele, o discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira (código semiológico verbal oral e gráfico), não se limitando, portanto, à manifestação verbal. Para Charaudeau (2010), ainda, o discurso é relacionado a um conjunto de saberes partilhados, constituídos pelos indivíduos de dado grupo social, na maioria das vezes, de modo inconsciente. Esses discursos sociais, também chamados pelo autor de imaginários sociais, revelam como as práticas sociais são representadas em certo contexto sociocultural. Aspectos que nos interessam sobretudo na abordagem das representações da mulher no tocante aos imaginários sociodiscursivos.

Importante destacar a concepção de sujeito que o autor propõe, na qual os sujeitos são vistos como seres psicossociais; seres socialmente situados, portadores de identidade e de recursos específicos que o condicionam. A essa perspectiva alia-se o conceito de intencionalidade (projeto de fala), no qual os sujeitos não são meros reprodutores, mas também não são totalmente livres no seu dizer. Os sujeitos são limitados a um conjunto de características do contrato de comunicação e às condições de sua realização, porém isso não elimina uma margem de escolha em que o sujeito pode agir. Trata-se, assim, de uma intencionalidade socialmente condicionada.

Diante disso, acompanhamos Charaudeau (1999) em sua própria reflexão sobre sua proposta teórica no campo dos estudos do discurso, de modo a colocá-la entre três problemáticas. A primeira diz respeito a uma problemática comunicativa, visto que aborda o

discurso pelas suas condições situacionais de produção (contrato de comunicação), dando ênfase a fatos do discurso e menos às marcas linguísticas. A segunda diz respeito a uma problemática representacional, visto que as estratégias discursivas partem do conceito de imaginários sociodiscursivos proposto por ele. A última diz respeito a uma problemática cognitiva, posto que sua abordagem é descrita por categorias que chama de semiolinguísticas.

Tendo como base esses aspectos da perspectiva semiolinguística da Análise do Discurso, pautamos a representação social da mulher nos discursos político e midiático, com base na abordagem dos imaginários sociodiscursivos. O percurso pensado para o desenvolvimento dessa temática passa por quatro capítulos.

No primeiro capítulo, *A mulher na política: da participação à representação social no discurso*, Luciana Soares da Silva centra-se no debate sobre as relações de gênero na política. O objetivo principal é situar as condições socio-históricas que levam ao debate as relações de gênero, a busca pela inserção no domínio político e a luta pela igualdade de gênero. Esse debate reverbera nos discursos político e midiático que trazem em sua constituição imaginários sociodiscursivos sobre a mulher.

No segundo capítulo, *De Eva a Tábata: uma análise semiolinguística da construção do ethos de culpa em um discurso político*, Lidianne Reis Alves Pimenta concentra-se no discurso político mediado pelas redes sociais. Nele, por meio das categorias de *ethos* e imaginários sociodiscursivos, são verificados como a instância política estabelece tais categorias como estratégias discursivas no jogo político eleitoral.

Por fim, no terceiro capítulo, *Conservadorismo e nacionalismo: imaginários sobre as mulheres no discurso de Damares Alves*, Ana Laura da Silva Corrêa problematiza a participação das mulheres na política, face ao uso de pautas ideológicas na condução de políticas públicas.

Assim, aborda o discurso político por meio dos imaginários sociodiscursivos em diálogo com estudos sobre as representações e imaginários relacionados às mulheres em uma perspectiva histórica.

No quarto e último capítulo, *Relações de gênero no discurso jornalístico: uma análise das representações sociais em matérias sobre a CPI da Covid*, as três autoras mencionadas abordam a construção das representações dos gêneros masculino e feminino no discurso midiático do portal Estado de Minas, em matérias publicadas sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, de modo a colocar em contraste as representações sociais que circundam homens e mulheres apresentadas pelo discurso jornalístico.

Luciana Soares da Silva

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso, controvérsias e perspectivas. *In*: MARI, Hugo; PIRES, Sueli; CRUZ, Amadeu Roselli; MACHADO, Ida Lúcia (org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. *In*: STAFUZZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (org.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2010. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>. Acesso em: 23 jan. 2013.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Considerações sobre o modelo de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.** Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 66-71, jun., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172004000100066&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 nov. 2020.



1

Luciana Soares da Silva

A MULHER NA POLÍTICA: DA PARTICIPAÇÃO À REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO DISCURSO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, situamos as condições socio-históricas que incitam a discussão sobre relações de gênero, em face à busca pela inserção no domínio político e a luta pela igualdade de gênero. Esse debate reverbera nos discursos político e midiático que trazem em sua constituição imaginários sociodiscursivos sobre a mulher. Sendo assim, abordamos tais questões à luz dos estudos de gênero e dos estudos da Análise do Discurso, na perspectiva semiolinguística proposta por Patrick Charaudeau.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO DOMÍNIO POLÍTICO

A categoria *gênero* emerge do movimento feminista que busca relevar a mulher no debate sobre equidade. Vale dizer, antes, que em diversos momentos da história, há presença e organização das mulheres em prol de direitos e resistências a opressões que sofriam por serem mulheres. Contudo, quando se fala de movimento social organizado, ganha destaque a mobilização das mulheres no final do século XIX. Tal como abordado por Louro (2003), é nesse período que a mobilização de mulheres em prol do direito ao voto, no movimento sufragista, releva uma organização das mulheres em busca de direitos. Importante destacar que nesse primeiro momento, considerado a primeira onda do feminismo, o movimento é formado essencialmente por mulheres brancas e de classe média, de modo que as reivindicações eram principalmente relacionadas à organização da família, à oportunidade de estudo ou ao acesso a determinadas profissões.

É a partir do final da década de 1960, considerada a segunda onda do feminismo, que se agregam às lutas sociais e políticas as abordagens teóricas, com ênfase na problematização do conceito de gênero. Esse momento compõe um conjunto de manifestações em prol de direitos de diferentes grupos negros, estudantes, mulheres, os quais têm o ano de 1968 como um marco dessas reivindicações. Há, assim, a tentativa de tonar a mulher “visível”, tanto no âmbito de denúncia de como era a situação das mulheres no mercado de trabalho e também nas relações estabelecidas no espaço privado, que fazia com que elas fossem restritas ao espaço doméstico; quanto no âmbito acadêmico em uma perspectiva política, de modo a colocar as mulheres como as que falam sobre si mesmas, como estudiosas e pesquisadoras (Louro, 2003).

Importante notar que, nesse momento, não há ainda o devido destaque em relação às especificidades das relações de gênero, como raça, classe e sexualidade. É com as contribuições de feministas negras especialmente, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, que a intersecção gênero e raça ganha força. Discussões fundamentais que guiaram a constituição da terceira onda do feminismo, por volta da década de 1990, na qual a categoria *mulher* passa a ser rediscutida e as questões que integram internamente o movimento feminista acerca das diferenças e da diversidade são postas em destaque, a fim de analisar as diferentes e simultâneas formas de opressão. É nesse momento também que as discussões em torno da identidade de gênero e identidade sexual são ampliadas, de modo a integrar as mulheres transgênero.

Assim, as pesquisas sobre gênero têm buscado fundamentalmente evidenciar as relações de desigualdade e de opressão às quais as mulheres são submetidas, em busca de ações que promovam a equidade entre os gêneros. Queremos, no entanto, focar em um aspecto particular dessas relações: a participação das mulheres na política.

Retomemos o movimento sufragista que visava a estender o sufrágio, direito de votar, às mulheres. Alves (1980), tendo como base as discussões sobre ideologia e feminismo, afirma que uma das primeiras manifestações organizadas reivindicando essa participação, que ganhou força com a “Convenção dos Direitos da Mulher”, teve origem nos Estados Unidos no século XIX, ocorrida em julho de 1848. Tais iniciativas contaram com o empenho de diversos grupos por muitos anos, dos quais se destaca a *National American Woman's Suffrage Association* (NAWSA) que unificou o movimento em 1890 a favor da inserção do direito na legislação americana. A NAWSA influenciou a formação da Federação Brasileira do Progresso Feminino (FBPF) no ano de 1922, após a Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, nos Estados Unidos.

No contexto americano, a luta feminista pelo voto estendeu-se por sete décadas, embora apenas em 1918 a emenda tenha sido aprovada com margem mínima na Câmara dos Deputados; em 1919, no Senado. Por sua vez, foi concedido o voto sem restrição, equiparado ao voto masculino, somente em 1920.

No Brasil, diferentemente da formação dos Estados Unidos, houve uma forte influência europeia que trouxe ao “Novo Mundo” costumes que garantiram a manutenção do *status* de inferioridade na mulher desde o início das nações americanas. Isso fez com que a organização patriarcal das famílias e a condição da mulher restrita à maternidade e aos cuidados da casa regessem as relações nas bases da formação sociocultural do país. Focalizando o século XIX, a luta feminina, sobretudo por meio de iniciativas individuais, destinou-se primeiramente para o acesso das mulheres à educação, tendo em vista que havia espaços formativos restritos aos homens, tais como os cursos de medicina e de direito.

De acordo com Alves (2019), Nísia Floresta Brasileira Augusta é uma das primeiras mulheres que se destaca na luta pelos direitos femininos. Com sua vivência de muitos anos na Europa, trouxe para

o Brasil ideias avançadas, defendendo ideais republicanos, abolicionistas e feministas. Uma outra mulher que se destaca nesse início é Josefina Álvares de Azevedo que escreve e encena a peça *O voto feminino*, além de fundar a revista *A família*. Esta última assume o ativismo pela igualdade de participação nas eleições e se une ao debate o direito ao voto na Assembleia Constituinte em 1891. Importante destacar que o movimento sufragista no Brasil teve forte influência do movimento conservador estadunidense.

Conforme Alves (1980), embora tenham ocorrido manifestações particulares acerca do voto feminino especialmente no final do século XIX, somente em 1910 a reivindicação é projetada de forma organizada, com a fundação do Partido Republicano Feminino. Esse grupo, liderado por Leolinda Daltro, provocou a discussão no Congresso Nacional do voto feminino como emenda constitucional. O projeto só foi aprovado pela primeira vez em 1921 tanto na Câmara quanto no Senado, local em que voltou a ser discutido apenas em 1927, instituído por decreto presidencial em 1932 e confirmado na Constituição de 1934.

Das manifestações iniciais até a confirmação do direito ao voto, houve uma série de embates entre as ideias predominantes da época, segundo as quais a mulher tinha como destino a domesticidade e a submissão e a abertura para a participação política das mulheres, o que lhes conferiria certo poder de reivindicação e ameaça ao controle masculino. Em meio a essas discussões, o deputado Basílio de Magalhães apresentou em 1924 um projeto de inclusão das mulheres no eleitorado, porém com a ressalva de que elas teriam de ter o consentimento do marido, o que foi refutado contundentemente pelo movimento feminista.

Se por um lado, havia essa tendência em restringir a participação feminina, por outro, havia a defesa dessa participação pelo fato de que a mulher traria ao domínio político “qualidades femininas”, como “espírito de bondade, de horror à violência, de inquebrantável

fidelidade às leis de Deus...” (Alves, 1980, p. 115-116), o que já indiciava uma visão estereotipada de como a mulher se portaria no exercício de seus direitos políticos.

Avelar (2001) expõe que, com o período da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), a articulação das mulheres foi diluída, e posteriormente retomada com maior vigor somente nos anos 1970 e 1980, em meio à *transição* brasileira do período ditatorial-militar para o da democracia (1974-1985). Conduzida por líderes provenientes das universidades, dos movimentos de base da Igreja Católica e de antigos partidos clandestinos, como o Partido Comunista Brasileiro, uma vez que o direito ao voto já estava consolidado, naquele momento, a luta das mulheres partiu para as representações² nos partidos políticos. O movimento feminista reconhece que suas necessidades passam pela arena política, e que se torna imprescindível uma “política de presença”.

Esse termo é discutido por Phillips (2001) que questiona até que ponto os representantes eleitos são legítimos na reivindicação de demandas de grupos definidos por gênero, etnia ou raça. Segundo a sua abordagem, é na relação entre política de ideias e política de presença que existe a possibilidade de um sistema justo de representação, razão pela qual se faz necessário cessar a separação entre as ideias e aqueles que as conduzem. Logo, a inserção das mulheres nos espaços de poder propicia defender, além de seus princípios coletivos partidários, as questões que envolvem as especificidades em torno das questões de gênero.

A consciência de que é necessária a fixação no domínio político, como meio de garantia de discussão e de direitos femininos, fez com que essa temática se tornasse mais latente nos grupos de mulheres. Embora ainda esteja aquém da masculina, a participação

2 O termo *representação* é usado, neste capítulo, para designar a delegação de pessoas a cargos políticos, a fim de atuar pelos cidadãos. Nossa discussão acerca da *representação da mulher*, no entanto, baseia-se na imagem da mulher construída sociodiscursivamente.

feminina apresenta-se como uma ruptura de discriminações e desigualdades, de acordo com Ávila (2001, p. 16):

Para se pensar em uma esfera política igualitária é importante pensar no acesso a essa esfera pública, caso contrário, as desigualdades e discriminações existentes na sociedade vão funcionar como impedimentos invisíveis e a dificuldade de participação pode ser percebida como um atributo das mulheres. Isto é, a desigualdade social perversamente se transforma em um *déficit* do sujeito.

Nas discussões em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988, essa perspectiva foi vivenciada por meio da aliança entre grupos feministas e deputadas federais constituintes. Em sua organização, o grupo, que ficou conhecido como “*lobby do batom*”, superou divergências partidárias, a fim de garantir avanços na Constituição, especialmente o de igualdade de todos brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A bancada feminina na Constituinte apresentou cerca de 30 emendas constitucionais relacionadas a temas gerais, como justiça social, educação e reforma agrária; e a temas específicos dos direitos das mulheres (Brasil, 2010).

A política de presença passou a ser uma bandeira defendida pelo movimento feminista que culminou na adoção de cotas eleitorais nos partidos políticos como estratégia utilizada para aumentar a representação das mulheres. A lei 9504/1997³, que estabelece normas para a eleição, determinou que o número de candidatos fosse na proporção de 30% e 70% entre os sexos, feminino e masculino respectivamente. Tal lei recebeu nova redação com a promulgação da lei 12.034/2009⁴, ratificando a inclusão de candidatas. Com isso, esperava-se que houvesse uma ampliação do número de mulheres concorrendo e, por consequência, ocupando cargos políticos.

3 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

4 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

No entanto, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, isso não ocorreu em 2010:

Tabela 1 – Estatísticas de Candidaturas - Cargo/Sexo - 2010

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade	%
Brasil	Presidente	Masculino	7	77,778
		Feminino	2	22,222
Subtotal			9	
	Vice-Presidente	Masculino	8	88,889
		Feminino	1	11,111
Subtotal			9	
	Governador	Masculino	151	89,349
		Feminino	18	10,651
Subtotal			169	
	Vice-Governador	Masculino	139	76,796
		Feminino	42	23,204
Subtotal			181	
	Senador	Masculino	236	86,765
		Feminino	36	13,235
Subtotal			272	
	Deputado Federal	Masculino	4.680	77,805
		Feminino	1.335	22,195
Subtotal			6.015	
	Deputado Estadual	Masculino	11.108	77,235
		Feminino	3.274	22,765
Subtotal			14.382	

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade	%
	Deputado Distrital	Masculino	660	74,661
		Feminino	224	25,339
Subtotal			884	
	1º Suplente Senador	Masculino	244	80,263
		Feminino	60	19,737
Subtotal			304	
	2º Suplente Senador	Masculino	249	79,553
		Feminino	64	20,447
Subtotal			313	
Subtotal			22.538	
Total Geral			22.538	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010)⁵

Analizando esses dados, notamos que, em nenhum cargo, foi alcançada a meta de 30% de participação feminina. Apesar disso, houve um avanço, se os compararmos a outras eleições, como a de 1994:

Tabela 2 – Distribuição dos candidatos por Sexo/Cargo - 1994

	Feminino	Masculino	Não Informado	% Feminino	Total
Deputado Estadual	571	7.386	5	7,17	7.962
Deputado Federal	185	2.822	1	6,15	3.008
Governador	13	121	-	9,7	134

5 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/home?p0_ano=2010&-session=1781669641140. Acesso em: 16 maio 2024.

	Feminino	Masculino	Não Informado	% Feminino	Total
Presidente	-	8	-	0	8
Senador	17	215	-	7,33	232
Totais	786	10.552	6		11.344

Fonte: Estatística [...] (1999)⁶.

Enquanto apenas 7,17% dos candidatos a deputado estadual, em 1994, eram mulheres, em 2010, essa participação aumentou para 22,765%. Para presidente, de 0% para 22,222%. Os dados referentes às candidaturas femininas demonstram uma inquietação em efetivar a política de presença e uma mudança do cenário eleitoral

Em 2022, a relação das candidaturas entre os gêneros apresentou maior participação de mulheres por conta da lei das cotas, porém em alguns cargos como de senador e de governador a meta não é cumprida, tal como mostrado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Distribuição dos candidatos por Sexo/Cargo - 2022

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade	%
Brasil	Presidente	Masculino	9	69,23
		Feminino	4	30,77
Subtotal			13	
	Vice-Presidente	Masculino	8	61,54
		Feminino	5	38,46
Subtotal			13	
	Governador	Masculino	186	83,04

6

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/estatistica-de-candidatos-brasil>. Acesso em: 27 set. 2023.

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade	%
		Feminino	38	16,96
Subtotal			224	
	Vice-Governador	Masculino	147	60,74
		Feminino	94	38,84
		Não divulgável	1	0,41
Subtotal			242	
	Senador	Masculino	184	75,72
		Feminino	58	23,87
		Não divulgável	1	0,41
Subtotal			243	
	Deputado Federal	Masculino	6906	64,97
		Feminino	3718	34,98
		Não divulgável	6	0,06
Subtotal			10630	
	Deputado Estadual	Masculino	11122	66,45
		Feminino	5603	33,48
		Não divulgável	12	0,07
Subtotal			16.737	
	Deputado Distrital	Masculino	396	64,92
		Feminino	212	34,75
		Não divulgável	2	0,33
Subtotal			610	
	1º Suplente	Feminino	64	23,36 %

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade	%
		Masculino	207	75,55 %
		Não divulgável	3	1,09 %
	Subtotal		274	
	2º Suplente	Feminino	95	34,42 %
		Masculino	180	65,22 %
		Não divulgável	1	0,36 %
	Subtotal		276	
Total Geral			29.262	

Fonte: Cruzamento [...] (2022)⁷.

Se focarmos os cenários de 2010 e 2022, apesar de as mulheres brasileiras representarem cerca de 51,807% dos eleitores em 2010⁸ e 53% em 2022 (Eleitorado, 2022)⁹, é possível verificar nessas tabelas que elas continuam sub-representadas nos espaços de atuação político-partidária. Conforme a União Interparlamentar, o Brasil ocupava em 2010 a 108ª posição (Women [...], 2010)¹⁰, na classificação de mulheres eleitas para o parlamento, e, em setembro de 2023, ocupa a 132ª posição (Monthly [...], 2023)¹¹. Cabe ressaltar que, embora o Brasil tenha caído de posição nesse *ranking*,

7 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25_back=22&p25_cruzamento_1=ds_sexo&clear=RP25&session=8170878761684. Acesso em: 28 set. 2023.

8 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/home?p0_ano=2010&session=1781669641140. Acesso em: 28 fev. 2013.

9 Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=5177705803755>. Acesso em: 27 set. 2023.

10 Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif310310.htm>. Acesso em: 27 set. 2023.

11 Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=9&year=2023>. Acesso em: 27 set. 2023.

houve um avanço da participação de mulheres no Congresso Nacional, dobrando a presença feminina na Câmara de Deputados: 8,8% para 17,5%; e ampliando sua presença no Senado Federal: 12,3% para 18,5%, como mostra a tabela a seguir, mas mesmo assim ainda distante da paridade:

Tabela 4 – Presença de mulheres no Parlamento

Ano	Classificação	País	Câmara Federal de Deputados				Senado Federal			
			Eleições	Cadeiras	Mulheres	% W	Eleições	Cadeiras	Mulheres	% W
2010	108	Brasil	10/ 2006	513	45	8,8	10/2006	81	10	12,3
2023	132	Brasil	10/2022	513	90	17,5	10/2022	81	15	18,5

Fonte: Eleitorado (2022) e Women [...] (2010).

Isso revela que é necessário mais investimento nas políticas de inclusão, inserção de mulheres nas direções partidárias e, sobremaneira, a formação política para militantes a fim de ampliar a participação feminina.

Como discutido no documento *Mais Mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres* (Brasil, 2010), a sub-representação feminina na política deve-se principalmente a três pontos, sobretudo no que se refere ao rompimento das relações entre o espaço público e privado. O primeiro ponto relaciona-se ao excesso de demandas e de jornadas que recaem sobre as mulheres, no que diz respeito ao mundo privado e da vida cotidiana. A falta de autonomia pessoal, de autoestima e de autoconfiança, aliadas a papéis estereotipados de gênero, bem como a falta de estímulo dos familiares desmotivam a inserção das mulheres. Outro ponto relaciona-se ao mundo das interações sociais e políticas, visto que os partidos são pouco sensíveis às candidaturas femininas e dão pouca visibilidade às demandas das mulheres e às suas experiências de discriminações sociais. O último ponto relaciona-se ao mundo das relações institucionais, em que, nos movimentos de base (sindicatos, organizações

sociais, partidos), há pouca aderência às questões de gênero e das mulheres, fazendo com os espaços institucionais e suas lideranças sejam masculinizadas.

A busca de saída da sub-representação para a expansão nos espaços de poder é fundamental para garantir a participação igualitária nas decisões que governam. Rago (2004) ressalta que esse avanço não só indica o aumento da participação política da mulher, mas também as mudanças que têm ocorrido nas últimas décadas referentes ao seu papel social. Se até o final dos anos 1960 ser mulher significava, prioritariamente, identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, a partir da década de 1970, houve a inserção considerável das mulheres no mercado de trabalho. Isso não quer dizer, no entanto, que não tenhamos mais resquícios de preconceito e predeterminação das funções a serem exercidas por homens e mulheres nas esferas pública e privada.

O documento *Mais Mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres* (Brasil, 2010) destaca que a participação das mulheres é essencial para a transformação da sociedade e para o fortalecimento da democracia. A falta da participação feminina nos espaços de poder e decisão, como demonstrado no *ranking* da União Parlamentar, indica uma grave falha na aplicação dos princípios democráticos do país.

Nesse mesmo sentido, Grossi e Miguel (2001), tendo como base o *Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder*¹², afirmam que, além da percepção da importância das discussões em torno de ações que ampliem a participação feminina quantitativa e qualitativamente, são relevantes os debates surgidos em torno de políticas públicas que englobem questões de gênero e de raça, a fim de romper preconceitos sobrepostos em nossa sociedade que impedem a consolidação da Democracia.

12

O evento, realizado no período de 16 a 18 de maio de 2000, na Câmara dos Deputados, em Brasília, foi organizado pelo CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), pela Bancada Feminina no Congresso Nacional e pelo CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).

A busca do fim da sub-representação esbarra em recorrentes estratégias de dominação no campo político, fazendo com que as mulheres, que chegaram aos espaços políticos de poder, sejam isoladas em lugares desprestigiados nos partidos, casas legislativas e coordenações de políticas públicas. Devido ao regime histórico de opressão, no qual os seus direitos têm sido violados, possivelmente as mulheres desenvolveram uma maior sensibilidade para dimensões de vulnerabilidade e risco sociais, o que proporciona a atribuição de cargos ligados à área social e à educacional. Assim, são instituídos espaços “femininos” e “feminilizados”.

Em contrapartida, são estabelecidos espaços “masculinos” e “masculinizados”, isto é, tanto demanda a ocupação das funções por homens quanto demanda que aquele que as desempenhará tenha atributos considerados masculinos, como firmeza, autoridade, força. O eixo das políticas econômicas, das políticas de desenvolvimento e infraestrutura, dos aspectos duros relacionados à gestão estatal (lógicas orçamentárias e tributárias) têm recebido esse caráter.

Uma pesquisa realizada pelo DataSenado (Brasil, 2022) aponta algumas dessas questões. Segundo o estudo, que entrevistou 2.850 candidatos, entre homens e mulheres, 32% das mulheres afirmaram já terem sido discriminadas no ambiente político em razão do seu gênero, enquanto apenas 10% dos homens responderam de forma afirmativa. Outros dados que também auxiliam nessa reflexão são que 62% dos homens acreditavam que seriam eleitos ao se candidatarem pela primeira vez, enquanto apenas 41% das mulheres tinham também essa expectativa; e 70% dos homens pretendiam continuar concorrendo aos cargos eletivos nas próximas eleições, ao passo que apenas 49% das mulheres afirmaram isso.

Nesse ponto, cabe o desafio às mulheres políticas de desconstruir os lugares pré-estabelecidos, procurando romper papéis estereotipados de gênero. A identidade feminina precisa articular-se em todas as dimensões do espaço público e político, com o objetivo de superar a restrição de sua participação à esfera privada.

O reconhecimento da desigualdade de gênero presente na sociedade é que motivou ações em prol da garantia de acesso aos mesmos espaços. O político, em particular, é um lugar privilegiado que caracteriza o tratamento diferenciado entre homens e mulheres, dado ao fato de que é nele que o poder se institui e se possibilitam intervenções na vida pública.

O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA E POLÍTICA FACE AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Diante dessas condições socio-históricas sobre as relações de gênero, a busca pela inserção no domínio político e a luta pela igualdade de gênero, queremos centralizar nossa discussão nos discursos político e midiático que trazem em sua constituição imaginários sociodiscursivos sobre a mulher. Partimos do princípio de que há uma intersecção entre esses discursos, como discutimos em Silva (2013), de modo que só tomamos contato com a instância política por meio da mediação da mídia.

Charaudeau (2006a), ao focalizar a informação como discurso, mobiliza três aspectos para explicar esse processo: a mecânica de construção de sentido, a natureza do saber e o efeito de verdade. Entendendo que o discurso é a imbricação de condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas, o autor afirma que estudar o sentido do discurso consiste em correlacionar esses dois polos.

Nesse sentido, tratar da mecânica de construção do sentido implica considerar a ação linguageira dos sujeitos na troca social. Tal construção dá-se, conforme o autor, por meio de um duplo processo de semiotização de transformação e de transação.

Por um lado, o primeiro processo consiste na transformação do “mundo a significar” em “mundo significado”, a partir de categorias de nomeação, qualificação, narração, argumentação e modalização. Inscreve-se nesse processo o ato de informar, uma vez que ele deve descrever (identificar-qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos) (Charaudeau, 2006a).

Por outro lado, o processo de transação consiste em atribuir significado psicossocial pelo sujeito ao ato de linguagem. Esse processo dá-se pela atribuição de objetivo ao ato conforme a identidade do outro, o efeito que pretende atingir nesse outro, o tipo de relação que se pretende estabelecer com esse outro, bem como a regulação de acordo com os aspectos anteriores. Desse modo, ocorre a circulação do objeto de saber, que a princípio estaria em poder de um dos sujeitos envolvidos na situação comunicativa, entre ambos. Charaudeau (2006a) salienta que quem domina esse duplo processo é o de transação, visto que o principal objetivo do sujeito é de colocar em relação com o outro:

Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação. E isso também é verdade para o discurso de informação. O sujeito informador, capturado nas malhas do processo de transação, só pode construir sua informação em função dos dados específicos da situação de troca (Charaudeau, 2006a, p. 42).

O processo de transformação e de transação, propostos por Charaudeau (2006a), evidenciam a impossibilidade de haver neutralidade na veiculação da informação, uma vez que “o mundo a descrever e a comentar” passa pela instância de produção da informação, a qual carrega em si determinados valores sociais e ideológicos, para tornar-se o “mundo descrito e comentado” para a instância de recepção, a qual, por sua vez, interpreta a informação recebida. Embora os princípios do jornalismo almejem a neutralidade e a imparcialidade,

tal meta configura-se como utópica, pois o próprio ato de linguagem é construído pelo sujeito. Marcondes Filho (1989) compartilha dessa perspectiva ao ressaltar que a notícia é apresentada aos receptores como forma “quebrada” da realidade, como pedaço da realidade. Tal recorte somente ocorre com a intervenção da instância de produção.

Em relação à natureza do saber, Charaudeau (2006a) afirma que o que existe na verdade é a estruturação do saber a partir da perspectiva do ser humano, uma vez que o saber resulta de uma construção humana pelo exercício da linguagem. Essa estruturação depende da orientação do olhar do ser humano, sendo que ela, quando voltada ao mundo, apresenta tendência de construção de categorias de conhecimento, ao passo que, quando voltada ao próprio ser humano, tende à construção de categorias de crença.

Charaudeau (2006a), ainda, difere valor de verdade de efeito de verdade. Enquanto o primeiro realiza-se pela construção explicativa com instrumentos objetivos, baseando-se na evidência, o segundo realiza-se pela relação da subjetividade do sujeito e sua relação com o mundo, baseando-se na convicção.

Tais conceitos discutidos pelo autor são a base para o tratamento da informação como discurso, posto que o acontecimento passa pelo filtro daqueles que produzem o discurso conforme a situação de troca, e ele é transformado em informação a partir dos saberes de conhecimento e/ou crença, a fim de atingir o interlocutor e atraí-lo por meio da racionalidade e/ou da subjetividade. Esse processo, contudo, dá-se em meio ao que o autor denomina contrato de comunicação.

Ao focalizarmos um estudo desenvolvido pelo ANDI – Comunicação e Direitos¹³ em conjunto com o Instituto Patrícia

13

Criada formalmente em 1993, mas atuando de maneira voluntária desde 1990, a ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o seu desenvolvimento. Disponível em: <https://andi.org.br/sobre/?soa=1>. Acesso em: 27 set. 2023.

Galvão¹⁴, verificamos como são abordadas as questões de gênero na mídia. Dentre as discussões, destacamos a de Costa e Melo (2011) acerca da cobertura da imprensa escrita sobre as mulheres na política e no espaço de poder. Na tabela a seguir, fizemos uma adaptação da pesquisa das autoras, focalizando os jornais de circulação nacional em oposição aos de circulação regional:

Tabela 5 – Distribuição de notícias por jornal

Jornal	%
Jornais de circulação nacional	43,50%
Folha de S. Paulo/ SP	11,80%
Correio Braziliense/ DF	9,40%
O Estado de S. Paulo/ SP	8,9%
O Globo/ RJ	8,7%
Valor Econômico/ SP	4,7%
Jornais regionais	56,50%

(% sobre o total de notícias acerca das mulheres na Política, de janeiro a dezembro de 2010)

Fonte: Costa e Melo (2011, p. 141).

De acordo com os dados, é possível verificar que a maioria das notícias referentes à mulher na política localiza-se nos jornais regionais. Contudo, a diferença não é tão grande a ponto de afirmarmos que no âmbito nacional não haja tanta relevância a essa questão quanto na regional. O fato de elas se assemelharem, apesar de não termos um estudo anterior para compará-lo, indica que a temática ganhou espaço em ambos os casos.

14 O Instituto Patrícia Galvão é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2001, sediada na cidade de São Paulo e que tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação de massa. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 27 set. 2023.

Há, ainda, a constatação de que a maior parte das notícias em torno da participação política da mulher tratava das eleições de 2010. O segundo tema mais focalizado diz respeito às mulheres nos espaços de poder e decisão no contexto nacional. Além de demonstrar o enfoque que o discurso jornalístico deu a esse tema, esta tabela revela que houve um crescimento da atuação feminina, com maior número de candidatas, que motivou essa abordagem:

Tabela 6 – Foco central da notícia

Foco central da notícia	%
Eleições	40,99%
Mulheres em espaço de poder e decisão no contexto nacional	31,80%
Mulheres em espaço de poder e decisão no contexto internacional	16,25%
Mulheres como eleitoras	5,65%
Legislação eleitoral	4,24%
Outro	1,06%
Total	100%

(% sobre o total de notícias acerca das mulheres na política, janeiro a dezembro de 2010).

Fonte: Costa e Melo (2011, p. 156).

Ao propormos um estudo sobre o discurso da mídia, deparamo-nos com uma questão fundamental na construção do discurso, a interdiscursividade. Conforme Maingueneau (2007), a interdiscursividade é inerente a qualquer discurso, uma vez que todo discurso constitui-se em um universo discursivo em que se encontram diversas formações discursivas. Assim, observando a pesquisa de Costa e Melo (2011), verificamos que o discurso jornalístico é atravessado pelo discurso político, pautando as relações de gênero.

A partir dos estudos de Charaudeau (2006a, 2006b), notamos que os discursos são estabelecidos em recortes do espaço social,

os domínios de prática. Assim, tanto o discurso jornalístico quanto o político se constituem nesses recortes e são legitimados por seus contratos de comunicação.

O contrato de comunicação política proposto por Charaudeau (2006b) tem suas significações fabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores. O dispositivo estrutura a situação em que são desenvolvidas as trocas linguageiras. Tal processo garante a organização das trocas conforme os lugares ocupados pelos parceiros, a natureza de sua identidade e as relações instauradas entre eles em função de dada finalidade.

Não podem ser considerados parceiros do contrato de comunicação política as pessoas propriamente, como sujeitos empíricos, pois os envolvidos na troca linguageira são entidades humanas que desempenham seu papel social. Por essa razão, são chamados de instâncias, distanciando do ser de carne e osso e revelando os atributos identitários e sua finalidade comunicacional. As relações de gênero nesse contexto são imbricadas nas identidades sociais se integram a uma identidade discursiva, que compõem tais instâncias.

Charaudeau (2009), ao abordar a identidade social no discurso político, afirma:

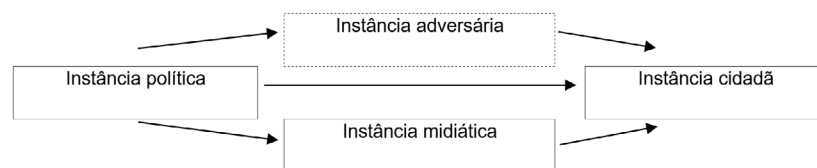
Essa identidade social desempenha um duplo papel: por um lado, fornece instruções ao sujeito obrigando-o a construir, através de seu discurso, um “nós” enunciativo que reúne o Eu-instância política, o Tu-instância cidadão e um Ele-voz de um Terceiro de referência que fundamenta os valores sobre os quais se apoia; por outro lado, a identidade social constitui a base sobre a qual o sujeito político poderá tentar construir uma credibilidade, seja rejeitando os valores aos quais se opõe, seja reforçando os valores que defende, seja ainda justificando os valores e ações que cumpriu e que são questionados (Charaudeau, 2009).

O foco no modo como a identidade discursiva em face da identidade social é constituída auxilia a verificação de como são

colocados em tela as representações sociais da mulher e como o discurso político reitera (ou não) imaginários sociodiscursos pautados no sexismo.

O discurso político é fabricado em três lugares: no lugar de governança, em que se encontra a instância política e seu duplo antagonista, a instância adversária; no lugar de opinião, em que se encontra a instância cidadã e, no lugar de mediação, a instância midiática:

Figura 1 – Contrato de comunicação política



Fonte: Charaudeau (2006b, p. 56).

A instância política encontra-se no lugar de poder de decisão e de manipulação, de governança. Embora não possa explicitar, é movida pelo desejo de ocupar esse lugar de autoridade e de credibilidade e, para isso, procura sua legitimidade. É possibilitada ao discurso da instância política a dedicação a propostas de programas para fins eleitorais; a justificativas de suas decisões e ações, a fim de garantir sua legitimidade; a críticas de ideias adversárias e à conclamação do consenso social, a fim de conseguir o apoio dos cidadãos. A instância adversária abarca as mesmas motivações e estratégias discursivas, só que, por estar em situação de oposição, é destituída de poder.

A instância cidadã localiza-se no lugar em que é construída uma opinião fora do governo e também em que é dado aos atores o poder de julgar, escolher e criticar quem poderá ser seu governante. Ela abrange uma série de organizações, como sindicatos, grupos étnicos, corporações, e situações diversas, como protestos, manifestações de rua. Devido à sua fragmentação, Charaudeau (2006b)

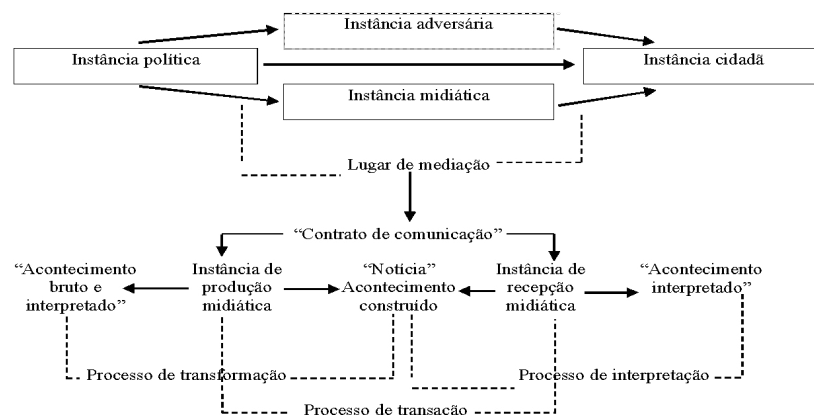
propõe distingui-la em dois subconjuntos: a sociedade civil e a sociedade cidadã. A primeira refere-se à vida em sociedade, tanto pública quanto privada, em que seus membros se reconhecem a partir de sua comunidade cultural. A segunda é uma construção em que são reunidos aqueles que têm uma consciência de seu papel como cidadãos frente à organização política.

A instância midiática, tal como a instância cidadã, encontra-se fora da governança e exerce o papel de mediação entre a instância política e a cidadã. Apesar de ser legitimada pelo seu papel de informação, ela procura credibilidade frente aos cidadãos e políticos e captação do maior número de adeptos. Vale dizer que a instância midiática, antes de tudo, é uma empresa que vende informação, a notícia é o produto que ela oferece a seus consumidores. Ela fica entre a cooptação, ao dramatizar a narrativa dos acontecimentos a fim de conquistar a fidelidade de seu público, e a credibilidade, ao buscar o que está por trás das declarações dos políticos, bem como ao desempenhar a função de denunciante.

Retomando a estrutura do contrato de comunicação midiática, verificamos que entre o “acontecimento bruto e interpretado” e o “acontecimento interpretado”, há a ação da instância midiática que o transforma e o leva à instância de recepção. O discurso político encontra-se no lugar do “acontecimento bruto”, isto é, na base da construção da informação. Mesmo que a instância política chegue à instância cidadã por outros meios, como o comício e reuniões, é pela mídia que ela a alcança de forma mais pertinente. Nesse ponto, a instância cidadã passa a ser também instância de recepção.

Retomando os esquemas propostos por Charaudeau (2006a, 2006b) acerca do contrato de comunicação midiática e dos lugares de fabricação do discurso político, propomos uma articulação entre eles, a fim de elucidar como se dá essa intersecção do político e do jornalístico:

Figura 2- Intersecção discurso político e discurso jornalístico



Fonte: Silva (2013, p. 68).

Dessa forma, é perceptível que a interdiscursividade é fundamental para o entendimento da presença do discurso político no jornalístico, o que nos motivou a colocá-lo em paralelo em nossa discussão.

Além disso, diante dos conceitos expostos acerca do discurso jornalístico, queremos destacar outros pontos fundamentais para nosso estudo. O principal deles diz respeito à forma como esse discurso é construído em relação aos demais. Ele transforma os acontecimentos em informação, em uma interação entre instância de produção e de recepção, levando-os ao público. Todavia esse processo não é alheio à situação comunicativa em que está inserido, o que o faz ser resultado das práticas sociais. Quando focamos a interação entre os interlocutores do discurso jornalístico, verificamos que os sujeitos discursivos, como já dito, são sujeitos sociais.

Apesar de ser filiada à outra perspectiva da análise do discurso, Orlandi (2005) auxilia-nos a pensar essa questão. Pensando no sujeito discursivo, cabe ressaltar que ele é de “posição”, ou seja, diz do lugar que ocupa na sociedade. No entanto, essas posições podem ser “intercambiáveis”, possibilitando ao sujeito ocupar outras posições dependendo das condições as quais for submetido.

Uma vez que a instância de produção é constituída por sujeitos, eles se encontram na posição de detentores da informação. Contudo, por ser *social* traz em sua constituição a interpelação da ideologia dominante.

Partimos do princípio de que os embates sociais e a cultura estão imbricados na veiculação da informação, tornando o discurso uma fonte de entendimento das relações estabelecidas na sociedade. Assim, é possível reconhecer no discurso como se dá a relação de gênero, como a mulher é representada socialmente e como essa representação pode configurar-se como uma forma de reprodução de imaginários sociodiscursivos. São essas questões as motivadoras do estudo sobre a mulher nos discursos político e midiático.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E O IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO NO TOCANTE ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO

Para nosso estudo, estabelecemos uma relação entre representação social e discurso, uma vez que o discurso abarca as representações sociais revelando as concepções presentes na sociedade. Charaudeau (2006b) discute mais profundamente a questão da representação social principalmente ao abordar o discurso político. Contudo, seus estudos contribuem para que entendamos como são estabelecidas as representações sociais, de modo a explicarmos como são construídas as imagens da mulher no âmbito discursivo.

O que mais nos interessa nas contribuições de Charaudeau (2006b) é o conceito de *imaginário sociodiscursivo*, que ele apresenta visando a solucionar a problemática das representações sociais presentes no discurso. Para discorrer sobre esse conceito, o autor define representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral que forma sistemas de saber, compostos pelos *saberes de conhecimento*

e pelos *de crença*. Assim, para entender como se caracterizam os imaginários sociodiscursivos, é preciso destacar as representações sociais que os compõem. Observando as diferentes perspectivas sobre representação social, o pesquisador prioriza os pontos mais importantes para reflexão acerca da problemática do discurso.

O primeiro ponto parte da ideia de que “o indivíduo encontra-se preso entre as práticas sociais concretas, nas quais é levado a fazer trocas com outros, e uma atividade de conceituação, que tem por finalidade tornar o mundo inteligível ao atribuir-lhes valores” (Charaudeau, 2006b, p. 195). Tal atividade se baseia tanto na consciência afetiva quanto na consciência racional, correspondentes, respectivamente, à relação de desejabilidade que o sujeito estabelece com os objetos do mundo e aos discursos de justificação referentes à experiência de mundo produzida. Nesse ponto, as representações sociais comportam uma tripla dimensão: *cognitiva*, no que tange à organização mental da percepção; *simbólica*, no que tange à interpretação do real e *ideológica*, no que tange à atribuição de valores que desempenham o papel de normas societárias.

O segundo ponto parte do princípio de que não é possível dissociar as representações sociais de uma teoria do sujeito: “Sujeito individual ou sujeito coletivo, este é sobredeterminado – ao menos em parte – pelas representações do grupo ao qual ele pertence ou deseja pertencer” (Charaudeau, 2006b, p. 195). Conforme o autor, todo ato de comunicação gera um elo social decorrente de normas de comportamentos e constitui representações partilhadas.

Por fim, Charaudeau (2006b), partindo dos estudos da Psicologia Social, destaca a função das representações, que se baseia na interpretação da realidade, por meio de uma relação de simbolização do real e de atribuição de suas significações. Essas representações são constituídas pelo conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidas e partilhadas, em torno de um certo objeto social, pelos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo. De acordo com o autor:

Para a Psicologia Social, essa definição resulta de um mecanismo que compreende um duplo processo: de 'objetivação', que consiste em depreender da experiência um conjunto de informações previamente selecionadas e filtradas para descontextualizá-las e construir uma significação global sob a forma de um *nó figurativo*; de 'ancoragem', que assegura 'o enraizamento da representação no sistema de preexistente' para chegar a uma categorização que permita ao grupo reconhecer-se em um conjunto de semelhanças e de diferenças. Assim, as representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem exibir-se através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos (Charaudeau, 2006b, p. 196).

Charaudeau (2006b) avalia a redução feita pela Psicologia Social das representações ao caso do conhecimento do sentido comum pelo grupo acerca de um objeto social, dizendo que é difícil separar o sentido comum do que não seria, além do fato de o mecanismo das representações dependerem de uma organização mental, o qual interpreta os acontecimentos do mundo e suas relações com o sujeito, de acordo com um princípio criado pelo grupo. Essa organização mental procede com o substrato cognitivo do qual são originados os sistemas de saber.

O estudioso propõe que as representações podem ter campos de aplicação diferentes: de ordem *praxeológica*, referente à compreensão e à memorização de esquemas de ação normalizadas (*scripts*); de ordem do acontecimento, referente à ordenação das informações em volta de um domínio de experiência e de ordem institucional, referente ao julgamento da pertinência de contexto no qual se fala e se age. Contudo, quando se pretende tratar essas representações em termos de interpretação criadora do sentido, é provável que isso passe por um saber que é, ao mesmo tempo, constituído e instalado.

Desse modo, o autor formula a hipótese de que tais representações constituem maneiras de ver e de julgar o mundo, isto é, elas estabelecem modos de discriminar, de classificar e de atribuir

valor, por meio de discursos que engendram saberes, com os quais são elaborados sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto. Para o pesquisador, “os saberes não são categorias abstratas da mente, mas *maneiras de dizer* configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento” (Charaudeau, 2006b, p. 197).

Os saberes, portanto, trazem a relação percepção-construção que o ser humano estabelece com o real suscitando uma reflexão acerca da problemática da representação. De acordo com Charaudeau (2006a):

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de ‘desejabilidade’ que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores (Charaudeau, 2006a, p. 47).

Nesse sentido, é no entrecruzamento dos discursos, na troca social, que os saberes de conhecimento e de crenças são construídos no interior do processo de representação.

A preocupação humana de tornar o mundo inteligível, representando-o de forma racional constrói os saberes de conhecimento. Nesse ponto, localizam-se as categorias de base existencial, a qual trata da descrição da existência de objetos no mundo, evenemencial, a qual trata da descrição do fato ocorrido e explicativa, a qual trata do porquê, do como e da finalidade dos fatos. Já o olhar subjetivo do

ser humano sobre o mundo resulta nos saberes de crença, os quais dizem respeito às normas efetivas e ideais que constituem o imaginário de referência dos comportamentos no âmbito social.

De acordo com a abordagem de Charaudeau (2006b), os sistemas de pensamento são compostos pelos saberes de crença e de conhecimento, os quais são constituídos por representações sociais e buscam uma explicação global sobre o mundo e o ser humano. Os saberes de crença fundamentam-se no julgamento das coisas, com base nos valores que resultam de um juízo referente aos seres que habitam o mundo, seu pensamento e seu comportamento. Já os saberes de conhecimento pautam-se na busca de uma verdade sobre os fenômenos do mundo, tendo como base a razão científica. Tomando como critério as bases dos sistemas de pensamento, Charaudeau (2006b) diferencia teorias, doutrinas e ideologias.

As primeiras são constituídas de saberes de conhecimentos, uma vez que se pautam em proposições geradoras de conceitos, de modos de raciocínio e de instrumental metodológico. Mesmo sendo elaboradas em torno de um saber fechado em si mesmo, posto o rigor do saber científico, as teorias são passíveis de refutações e críticas, o que as torna abertas.

As doutrinas, por sua vez, são constituídas tanto pelos saberes de conhecimento quanto pelos de crença, pautando-se em um pensamento absoluto, em que não são aceitas críticas nem contestações, sendo um discurso dogmático e fechado.

Por último, as ideologias constituem um conjunto de representações sociais agrupadas em um sistema de ideias genéricas, pautadas em valores e esquemas de conhecimento vistos como universais e evidentes. Nas palavras do autor: "A ideologia é um sistema de pensamento mais ou menos fechado sobre ele próprio e que é construído em torno de valores de um grupo social que se impõe" (Charaudeau, 2006b, p. 201).

Ao pautar os saberes de conhecimento e crença pelo viés do discurso, o autor afirma:

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de 'imaginários'. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de "imaginários discursivos". Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de 'imaginários sociodiscursivos' (Charaudeau, 2006b, p. 203).

Nesse sentido, "o imaginário social é um universo de significações fundador da identidade do grupo". Assim, ao focalizarmos as relações de gênero, podemos associar à categoria mulher uma série de significações que compõe essa identidade. Tal construção se dá por meio de uma dupla interação ser humano com o mundo e do ser humano com o ser humano. Sobre o imaginário sociodiscursivo, o autor explicita:

Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. No espaço político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre: campanha eleitoral, alocução televisiva, debate, reunião etc., imaginários relativos aos *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos analíticos. Frequentemente, esses imaginários se sobrepõem e constroem espécies de arquétipos coletivos inconscientes (Charaudeau, 2006b, p. 203).

Para verificar essas questões expostas, tomamos como amostra a notícia veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 04 de agosto

de 2023. O texto apresenta a situação ocorrida em uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), na qual o deputado Tenente Coronel Zucco faz uma fala para confrontar a deputada Sâmia Bomfim.

Figura 3 – Notícia *Folha de S. Paulo*

Deputado faz declaração machista e gordofóbica em comissão

Mateus Vargas

BRASÍLIA. Presidente da CPI do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) fez uma fala machista e gordofóbica durante reunião da comissão nesta quinta (1). Ele disse que a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) deveria "ficar mais calma" e perguntou se ela queria remédio ou hambúrguer.

"A senhora pode, também, daqui a pouco tomar qualquer atitude, ficar mais calma. A senhora respeite, a senhora está nervosa, senhora deputada? Quer um remédio? Ou quer um hambúrguer?", disse.

A fala ocorreu durante depoimento de José Rainha, líder da FNL (Frente Nacional de Lutas Campo e Cidades). A CPI havia mostrado vídeo em que Rainha pedia votos à deputada Sâmia.

Depois da declaração ofensiva de Zucco, Sâmia disse que o episódio foi um exemplo de violência política de gênero.

"É o nosso instrumento de defesa, mas também de ataque para aqueles que acham que vamos nos intimidar", afirmou a deputada sobre lei que combate a violência política contra mulheres. A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) também repudiou



Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) em sessão da CPI do MST. *Imagem: Spix/Divulgação Câmara*

a fala do presidente da CPI.

Neste momento, ela foi interrompida pelo relator da CPI, Ricardo Salles (PL-SP), que disse que a deputada estava vitimizando. Talíria disse para Salles se calar e afirmou ser inadmissível que deputadas sejam atacadas na CPI. Zucco aceitou retirar dos

registros das falas da CPI, as notas taquigráficas, a declaração ofensiva contra Sâmia.

Para justificar a fala ofensiva, Zucco afirmou que havia sido desrespeitado e que tem um irmão em tratamento contra o câncer, que teria sido emitido após o deputado assumir o comando da comissão.

O deputado acusou as deputadas de terem mencionado o nome deste irmão, o que elas negaram ter feito.

Em nota, Zucco afirmou que tem sido "alvo de ataques e ofensas" de opositores e disse que Sâmia "tem se notabilizado nessa estratégia". "Espero que o papel que es-

“

A senhora pode, também, daqui a pouco tomar qualquer atitude, ficar mais calma. A senhora respeite, a senhora está nervosa, senhora deputada? Quer um remédio? Ou quer um hambúrguer?

Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) presidente da CPI do MST, ao se dirigir a Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

tamos cumprindo aqui seja, além de político, pedagógico para milhares de mulheres brasileiras que acompanham a CPI. Querem nos intimidar, fazer retroceder, mas tenho orgulho de estar do lado oposto dessa gente que está aqui na CPI", disse Sâmia. O depoimento de José Rainha durou mais de cinco horas, mas ficou marcado pela declaração ofensiva de Zucco. Rainha integrou o MST, rompeu com o grupo e participou da criação da FNL. Os deputados fizeram perguntas sobre as atividades de Rainha e a relação dele com o governo Lula (PT) e parlamentares. O líder da FNL afirmou que teve uma reunião com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT), neste ano, mas não confirmou em qual data.

CIDADE DE SÃO PAULO

Estúdio FOLHA:

Mutirão de serviços para pessoas com deficiência acontece neste sábado (5) na cidade de SP

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Fonte: Vargas (2023).

Na amostra, verificamos a interdiscursividade dos discursos político e midiático, ao trazer a situação de comunicação de uma CPI, no domínio político, mediada pelo jornal. Aqui o deputado Tenente Coronel Zucco e a deputada Sâmia Bomfim estabelecem-se dentro do contrato de comunicação política como instâncias políticas e adversárias no processo de interação, frente à uma instância cidadã que acompanha os trabalhos da CPI. O conflito que se instaura na situação comunicativa só chega à instância cidadã pelo contrato de comunicação midiática, em que a instância de produção jornalística apresenta ditos relatados.

No conflito narrado pela instância de produção jornalística, o deputado Zucco, como instância política, enuncia:

A senhora pode, também, daqui a pouco, tomar qualquer atitude, ficar mais calma. A senhora está nervosa, deputada? Quer um remédio ou quer um hambúrguer? (Zucco, 2023 *apud* Vargas, 2023).

Tal enunciado situa-se na dinâmica das representações sociais que constituem nossos imaginários sociodiscursivos sexistas pautados em saberes de crença e de conhecimento. No trecho citado, há uma perspectiva socialmente marcada da mulher que a configura como histérica, descontrolada e que necessita “se acalmar”. Essa representação é associada às mulheres quando elas se insurgem, reivindicam e posicionam-se nos lugares em que socio-historicamente foram negados a ela, como o político. Isso é constatado desde a luta pelo voto no movimento sufragista, como dissemos no início. Das mulheres, dentro desse imaginário, espera-se submissão e inação.

Há ainda neste enunciado uma referência ao corpo da deputada, ao ser questionado se ela gostaria de um hambúrguer. A interação na situação comunicativa, que coloca a deputada e o deputado como instâncias política e adversária, evidencia uma disputa que procura discursivamente desqualificar o outro, o que é uma característica comum do contrato de comunicação política. Contudo, é possível verificarmos que a identidade social dos sujeitos envolvidos influencia a argumentação colocada em pauta. O fato de o enunciado ser direcionado a uma mulher remete ao controle dos corpos femininos, que devem seguir determinado padrão. Se este corpo não segue o padrão estabelecido, ele é posto como objeto risível, como emerge do tom dado ao enunciado.

O título da notícia, *Deputado faz declaração machista e gordofóbica em comissão*, revela que a notícia é construída com base na avaliação da instância de produção jornalística da situação narrada. Tal fato caracteriza o contrato de comunicação midiática, no qual

entre o “acontecimento bruto e interpretado” e o “acontecimento interpretado”, há a ação da instância midiática que o transforma e o leva à instância de recepção como notícia. Certamente, as condições socio-históricas atuais, que tem relevado as discussões sobre as relações de gênero, motivam a instância de produção a acolher inquietações da instância de recepção (leitores), a fim de atingir o alvo afetivo deste último.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão feita neste capítulo mostra-nos que as relações de gênero estão presentes no domínio político, tanto como lugares sociais reivindicados por mulheres quanto como lugares discursivos, dos quais emergem os imaginários sociodiscursivos que envolvem a mulher. Dessa maneira, entre o discurso político e midiático, emergem os conflitos e a desigualdade de gênero.

Priorizar essa discussão auxilia na reflexão sobre o modo como a mulher é constituída nos diferentes espaços sociais e como, em muitos deles, há reprodução de representações estereotipadas e exclusão da sua participação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; UNESP, 2001.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Feminismo, Cidadania e Transformação Social. In: Maria Betânia Ávila. (Org.). **Textos e Imagens do Feminismo: Mulheres Construindo a Igualdade**. Recife/PE: SOS Corpo - Gênero e Cidadania, 2001, p. 13-70.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Mais Mulheres no Poder** – Contribuição à Formação Política das Mulheres. Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês (consultoras). Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/Contribuicao%20a%20formacao%20politica%20das%20mulheres.pdf/view>. Acesso em: 17 fev. 2013.

BRASIL. **Pesquisa DataSenado: Mulheres na Política**. Brasília: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2009. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 11 jun. 2012.

COSTA, Albertina de Oliveira; MELO, Jacira Vieira de. Análise sobre a cobertura da imprensa sobre Mulheres na Política e Espaços de Poder. /n: VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres**: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, DF: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/imprensa-e-agenda-dos-direitos-das-mulheres-2011>. Acesso em: 17 fev. 2013.

CRUZAMENTO de Candidaturas. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2022. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25_back=22&p25_cruzamento_1=ds_sexo&clear=RP,25&session=8170878761684. Acesso em: 28 set. 2023.

ELEITORADO. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=5177705803755>. Acesso em: 27 set. 2023.

ESTATÍSTICA de candidatos – Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**, 1999. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/estatistica-de-candidatos-brasil>. Acesso em: 27 set. 2023.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: mulheres na política. **Revista de Estudos Feministas**, [S. l.], v. 9. n. 1. p. 167-206, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010. Acesso em: 24 set. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia** (jornalismo como produção social da segunda natureza). São Paulo: Ática, 1989.

MONTHLY ranking of women in national parliaments. **IPU Parline**, 2023. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=9&year=2023>. Acesso em: 27 set. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos feministas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9707>. Acesso em: 28 fev. 2013.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Luciana Soares da. **A mulher na política**: representação, gênero e violência no discurso jornalístico. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOBRE a ANDI. **ANDI**, [2023?]. Disponível em: <https://andi.org.br/sobre/?soa=1>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOBRE o Instituto Patrícia Galvão. **Agência Patrícia Galvão**, [2023?]. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 27 set. 2023.

VARGAS, Mateus. Deputado faz declaração machista e gordofóbica em comissão. **Folha de S. Paulo**, 04 ago. 2023. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50358&anchor=6481111&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=a2d313812dfc7ba6a9f493be658f6b21>. Acesso em: 28 set. 2023.

WOMEN in national parliaments. **União Interparlamentar**, 31 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif310310.htm>. Acesso em: 27 set. 2023.



2

Lidiane Reis Alves Pimenta

DE EVA A TÁBATA: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE CULPA EM UM DISCURSO POLÍTICO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-136-9.2

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, a partir do aparato teórico semiolinguístico, buscamos analisar como ocorre a construção do *ethos* de culpa no discurso político enunciado pela Deputada Federal por São Paulo, Tábata Amaral. O *corpus* foi obtido a partir de uma publicação realizada na data de 26 de março de 2022, na rede social *Instagram*.

Nossa opção pelo discurso proferido por Tábata Amaral deu-se devido a deputada ter alta representatividade nas redes sociais, possuir uma conta de grande alcance, tendo em vista possuir cerca de um milhão de seguidores, com um perfil bastante ativo na construção de conteúdo. Ademais, Amaral constitui-se no *Instagram* como instância política, que direciona seu discurso à instância cidadã, ou seja, aos eleitores, e busca, dessa forma, construir estratégias que a façam captar o público que circula no espaço da *web*.

Tendo em vista que as questões de gênero assumem grande importância nos estudos discursivos, sendo uma pauta sempre atual, buscamos analisar a constituição do *ethos* da enunciadora¹⁵ na articulação com a construção socio-histórica do sujeito feminino. Desse modo, pretendemos compreender que aspectos são acionados na materialização de imaginários sociodiscursivos permeados no discurso político, e como tais imaginários favorecem a constituição do *ethos* e o torna importante estratégia política.

Salientamos que, historicamente, a arena política é um espaço predominantemente masculino, no Brasil, a Câmara dos Deputados é composta por 513 cadeiras, em 2018 foram eleitas 77 deputadas e nas eleições de 2022, foram eleitas o total de 91 deputadas

15

Embora em seus estudos Charaudeau utilize o termo enunciadador sempre no masculino optamos por empregar o termo no feminino, uma vez que reconhecemos que no *corpus* analisado há um ser social feminino que se desdobra em um sujeito do dizer vinculado a esse ser social, logo, julgamos ser adequada a utilização de enunciadora.

(Bancada [...], 2022¹⁶), o que equivale a apenas 17,7% das vagas na Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres.

No Senado Federal, composto por 81 cadeiras, foram eleitas quatro senadoras para a legislatura iniciada em fevereiro de 2023, somando-se as que já ocupavam uma vaga no Senado, totaliza-se dez mulheres senadoras para o atual mandato. Desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil teve 39 presidentes, destes, apenas uma mulher, Dilma Rousseff.

Portanto, aliar a realidade política brasileira no tocante às questões de gênero aos estudos discursivos possibilita a ampliação do olhar crítico e do debate social sobre tal pauta, de modo a favorecer a discussão sobre a baixa representatividade feminina no Congresso brasileiro e sobre a naturalização da exclusão da mulher dos espaços de decisão.

Amaral é uma mulher jovem que está em seu segundo mandato político e que ficou nacionalmente conhecida devido a várias reportagens que a identificavam como a jovem da periferia que obteve bons resultados nas competições das Olimpíadas Brasileiras de Matemática para Escolas Públicas (OBMEP), fato que lhe resultou em uma bolsa de estudos em um colégio particular. Ao longo de seus estudos no Ensino Básico, conquistou inúmeras medalhas em competições de matemática e ciências e integrou equipes brasileiras em competições internacionais. Aprovada com bolsa de estudos em seis universidades americanas, optou por estudar Ciência Política e Astrofísica na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Enquanto Deputada Federal, eleita para seu primeiro mandato para o período de 2019 a 2022, reeleita para 2023 a 2026, tem a educação como sua principal plataforma de trabalho. Amaral atua como membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

16

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>. Acesso em: 20 out. 2022.

e apresentou ao longo de seu mandato vários projetos de leis direcionados à educação.

Desse modo, optamos por buscar um *corpus* relacionado à pauta educacional, uma vez que o assunto é recorrente nos discursos da enunciativa. Como já mencionado anteriormente, extraímos a publicação a ser analisada do *Instagram* cuja data é do ano eleitoral de 2022, período em que há o aumento de investimento em criação de conteúdo para as redes sociais, uma vez que são dispositivos atuais e eficazes de propagação do discurso político, com estratégias cada vez mais refinadas de captação do eleitorado.

O ATO DE LINGUAGEM PELAS LENTES DA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

A Teoria Semioliológica, proposta discursiva elaborada por Patrick Charaudeau tem como ferramenta primordial o discurso, o qual se encontra fortemente amparado pelo referencial lingüístico. A teoria aborda o ato de linguagem como a totalidade da encenação lingüística, que busca articular o plano situacional, relativo ao contexto socio-histórico de produção discursiva, ao plano lingüístico, referente às características internas do discurso.

Tal encenação é chamada por Charaudeau de *mise-en-scène*, composta por, no mínimo, quatro sujeitos: EUc – Eu comunicante e TUi – Tu interpretante, que são os dois sujeitos agentes, seres sociais, localizados na esfera externa do ato de linguagem; EUe – Eu enunciativo e TUd – Tu destinatário, realizados e instituídos na fala, encontram-se no espaço interno do quadro comunicacional.

Assim, o pesquisador afasta-se da perspectiva adotada pela Teoria da Comunicação, que estabelece a função comunicativa entre

um remetente (falante/codificador) e o destinatário (ouvinte/deco-
dificador), cujo processo ocorre de forma linear e exitosa. Na Teoria
Semiolinguística existem quatro sujeitos languageiros (EUc, EUe, TUi
e TUd) ao invés de dois (emissor e receptor). Para Charaudeau, todo
processo enunciativo passa por essas quatro instâncias e não ape-
nas duas e os efeitos de sentidos que emanam do ato languageiro,
nem sempre são os visados pelo locutor.

Os quatro sujeitos languageiros participam de um jogo de
encenação entre o *dizer* e o *fazer* que se combinam de modo indisso-
ciável e compõem o ato de comunicação, sendo o *fazer* relacionado
ao circuito situacional (externo) e o *dizer* associado ao circuito dis-
cursivo (interno). Logo, o discurso político, como ato de linguagem,
para conseguir ser desvelado deve ser considerado na totalidade da
enunciação languageira, ou seja, em ambos os circuitos. Este pro-
cesso está representado na figura abaixo que mostra os quatro sujei-
tos languageiros a partir de dada situação de comunicação, operando
dentro de um contrato de comunicação.

Figura 1 – Situação de Comunicação



Fonte: Charaudeau (2019a, p. 52).

No circuito externo, interagem o EUc e o TUi, sujeitos que compreendem o quadro do *fazer*, nomeados como *parceiros*; no circuito interno estão o EUe e o TUD, pertencentes ao quadro do *dizer* e identificados por *protagonistas*. Há um encontro de sujeitos que não são idênticos, sendo o ato de linguagem um evento de produção exercido por um EU iniciador do processo de produção que se dirige a um TU destinatário, há também um evento de interpretação produzido por um TU interpretante que constrói uma imagem do EU locutor. Percebe-se que o ato de linguagem é um encontro dialético, que envolve tanto o circuito externo como interno do quadro comunicacional e não um simples processo de produção de uma mensagem por um emissor destinado a um interlocutor.

No circuito externo encontramos o EUc que é quem comanda a produção do ato linguageiro, é uma pessoa de existência real, com identidade social, é quem fala ou escreve, e quem coloca em cena, por meio de uma projeção discursiva, o EUe, ser de palavras, possuidor de uma identidade discursiva. O circuito externo também é composto pelo TUi, pessoa real, que lê e interpreta o texto, mas de uma forma independente do EU, uma vez que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação.

Quando o EUc, ser de fala, converte-se em EUe e institui o outro como TUD, ser projetado no discurso conforme as representações linguageiras das práticas sociais, passa-se do circuito externo para o circuito interno do ato de linguagem.

No circuito interno do discurso, espaço que a enunciação acontece, encontramos o EUe, caracterizado como um ser discursivo, que corresponde a uma imagem de si mesmo que o EUc objetiva passar para o TUi, sendo que este pode aderir ou não à imagem produzida pelo EUc. O TUD também é um ser do discurso, uma imagem que o EUc tem do TUi, uma idealização formulada pelo EUc acerca de quem seja o TUi.

Charaudeau (2019a) cita um exemplo didático para tornar a compreensão dos sujeitos linguageiros mais fácil: no enunciado “Saia!”, o EUC, responsável pelo ato de produção, organiza o ato de linguagem de modo a criar a imagem de um EUE de autoridade, alguém que está em posição de superioridade em relação ao TU, e isso implica um TUD que é instituído como “sujeito que deve obedecer a uma ordem”. O TUD, como a imagem projetada pelo EUC, não pode fazer nada além de obedecer a ordem, porém, no processo de interpretação, o TUI, que é um sujeito que age independentemente do EU, pode recuperar a imagem do TUD que o EUC apresentou, ou seja, obedecer a ordem de sair ou pode recusar o estatuto do TUD fabricado pelo EUC, gerando uma não identificação ao não obedecer a ordem emitida. Desse modo, postula-se que o TUD está em relação de transparência com a intencionalidade do EUC, todavia, o TUI encontra-se em uma relação de opacidade com tal intencionalidade, visto que age independentemente do EU.

Dessa forma, Charaudeau também compreende que não há relação de transparência entre o EUE e EUC, exatamente pelo primeiro ser uma representação linguageira realizada pelo segundo. Conforme o pesquisador o “EUE é apenas *uma máscara de discurso* usada por EUC. É por isso que EUC, consciente desse estado de fato, pode jogar, com finalidades estratégicas, tanto o jogo da transparência entre EUE e EUC, quanto da ocultação do EUC por EUE” (Charaudeau, 2019a, p. 49).

Conforme citado no exemplo acima, o EUC projeta um TUD, o qual nem sempre será coincidente com o TUI e, mesmo quando há coincidência, não se pode falar que foi total, uma vez que não é possível abarcar todas as intenções efetuadas pelo EUC no ato linguageiro. Há, também, alternância de papéis, pois quando o TUI toma a palavra, ele passa a ser o EUC e o EUC passa a ser o TUI. Ademais, além do EUE projetado pelo EUC existe um EUE idealizado também pelo TUI, portanto, podemos afirmar que existem dois EUE, um colocado em cena pelo EUC e outro projetado pelo TUI.

Com vistas a exemplificar o quadro comunicacional apresentado e os sujeitos linguageiros, elaboramos um caso em um contexto de dissimulação instaurada no discurso político:

Quadro 1 – Dissimulação no discurso político

<i>Situação de Dissimulação</i>	EUc = sujeito real, político enquanto ser social. TUi = ser social, cidadão/eleitor. EUe = sujeito de fala, imagem projetada pelo EUc, conforme sua intencionalidade de fala. TUd = imagem projetada pelo EUc sobre o TUi. EUc pensa <i>x</i>, mas pressupõe que o TUd pensa não <i>x</i> considerando o que sabe sobre TUi. O EUc quer obter a adesão e o consequente voto de TUi. EUe diz <i>não x</i> TUi, em um processo interpretativo, adere ao EUc com base no <i>não x</i> dito pelo EUe. Logo, instaura-se uma situação de dissimulação em que EUc mesmo pensando <i>x</i>, estabelece um ato de linguagem no qual o EUe diz <i>não x</i>, a partir da imagem TUd instaurada conforme conhecimentos prévios acerca de TUi.
---------------------------------	--

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Percebe-se, portanto, que o ato de linguagem vai além da transmissão e recepção de uma mensagem pelos sujeitos, mas resulta de uma *mise-en-scène*, isto é, de uma encenação em que todos representam papéis sociais, guiada por um contrato de comunicação. O ato de linguagem realiza-se em um ponto de convergência dos processos de produção e interpretação, caracterizados por duas entidades, desdobradas em sujeitos do *fazer* e do *dizer*.

Para Charaudeau (2019b) toda ação languageira ocorre dentro de uma situação específica de comunicação, que o teórico denomina contrato de comunicação, que prevê algumas restrições

e estratégias. Dentre as restrições podemos citar a identificação dos parceiros, o tipo de comunicação estabelecida, se face a face ou se escrita. Deve-se pensar em quem são esses sujeitos, qual a relação estabelecida entre eles (profissional, familiar, comercial, amorosa etc.), qual o conhecimento que possuem um do outro, que imaginários são partilhados por eles. São restrições que precisam ser observadas para que o ato de linguagem seja bem-sucedido.

Segundo Charaudeau (2019a, p. 56)

A noção de estratégia repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados *efeitos* – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc.

Desse modo, o discurso político utiliza constantemente de estratégias que buscam seduzir e persuadir o eleitor. O EUc intenta construir uma imagem de si (EUe) que atenda às expectativas de quem ele imagina ser o TUi. Logo, o discurso político relaciona-se com a imagem do enunciador, com a razão e a paixão:

[...] a encenação do discurso político oscila entre uma ordem da razão e a da paixão, misturando, *logos*, *ethos* e *pathos*. [...] Para o político, é uma questão de estratégia a ser adotada na construção da sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político (Charaudeau, 2018, p. 84).

Abordaremos de forma mais pontual o *ethos* discursivo como estratégia do discurso político e como a enunciativa constitui sua imagem discursiva no *corpus* estudado de modo a relacionar o *ethos* que emerge do discurso com o contexto social e histórico que envolve o feminino a partir de uma sociedade marcadamente patriarcal, dessa forma, nos reportaremos também aos imaginários sociodiscursivos que cercam a figura da mulher.

O *ETHOS* NA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

O conceito de *ethos* remonta à Antiguidade Clássica, com os estudos de Aristóteles, conhecidos principalmente por meio de sua obra intitulada *Retórica*. Para o filósofo, a noção de *ethos* refere-se à uma imagem que o orador constrói de si mesmo, por meio do discurso, com o objetivo de persuadir o auditório.

A partir dos anos de 1980, alguns estudiosos vinculados à Análise do Discurso buscaram trabalhar o conceito de *ethos* de forma que ultrapassasse o quadro argumentativo, em uma perspectiva que o inscreve no ato de enunciação.

Nos estudos discursivos, encontramos vertentes que consideram o *ethos* apenas em uma concepção discursiva, mas a linha a qual nos filiamos, a Teoria Semiolinguística, o entende em uma conjugação do plano enunciativo com os dados preexistentes ao discurso. Patrick Charaudeau (2018) estudou a questão do *ethos* no campo da Análise do Discurso como uma das estratégias vinculadas ao gênero discursivo político.

Charaudeau (2018) reflete sobre a concepção de *ethos* e o associa às identidades, tanto social como discursiva:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem que se transveste o interlocutor a partir daquilo que se diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (Charaudeau, 2018, p. 115).

Percebe-se que, para o estudioso, o *ethos* afasta-se da noção posta inicialmente pela Retórica, a qual o concebe em uma perspectiva discursiva, em que o orador constitui uma imagem de si a partir do que se fala, e voltada para a finalidade de persuasão. Charaudeau alia ao *ethos* os conceitos de identidade, pois segundo ele, a imagem de si ancora-se tanto ao que o público sabe antes acerca do sujeito enunciador quanto ao que se apresenta no ato de linguagem.

No campo político, objeto de nosso estudo, é recorrente o acionamento, por parte dos candidatos, de fatos de sua vida pregressa, como a profissão, percurso educacional, informações sobre a família, atividades de lazer que praticam, dentre outras informações que ajudarão a compor um projeto enunciativo voltado a conquistar o eleitor, a construir uma imagem positiva de si, que atenda aquilo que acredita ser apreciado por determinado público, como ser um bom líder, religioso, competente, que valoriza a família etc. Entendemos que até mesmo sem conhecer dados precedentes ao candidato o enunciador é capaz de elaborar uma imagem deste, uma vez que é comum circular na sociedade imaginários acerca do político.

A posição adotada pela Teoria Semiolinguística inscreve o *ethos* como resultado do ato discursivo, das escolhas linguísticas efetuadas pelo EUc para originar um EUe, mas ao mesmo tempo, apoia-se na imagem prévia relacionada ao enunciador. Charaudeau (2018) afirma que o *ethos* é resultado da fusão de duas identidades, a social e a discursiva, as quais se incorporaram em uma única, sendo essa combinação que gera o poder de influência do enunciador.

O EUc mostra-se em sua identidade social, na qual se funda sua legitimidade e seu direito à palavra, segundo a situação de comunicação em que está inserido. Situação composta, dentre outros elementos, pelo contrato de comunicação que, em função da identidade dos parceiros e dos objetivos comunicacionais destes, reúne as condições para a realização do ato enunciativo, no qual o sujeito constrói para si uma identidade discursiva, que resulta o EUe.

Conforme Charaudeau (2018), o destinatário pode construir do enunciador uma imagem que este não desejou, ou seja, contrariando a visada discursiva pretendida pelo locutor, logo a construção do *ethos* dá-se na relação estabelecida entre o EUe e o TUD, sujeitos discursivos, projetados pelo EUc.

Diante dos estudos apresentados, percebemos que o *ethos* na Teoria Semiolinguística é entendido na conjuntura da fusão daquilo que se sabe *a priori* do locutor e do que é construído no ato de linguagem. Como aponta Charaudeau (2018), o *ethos* liga-se a um cruzamento de olhares, é a imagem que o locutor objetiva produzir de si, construída discursivamente a partir da maneira como pensa que o outro o vê ou como deseja que o outro o veja, associada à imagem que o interlocutor tem do sujeito falante, com base em indícios pré-discursivos.

O *ethos*, como resultado de um jogo de máscaras, que aciona diferentes representações sociais, pauta-se em uma encenação linguageira, na qual os sujeitos, em função dos imaginários sociodiscursivos e das identidades dos parceiros, constroem imagens uns dos outros ao agirem e falarem.

Portanto, compreendemos que o *ethos* deve ser considerado tanto em uma perspectiva extradiscursiva quanto intradiscursiva, não sendo construído somente por meio do discurso, uma vez que influem aspectos sociais em sua composição, o que nos possibilitará melhor compreender as imagens acionadas pela enunciatória no discurso político.

ETHÉ DE CREDIBILIDADE E ETHÉ DE IDENTIFICAÇÃO

Charaudeau (2018) desenvolveu seus estudos em uma perspectiva teórica alicerçada no discurso político, o teórico apresenta duas categorias de *ethos*: *ethé* de credibilidade, fundado em um discurso da razão; e *ethé* de identificação, vinculado a um discurso do afeto. Porém, estes conceitos podem ser adaptados e utilizados em outros gêneros do discurso como o publicitário, o religioso, o jornalístico etc. Ressalta-se que a Análise do Discurso francesa nasce fundamentalmente da análise dos discursos políticos e foi sendo ampliada para outros campos de investigação, possibilitando estudos nas mais diversas áreas.

Na teoria proposta por Charaudeau, as categorias de *ethos* foram estipuladas a partir dos estudos com foco no discurso político, conforme o teórico:

[...] o *ethos* político é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio dos imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser (Charaudeau, 2018, p. 137).

Na Teoria Semiolinguística a credibilidade não é uma qualidade associada à identidade social do sujeito, mas resultado de um constructo discursivo efetuado pelo falante, de modo a torná-lo digno de crédito. O pesquisador (2018) desenvolve o exemplo do sujeito político, o qual deve responder a seguinte pergunta: "Como fazer para ser aceito?", para tanto, deve construir, por meio da encenação linguageira, uma imagem em que se coloque como digno de fé, que corresponda à qualidade de credibilidade, dessa forma, deve demonstrar um *poder fazer*, uma vez que mostrar-se crível implica ter esse poder.

No discurso político a credibilidade é essencial, mostrar uma imagem de si que consiste em levar o interlocutor a acreditar que se tem conhecimento ou meios de pôr em prática aquilo que anuncia ou promete. Conforme Charaudeau (2018), a credibilidade deve satisfazer concomitantemente a três condições: de sinceridade, que equivale a apresentar-se como transparente, desenvolver um discurso que aparenta ser verdadeiro; condição de performance, referente a um fazer, aplicar o que se promete; e condição de eficácia que diz respeito a ocorrência de resultados positivos àquilo que foi prometido.

Para representar o conjunto de *ethé* de credibilidade, Charaudeau define três tipos de *ethos*: sério, virtuoso e competente. O *ethos* de sério é caracterizado por diferentes índices corporais e mímicos, como por exemplo uma expressão circunspecta, rigidez na postura corporal, um comportamento comedido diante de críticas. Índices verbais também são considerados, como tom firme e ponderado, um falar direto e simples, sem muitos efeitos oratórios. O *ethos* de seriedade também se constrói pelas propostas de trabalho apresentadas, as quais não podem ser de difícil realização.

O *ethos* de virtude está associado a uma visão nobre da política, ou seja, o político deve demonstrar sinceridade, fidelidade e uma honestidade pessoal, que remete tanto a uma retidão de caráter na vida pública como privada. Por fim, o *ethos* de competência exige, simultaneamente, o saber e a habilidade, o enunciador deve demonstrar domínio do assunto do qual trata e deve provar ter os meios, poder e experiência devidos para realizar suas propostas.

Quanto aos *ethé* de identificação estes são extraídos do afeto social e visam alcançar o maior número de indivíduos, conforme Charaudeau (2018), o *ethos* é construído com base em uma tríplice relação: entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência; o si visa afiançar a imagem ideal e o outro, influenciado por essa imagem, adere à pessoa que a ele se dirige. E dessa forma transcorre o discurso político, no qual o *ethos*

do enunciador é construído direcionado a si mesmo, para o eleitor e para os valores sociais de referência.

Os *ethé* de identificação acionam diferentes valores que o político acredita que provocarão uma aquiescência do cidadão, como imagens associadas ao conservadorismo ou de liberal, sinceridade, homem ou mulher “do povo”, intelectual, logo, joga com imagens que considera positivas, ligadas a valores de referência e que, perante determinado público, poderá resultar em uma adesão desse possível eleitor.

O teórico destaca alguns *ethé* de identificação mais recorrentes no discurso político, sendo eles: potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade. De forma breve, apresentaremos alguns pontos relevantes de cada *ethos* a fim de caracterizá-los.

O *ethos* de potência é entendido como uma energia física que impulsiona à ação, remete ao imaginário de força corporal ou determinação em agir. O *ethos* de caráter também é vinculado à força, porém, neste caso, à do espírito, sendo relacionado à coragem, controle de si, firmeza e moderação. O *ethos* de inteligência desperta a admiração e o respeito àquela pessoa que demonstra possuí-la, é uma característica vinculada não à vida política do enunciador, mas é apreendida decorrente do comportamento da vida privada.

Outro *ethos* que compõe o conjunto de *ethé* de identificação é o de humanidade, associado à capacidade que o político tem de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem. Geralmente é acionado em situações dramáticas, como acidentes, tragédias naturais ou humanitárias, nas quais o político expressa sentimentos de comoção que envolve a situação.

O *ethos* de chefe se direciona para o cidadão, “é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado” (Charaudeau, 2018, p. 153). No domínio político essa figura é associada à imagem daquele que conduz e comanda o seu povo.

Por fim, tem-se o *ethos* de solidariedade que se caracteriza “pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados” (Charaudeau, 2018, p. 163). O movimento identitário de solidariedade é expresso por um sentimento de partilha, mostrar-se atento às necessidades dos outros.

Diante da apresentação e breve explanação acerca das duas categorias de *ethé* determinadas por Charaudeau, reflete-se que no discurso político o *ethos* deve abranger imaginários amplamente engendrados na sociedade, para que atinja a grande parte do eleitorado de modo a haver identificação e/ou credibilidade. Conforme o teórico assevera, o *ethos* é como um espelho da cidadania “no qual se refletem os desejos uns dos outros” (Charaudeau, 2018, p. 87).

A seguir abordaremos o modo de organização enunciativo do discurso, no qual encontramos os protagonistas, seres de fala, internos ao ato linguageiro e que nos auxiliam, por meio de todo o contexto discursivo, a compreender a encenação do ato de comunicação e a depreender a identidade discursiva que é base para a constituição do *ethos*.

O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

Na Teoria Semiolinguística do discurso, Charaudeau (2019a) aponta que o ato de comunicação é composto pela situação de comunicação, a língua, o texto e os modos de organização do discurso. Nessa seção, nosso foco é o último elemento, ou seja, o modo de organização do discurso, mais especificamente o enunciativo.

Charaudeau (2019a) define o modo de organização do discurso como os procedimentos linguísticos que operam na categorização do mundo referencial, conforme finalidade estabelecida pelo enunciador: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Por conseguinte, o autor lista quatro modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

Para iniciar nossas considerações acerca do modo enunciativo do discurso é primordial refletir sobre o conceito de enunciação. Nesse sentido, Xavier (2021) cita os estudos de Émile Benveniste (1970) ao afirmar que a enunciação é o ato de colocar em uso o sistema da língua, sendo o discurso a manifestação da enunciação. Podemos entender a enunciação como um processo que coloca em funcionamento a língua e resulta no enunciado, como seu produto. Segundo Xavier (2021, p. 100) “O modo enunciativo é, portanto, uma categoria do discurso (e não de língua) e se refere ao comportamento dos interlocutores, *seres da fala*, internos ao ato de linguagem”.

O modo enunciativo articula-se segundo duas ordens: linguística, que reflete as marcas linguísticas do enunciador no enunciado, como por exemplo, pronomes pessoais, advérbios, tempos verbais, adjetivos etc.; a segunda ordem é a discursiva, refere-se à encenação do dizer pelo enunciador, os efeitos de sentidos produzidos, e, ademais, a partir dessa ordem os outros modos discursivos (descritivo, narrativo e argumentativo) são colocados em cena (Charaudeau, 2019a).

Portanto, o modo enunciativo é uma categoria do discurso que designa o modo pelo qual o sujeito falante atua na encenação do ato de comunicação, logo, tal modo relaciona-se ao ordenamento das categorias da língua, de forma a apreender a posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao que *ele próprio diz* e em relação ao *que o outro diz*, ao passo que também atravessa a encenação dos demais modos de organização.

Tendo em vista que nosso *corpus* de análise é caracterizado como discurso político, sendo este entendido como um “jogo de máscaras”, em que a encenação discursiva ocorre por meio da ação de influência entre enunciador e sujeito destinatário, ação, comumente, mascarada por meio de diversos procedimentos linguístico-discursivos, entendemos que estudar o modo enunciativo é uma forma de apreender a construção de sentidos no *corpus* selecionado.

Concernente aos procedimentos enunciativos, distingue-se três funções, sobre as quais, para facilitar o entendimento, elaboramos exemplificações:

- *Enunciação alocutiva*: há o estabelecimento de uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor, geralmente expressa por meio de pronomes pessoais de segunda pessoa, acompanhados de verbos modais, de qualificativos e de variadas denominações que refletem a implicação do interlocutor, o lugar designado a ele pelo locutor e a relação entre ambos. Conforme Charaudeau (2018), a forma como o interlocutor é acionado no enunciado, tem o poder de fabricar determinada imagem do locutor, fato que contribui na construção do *ethos*. No enunciado “Meu povo...” proferido por um político, aciona-se a imagem de um chefe de Estado, quanto ao enunciado “Companheiros e companheiras...” o interlocutor poderá acionar a imagem de um político de esquerda, devido aos imaginários sociais estabelecidos na sociedade sobre tal construção enunciativa advinda de um político.
- *Enunciação elocutiva*: revela-se o *ponto de vista* do locutor. Tal enunciação é expressa por pronomes pessoais de primeira pessoa acrescidos de verbos modais, de advérbios e de qualificativos que, além de colocar o enunciador em cena, refletem seu posicionamento. No enunciado

“Eu me comprometo a cuidar de nossos jovens” o trecho destaca o enunciador e fabrica um *ethos* de compromisso, de alguém que está se responsabilizando com a juventude. Conforme Charaudeau (2018), quando a enunciação elocutiva é expressa por meio de pronome de terceira pessoa no plural, contribui para criar um *ethos* de solidariedade, como em “Vamos lutar para a construção de um país mais justo”, no qual o político apresenta-se como alguém que se encontra junto ao povo, em uma luta, supostamente, conjunta.

- *Enunciação delocutiva: retoma* a fala de um terceiro. É expressa por meio de enunciados que visam apagar traços dos interlocutores, a fim de aparentar impessoalidade. Segundo Charaudeau (2018, p. 179), “A enunciação delocutiva faz o auditório entrar em um mundo de evidência e, empregada no discurso político, paramenta o orador como se fosse um *soberano*, pois ele é colocado acima da massa e se faz portador de uma verdade estabelecida”. No exemplo “Brasil, um país de todos” o enunciado não implica um enunciador nem um interlocutor, a voz que emerge é uma voz que apresenta uma – suposta – verdade soberana: o Brasil é um país que oferece a inclusão de todos.

Charaudeau (2019a) apresenta um quadro dos procedimentos da construção enunciativa, composto por três colunas: Comportamentos Enunciativos, Especificações Enunciativas e Categorias de Língua, que pode ser representado da seguinte forma:

Figura 2 – Procedimentos de construção enunciativa

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA (relação do locutor ao interlocutor) ⇒ ALOCUTIVO	Relação de força (locutor/interlocutor) + -	Interpelação Injunção Autorização Aviso Julgamento Sugestão Proposta
	Relação de pedido (locutor/interlocutor) - +	Interrogação Petição
PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO (relação do locutor consigo mesmo) ⇒ ELOCUTIVO	Modo de saber	Constatação Saber/ignorância
	Avaliação	Opinião Apreciação
	Motivação	Obrigação Possibilidade Querer
	Engajamento	Promessa Aceitação/recusa Acordo/desacordo Declaração
	Decisão	Proclamação
APAGAMENTO DO PONTO DE VISTA (relação do locutor com um terceiro) ⇒ DELOCUTIVO	Como o mundo se impõe	Asserção
	Como outro fala	Discurso relatado

Fonte: Charaudeau (2019a, p. 85).

Abordar o modo enunciativo do discurso é de fundamental importância para buscar, a partir das marcas linguísticas, os efeitos de sentidos que emergem da enunciação, sendo o discurso político um campo fértil para buscar compreender a encenação discursiva do enunciador dentro de determinado propósito comunicativo.

CULPABILIDADE E REDENÇÃO: DE EVA A TÁBATA

O *corpus* que analisaremos é referente ao ano eleitoral de 2022, sendo um vídeo postado no *feed* do *Instagram* de Amaral na data de 26 de março de 2022. O vídeo é formado a partir de fotos pessoais da parlamentar, que a retratam durante a infância, entre familiares, registros durante a trajetória universitária e no exercício do trabalho no Congresso, com uma música ao fundo. O vídeo está associado ao seguinte enunciado, escrito no *feed*:

A educação mudou a minha vida e hoje o meu propósito é trabalhar para que todas e todos tenham as mesmas oportunidades. Tive uma conversa muito massa no @uma-estrangeira_podcast, a convite da @gabi_instaaberto, e contei um pouco sobre a minha história e também sobre meu trabalho na Câmara. Bora ouvir! (Amaral, 2022).

Transcrevemos a seguir o enunciado que se desenvolve no vídeo:

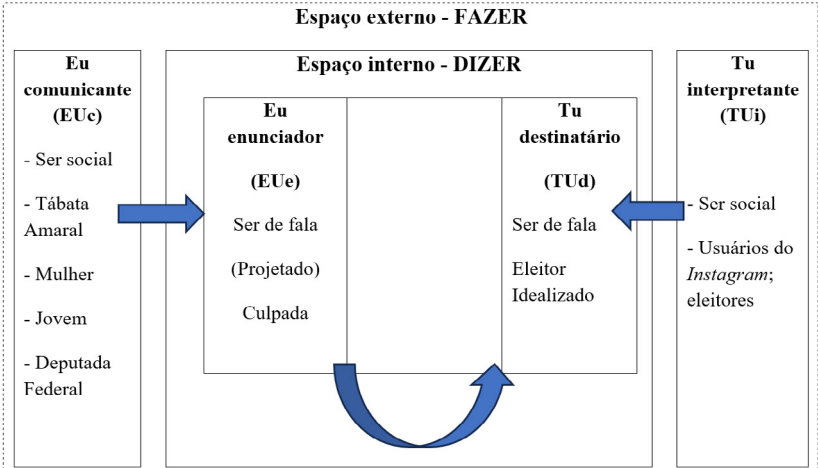
A educação mudou a minha vida, de uma forma muito específica, mas foi a educação. E eu 'tô' aqui e pessoas que eu amo, muito talentosas, muito esforçadas, como meu pai, não estão, algumas não estão mais vivas. Eu preciso fazer alguma coisa, eu preciso transformar essa culpa de 'Porque eu fui escolhida.' 'Porque eu tive sorte e meus vizinhos e meus amigos e meus familiares e essas pessoas não'

É... em uma retribuição, do tipo, então eu vou lutar para que mais pessoas tenham essas oportunidades, para que as pessoas tenham dignidade e isso, obviamente, se traduz 100% no meu trabalho de hoje (Amaral, 2022)¹⁷.

Como nosso objetivo é analisar além do discurso verbal o imagético que se manifesta no *corpus*, apresentaremos ao longo da análise alguns *frames* da publicação.

No *corpus* em questão, há uma situação de comunicação que emerge da circunstância política, havia uma eleição que se aproximava, na qual os futuros candidatos, por meio de diferentes estratégias, buscam captar o eleitorado. Logo, há um propósito em jogo, estabelecido pelo contrato de comunicação político e encenado por quatro sujeitos linguageiros, que se revelam da seguinte forma:

Figura 3 – Situação de comunicação da publicação Culpabilidade e Redenção



Fonte: elaborado pela autora com base em Charaudeau (2019a, p. 52).

17 O vídeo na integralidade pode ser acessado no endereço <https://www.instagram.com/p/CbkjyMBDiG2/?hl=pt-br>

No espaço externo, há o EUc Táбата Amaral, mulher, jovem, Deputada Federal e o TUi, caracterizado pelos usuários da rede social *Instagram*, eleitores, os quais não é possível identificar com exatidão, tendo em vista a amplitude de alcance que as mídias digitais chegam; EUc e TUi ambos seres sociais.

O EUc produz o EUe, o qual se encontra no espaço interno da situação de comunicação, no campo do dizer. O EUe é um ser de fala, ou seja, é instituído pelo EUc por meio do ato de linguagem. No *corpus* analisado, o EUc constrói um EUe culpado pela educação que obteve, conforme podemos observar no enunciado “eu preciso transformar essa culpa”.

O discurso proferido pela enunciadora segue traços do relato pessoal, como a expressão de experiências pessoais vividas, marcadas por um tom de emoção e lamento, no *corpus* tais características são acentuadas devido à culpa que emerge do EUe. No relato pessoal, as vivências apresentadas são selecionadas segundo fatores que o EUc objetiva dar relevância, narrando-as de modo a enfatizar o que deseja, fator bem característico do discurso político na *web*, que visa a dramatização de acontecimentos da vida particular com o objetivo de captar a instância cidadã.

Podemos identificar, inicialmente, o *ethos* de inteligência, embora a enunciadora em seu discurso verbal o negue ao associar sua trajetória a “sorte” e dizer ter sido “escolhida” “porque eu *fui escolhida*, porque eu *tive sorte*”. Todavia, estamos analisando um *corpus* multissemiótico, que juntamente com os discursos verbais são construídos enunciados imagéticos, que muito ajudam a entender os sentidos veiculados no *corpus* como um todo.

O enunciado inicial “A educação mudou a minha vida, de uma forma muito específica, mas foi a educação” vem acompanhado das seguintes imagens:

Figura 4 – Ethos de inteligência



Fonte: captura de tela realizada pela autora no Instagram @tabataamaralsp.

Percebe-se que, embora, ao longo do enunciado verbal a enunciadora não se refira a si mesma como inteligente, as imagens iniciais revelam essa intenção discursiva, pois a primeira imagem a retrata com inúmeras medalhas, que associada a sua identidade social, inferimos ser das várias competições de matemática e ciências que participou enquanto estudante do ensino básico. A segunda imagem a retrata com a camiseta do Colégio Etapa, escola particular que foi bolsista devido aos bons resultados obtidos nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas. Na camiseta encontra-se escrito “Bicho 2012” e nas faces as siglas USP, referente à Universidade de São Paulo, ou seja, é uma imagem que demonstra a aprovação da enunciadora no vestibular da USP. Na terceira imagem a identificamos vestindo um agasalho com a letra “H”, simbolizando a Universidade de Harvard, na qual foi aluna de graduação.

Emerge, portanto, um *ethos* de inteligência, que embora não seja acionado explicitamente pelo discurso verbal, vem à tona por meio das imagens iniciais do *corpus*: uma jovem com inúmeras medalhas conquistadas em competições nacionais e internacionais, aprovada em uma das melhores universidades brasileiras e estudante em Harvard.

A enunciadora caracteriza-se como uma mulher que não ficou à sombra, mas sobressaiu-se em sua trajetória, entretanto diz sentir-se culpada por seu resultado, tanto que contrariando sua identidade social prévia de inteligência e dedicação, fala em sorte, que foi escolhida, foge, aparentemente, do discurso de meritocracia.

Caso analisarmos apenas a parte verbal dos enunciados, depreenderemos do discurso que a enunciadora reflete em ser “escolhida”, desse modo apresenta-se no *corpus* o imaginário social religioso. Tal qual Maria foi escolhida para ser a mãe do filho de Deus, a enunciadora seria a escolhida para ter a vida modificada, para usufruir dos benefícios que uma educação de qualidade pode proporcionar na vida de alguém, supostamente subvertendo a imagem prévia de esforço que a acompanha. Porém, quando analisamos o discurso imagético juntamente com o verbal, nota-se que algumas das imagens sugerem exatamente o contrário:

Figura 5 – A escolhida



Fonte: captura de tela realizada pela autora no Instagram @tabataamaralsp.

São duas imagens que se associam ao enunciado “Porque eu fui escolhida. Porque eu tive sorte”, na primeira, Amaral encontra-se sentada lendo, na segunda está em pé, usando roupas sociais, em um ambiente que sugere ser a parte externa do Congresso Nacional.

Ao selecionar exatamente essas duas imagens para acompanhar o referido enunciado, gera o efeito de sentido que as fotos são a chave para responder à inquietação posta discursivamente pela enunciatrice, ou seja, ela não foi “escolhida”, mas executou a ação de estudar e é contemplada pela sua dedicação, seja a conquista de uma vaga na Universidade, seja a eleição ao cargo público pleiteado.

A enunciatrice foi aprovada na Universidade de Harvard e chegou ao Congresso, foi eleita Deputada Federal, portanto, ao analisar as imagens juntamente com os enunciados verbais, depreende-se o efeito de sentido que não houve “sorte”, mas ocorreu um reconhecimento de suas possíveis capacidades por uma parte da instância cidadã, aqueles que nela votaram, o que nos remete ao mérito, condição que aparentemente a enunciatrice visa evitar, mas que emerge por meio das imagens quando associadas ao discurso verbal.

Conforme Charaudeau (2020, p. 121), o discurso político nas mídias recorre a uma dramatização exacerbada “Para atrair o público trata-se de construir o acontecimento numa narrativa suscetível de ter um impacto emocional [...]” é o que percebemos no *corpus* selecionado, a enunciatrice recorre a uma construção discursiva, por meio verbal e imagético, que evoca os dramas da vida (perda de pessoas queridas e talentosas, a ausência de acesso à educação, sentimento de culpa) o que aciona as emoções e não a racionalidade do destinatário. Para Charaudeau (2020):

a ação política se desenrola segundo as três fases clássicas do drama: a) uma situação de crise que se caracteriza, aqui, pela existência de uma *desordem social* de que os cidadãos (ou uma parte da coletividade) são as vítimas; b) uma *fonte do mal*, razão de ser da desordem, que pode encarnar-se numa pessoa, que deve ser achada e denunciada; c) uma possível *solução salvadora*, que pode encarnar-se na figura de um salvador que proporá reparar a situação de desordem. Trata-se, então, do velho esquema cristão da Redenção, que tem suas raízes em mitos sacrificiais muito antigos (o bode expiatório) e que, no domínio político, se desenvolve segundo o mesmo roteiro (Charaudeau, 2020, p. 90-91).

No *corpus*, identificamos como desordem social a ausência de dignidade, como reflete o enunciado “eu vou lutar para que mais pessoas tenham essas oportunidades, para que as pessoas tenham dignidade”, ou seja, a razão de ser dessa desordem é apontada pela enunciativa como a ausência de uma educação de qualidade de acesso amplo, que originaria a falta de dignidade. A solução salvadora posta é a intervenção da enunciativa, com ações em forma de retribuição ao próximo, atitude que se origina devido a culpa que alega sentir em decorrência das oportunidades que dispôs ao longo de sua trajetória na educação. A enunciativa constrói-se como o sujeito salvador que reparará tal desordem.

Para Charaudeau (2020), o objetivo de descrever a desordem social é produzir nos eleitores efeitos de compaixão, indignação ou angústia. A enunciativa age discursivamente de modo a despertar a compaixão no público, uma vez que angústia e indignação poderiam causar concomitantemente um sentimento de revolta, de questionamento do poder público, que ela também representa. Posiciona-se como alguém que foi vítima da desordem social, que perdeu pessoas queridas, dessa forma, vira alvo do sentimento de compaixão do público, mas ao mesmo tempo é alvo de admiração, pois conseguiu superar a situação de crise vivenciada e atualmente diz querer trabalhar para combater a fonte do mal.

Nota-se que emerge do *corpus* um discurso fortemente *patêmico*, que aciona a emoção como fonte de captação da instância cidadã, ao trazer à tona sentimentos como culpa e tristeza por perder familiares e amigos próximos. O discurso imagético também colabora para despertar algum sentimento no eleitorado, pois remete a enunciativa em momentos familiares, entre crianças, abraçando pessoas, distribuindo cestas básicas, fotos que podem gerar no interlocutor o sentimento de compaixão. Logo, há no *corpus* em questão, elementos linguageiros que podem deflagar na instância cidadã a compaixão e a identificação com a enunciativa ou a causa por ela defendida, pois podem remeter a valores comuns.

Segundo Charaudeau (2020, p. 91), o político que produz o efeito de compaixão no público deve dar “provas de sua implicação numa ajuda concreta”, o que a enunciadora tenta fazer por meio das imagens associadas aos enunciados, fotos em meio às crianças, em escola, do trabalho no Congresso.

Figura 6 – Ethos de culpa



Fonte: captura de tela realizada pela autora no Instagram @tabataamaral.sp.

No enunciado “Eu preciso fazer alguma coisa, eu preciso transformar essa culpa” identifica-se a construção de uma imagem de culpabilidade, arrependimento e conversão, uma vez que a culpa, perante o rito religioso cristão, somente pode ser absolvida frente ao processo de arrependimento, confissão e penitência. O “fazer alguma coisa” equivale a penitência a ser cumprida pela enunciadora que gerará o perdão à mulher que cometeu o pecado de saber demais, que “comeu do fruto do conhecimento”.

A enunciadora constrói uma identidade discursiva de um sujeito culpado por ter chegado a uma posição de destaque, por ter sido um caso singular no meio em que vive, de alguém que transpôs obstáculos sociais. Todavia, em uma situação que caberia, naturalmente, o orgulho pelo caminho traçado, emerge o sentimento de culpa.

Geralmente a culpa é oriunda da prática de algum mal a alguém, prejudicando tal pessoa de alguma forma, há um arrependimento por erros cometidos. No *corpus* não é possível identificar comportamento inapropriado da enunciadora, mesmo assim, confessa-se culpada.

Segundo Foucault (1988) a prática da confissão ganha força após a Contrarreforma, movimento caracterizado pela reação da Igreja Católica à Reforma Protestante, a fim de não perder fiéis. A confissão torna-se um sacramento, deriva da palavra latina *sacramentum* que significa, etimologicamente, algo que santifica. Logo, para obter a santidade e alcançar o perdão dos pecados o fiel deveria revelar ao sacerdote os seus erros. O sacramento da confissão surge como um exame de si, falar sobre seus desejos, atitudes e pensamentos. Era uma prática imposta pela Igreja Católica para purificação dos pecados.

O modo confessional reflete em diferentes situações atuais, seja na relação médico/paciente, psicólogo/paciente, mãe, pai/filhos, entre amigos e está presente nas redes sociais, confessar ao outro seus medos, angústias, sentimentos, é uma forma do sujeito político aproximar-se da instância cidadã e dramatizar seu discurso.

Retornamos ao enunciado “Eu preciso fazer alguma coisa, eu preciso transformar essa culpa de ‘Porque eu fui escolhida. Porque eu tive sorte. E meus vizinhos e meus amigos e meus familiares e essas pessoas não’. É... Em uma retribuição” do qual emerge o imaginário social de culpabilidade e redenção, sendo esta última alcançada mediante o trabalho: “então eu vou lutar para que mais pessoas tenham dignidade. E isso, obviamente, se traduz 100% no meu trabalho de hoje”

Todavia, o trabalho apontado pela enunciadora assume características de doação, pois é associado a uma forma de retribuição e quando analisamos as imagens que acompanham o enunciado verbal verificamos que fazem referência tanto ao trabalho no Congresso como a um trabalho assistencial, como verificamos a seguir:

Figura 7 – Ethos de humanidade



Fonte: captura de tela realizada pela autora no Instagram @tabataamaralsp.

Na primeira imagem verificamos a enunciadora em um ambiente que aparenta ser o Congresso, o microfone sugere que a parlamentar pode estar em uso da palavra. Na segunda imagem a enunciadora está com uma cesta básica nas mãos, com uma pessoa ao fundo, em segundo plano na imagem, o que transmite a mensagem de estar em uma ação de distribuição de cestas básicas.

A distribuição de cestas básicas não é uma atribuição de um Deputado Federal, que tem como responsabilidade legislar, fiscalizar o Governo Federal e representar a população. Portanto, a enunciadora ao abordar o trabalho que exerce como uma retribuição coloca-o em uma perspectiva filantrópica, de generosidade e caridade, logo, remete, novamente, ao imaginário religioso que emerge pela culpa e redenção. Depreende-se que somente haverá redenção do

sentimento de culpa se a enunciadora se colocar a serviço do outro, o trabalho assume um caráter de missão, um tom sagrado. O trabalho é construído discursivamente no *corpus* como um sacerdócio, que reflete não sobre o salário ou como atividade do cargo, mas como uma realização de um propósito.

Na figura 7, ao enunciar “E isso, obviamente, se traduz 100% no meu trabalho de hoje”, assume um *ethos* de humanidade; o trabalho da enunciadora é conduzido pelo olhar atento às necessidades do próximo, demonstra sentimento de “compaixão para com aqueles que sofrem” (Charaudeau, 2018, p. 148).

Ademais, ao analisar a Figura 7 verificamos que o trabalho da parlamentar é referenciado tanto no Congresso Nacional, conforme sugerido na primeira imagem, como no trabalho assistencial de levar cestas básicas a quem necessita, segundo indica a imagem à direita da figura. Há no imaginário social a veiculação do político às ações de doação, seja de alimentos, remédios, roupas, brinquedos, chocolates em época da celebração da Páscoa etc.

Logo, por meio das duas imagens, a parlamentar aciona a representação do político em ambiente formal do Congresso Nacional, votando leis, em trabalho burocrático, mas ao mesmo tempo, não abandona o imaginário social do político em meio à população em ações assistenciais. Muitas das imagens que compõem a parte visual do vídeo, associam-se ao tradicionalismo do imaginário político: cercado de crianças, abraçado e conversando com eleitores, em ação de distribuição de cestas básicas, conforme verificamos a seguir:

Figura 8 – Ethos de solidariedade



Fonte: captura de tela realizada pela autora no Instagram @tabataamaralsp

As imagens que compõem o enunciado “[eu preciso transformar essa culpa] em uma retribuição, do tipo, então eu vou lutar para que mais pessoas tenham essas oportunidades, para que as pessoas tenham dignidade” reverberam o *ethos* de solidariedade, de alguém que se põe como instrumento de ajuda ao próximo, visto que enuncia a partir de um sentimento de retribuição.

Na fé cristã é recorrente discursos que abordam a necessidade do fiel ser instrumento da ação de Deus na vida de outras pessoas; identificamos na biografia de santos católicos ações de doação ao próximo, exemplos de abnegação e uma vida dedicada a fazer o bem aos mais frágeis. A enunciativa ao abordar suas ações sob o viés da retribuição e da construção da dignidade aos que não a têm, constrói a imagem de seu trabalho como benevolência, altruísmo, um bem maior que não cabe remuneração.

Para Charaudeau (2018, p. 164) “Todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma ideia, um valor”, portanto, há um movimento identitário na base do *ethos* de solidariedade. A enunciativa utiliza-se da sua identidade social, uma jovem de origem socioeconômica vulnerável, que possui familiares, amigos e vizinhos que não conseguiram obter condições adequadas de estudo, e estabelece uma identificação com tal grupo, pois possuem as mesmas raízes sociais. “O *ethos* de solidariedade faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas” (Charaudeau, 2018, p. 163). A enunciativa é uma mulher política que assume um compromisso com a instância cidadã, mas o faz de forma a construir uma imagem de altruísmo, de quem se coloca a serviço do próximo, como instrumento para a concretização de uma ação maior.

Como já mencionamos, o *corpus* desenvolve-se segundo traços de um relato pessoal, o que nos revela um modo do sujeito colocar-se em cena. Percebe-se que o discurso utiliza-se da enunciação elocutiva, que não implica o interlocutor e expressa a subjetividade, o ponto de vista da enunciativa. Distinguímos algumas categorias elocutivas no discurso:

- A enunciativa inicia seu discurso com uma *Declaração*: **“A educação mudou a minha vida**, de uma forma muito específica, mas foi a educação”, que se desdobra segundo

uma *Confissão*, que conforme Charaudeau (2019a) caracteriza-se pela revelação de um saber e o reconhecimento de uma culpa. O EUE declara a mudança de vida advinda da educação e em seguida confessa a culpa sentida em decorrência deste mesmo fato.

- Percebemos o sentimento de culpa no enunciado “**Eu preciso** fazer alguma coisa, **eu preciso** transformar essa culpa”. Observa-se a categoria de *Obrigação*, a enunciadora, tomada por um sentimento de culpa, coloca-se na obrigação de agir. Conforme Charaudeau (2019a) podemos classificá-la em uma *obrigação interna*, que depende apenas do locutor e assume uma característica de ordem moral, em nome de um valor ético.
- Ao indagar-se sobre os motivos de ter tido sorte e haver sido escolhida enquanto outras pessoas não, a enunciadora postula um jogo entre *Saber e Ignorância*. “**Porque** eu fui escolhida. **Porque** eu tive sorte. E meus vizinhos e meus amigos e meus familiares **e essas pessoas não**”. A enunciadora sugere não saber os motivos de ser ela e não outra pessoa a vivenciar as experiências de uma educação transformadora.
- A categoria de *Promessa* revela-se no enunciado “então **eu vou lutar** para que mais pessoas tenham essas oportunidades, para que as pessoas tenham dignidade”. A promessa estabelece um compromisso assumido pela enunciadora de fazer algo. Embora não haja no enunciado uma categoria mais explícita referente à promessa, ressalta-se que o enunciado está vinculado a um discurso político, no qual as promessas de campanha, de trabalho parlamentar, são frequentes e necessárias para persuadir o eleitor sobre o possível desejo e compromisso do político em realizar suas propostas.

- Por fim, no enunciado “E isso, **obviamente**, se traduz 100% no **meu trabalho** de hoje” há a categoria de *Constatação*, ou seja, o reconhecimento pela enunciativa que o desejo de retribuição, decorrente do sentimento de culpa, perpassa por todo o seu trabalho.

Concerne dizer que emergem por meio da enunciação elocutiva categorias modais que constata a vinculação do *corpus* ao imaginário sociodiscursivo religioso. Inicia-se com uma Declaração/ Confissão, associada a uma obrigação de fazer ligada ao campo dos valores éticos e morais, ou seja, um colocar-se a serviço do outro, o que resulta em uma promessa de retribuição, de mostrar-se generosa e atenta às necessidades dos mais oprimidos.

Podemos inferir que características relacionadas à doação pessoal e cuidado ao próximo são associadas à mulher e estão arraigadas nos imaginários circulantes na sociedade. Encontramos representações sociais da mulher advindas de heranças patriarcais que se refletem nos valores de crença perpetuados ao longo do tempo, ou seja, o papel maternal, atenta às necessidades do próximo, religiosa. Embora Amaral seja uma mulher jovem, solteira, que possui uma profissão, os sentidos que circundam seu discurso geram tais associações, haja vista que se refere a um trabalho em forma de retribuição, doação, o qual não está socio-historicamente correlacionado ao homem, a este vincula-se *status* de poder, liderança e chefia.

As modalidades elocutivas identificadas colaboram para a construção da imagem da enunciativa, o *ethos*, vinculado à identidade discursiva. Conforme Charaudeau (2018, p. 87) o *ethos* político deve “mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito”.

Como observamos anteriormente o *post* perpassa pelo imaginário sociodiscursivo da culpabilidade e redenção, esta última sendo alcançada por meio da execução de um trabalho visto como missão, uma vocação. Historicamente foram estabelecidos laços entre educação e religião, especialmente em relação à mulher.

A educação assumiu ares de sacralidade, incumbiu-se da função de expansão da fé católica durante o Brasil Império, o ensino religioso se fez presente nas grades curriculares das escolas públicas brasileiras, de forma obrigatória ou facultativa aos alunos, mas presente. Durante anos algumas ordens religiosas femininas assumiram a educação de meninas órfãs ou daquelas com poucos recursos financeiros. Filhas de famílias de grupos sociais privilegiados eram educadas em casa ou em escolas religiosas, preparadas para o casamento e para o cuidado do lar e da família que viriam a formar; a educação feminina era compreendida a partir de uma sólida formação cristã.

A enunciadora ao evocar imaginários de culpabilidade ao abordar a temática da educação passa por valores de crença infiltrados na sociedade: a educação como algo sagrado e a mulher na condição secundária, aquela que está para amparar o percurso do homem, ser a coadjuvante, mas nunca a protagonista. As representações sociais ideais do político amparam-se na figura masculina, o ambiente político não está como lugar natural das mulheres, mesmo hoje, são minoria na cena política.

Às mulheres são associados imaginários como de culpabilidade; mitos, lendas e parábolas refletem tal questão: no discurso cristão a culpa é consequência de um pecado cometido, como também de um ato original “Foi pela mulher que o pecado começou, e é por causa dela que todos nós morreremos” (Eclesiástico 25, 24). Versículo bíblico que remete a Eva que, ao lado do homem, come a fruta proibida, associada ao conhecimento e, dessa forma, perde o direito ao Paraíso.

Conforme efeito de sentido gerado no *corpus* analisado, a mulher que se sobressai acaba por sentir-se culpada, pois a visibilidade não é um lugar que socioculturalmente lhe pertença; ademais a enunciadora endossa um aspecto feminino posto socialmente: o sentimento de doação, pois poderia ter abordado a questão da ausência de educação de qualidade sob um viés de indignação, de denúncia, de análise crítica pela perspectiva da Ciência Política, área de formação que a locutora possui, mas o fez a partir de um sentimento de culpa, coloca-se como uma “Eva” que comeu do fruto proibido e teve os olhos abertos para o conhecimento, é o imaginário da culpa originária da mulher, a quem não seria permitido deter mais conhecimento que o homem.

Percebe-se que o *corpus* é constituído por *ethé* de identificação: inteligência, culpa, humanidade e solidariedade. O *ethos* de culpa mesmo não elencado por Charaudeau (2018) entre o grupo de *ethé* de identificação, será por nós classificado como tal, pois advém de uma característica sentimental, extraído do afeto social.

Os *ethé* de identificação amparam-se em alguns valores socialmente dados, como os imaginários sociodiscursivos da superação pessoal, da garota prodígio da periferia, do poder transformador da educação, como se apenas a educação por si só pudesse mudar a realidade social de alguém. Não estamos negando a importância da educação, reconhecemos seu valor, mas o acesso à educação é apenas um dos fatores que garantem uma cidadania plena à população, é necessário o acesso a uma saúde de qualidade, moradia, saneamento básico, emprego, lazer, dentre outras políticas públicas de acesso à direitos.

Ademais, os *ethé* que emergem do *corpus* estão vinculados ao discurso religioso, como o sentimento de culpa, arrependimento, retribuição, humanidade, sendo a religiosidade uma das características associadas ao imaginário de político ideal, temente a Deus, que pensa no bem do cidadão, porém a enunciadora o aciona do lugar da mulher que se confessa culpada e para obter a absolvição põe-se a serviço do próximo, transforma seu fazer político em um ato de redenção.



Dessa forma, condensamos o *ethé* da enunciadora do *corpus* publicado em 26 de março de 2022 conforme o quadro:

Quadro 2 – Ethé post 26/03/2022 – Culpabilidade e Redenção

Identidade Social	Ethos - Imagem discursiva	Marcas intradiscursivas	Marcas extra discursivas
▪ Mulher ▪ Jovem ▪ Periférica	Inteligência	Imagens com várias medalhas, vestida com uma camiseta escrita "Bicho 2012" e com o rosto pintado com a sigla USP e foto com o moletom da Universidade de Harvard.	Os conhecimentos prévios sobre a locutora acionados pelo interlocutor: ganhadora de olimpíadas do conhecimento, graduada em Ciência Política e Astrofísica pela Universidade de Harvard.
	Culpa	"Eu preciso fazer alguma coisa, <i>eu preciso transformar essa culpa [...]</i> ".	Imaginários sociodiscursivos atribuídos às mulheres: figura de Eva (culpa), o homem na figura de poder e comando, o lugar social atribuído à mulher, como o lar, à margem de posições de decisão.
	Solidariedade	"[Eu preciso transformar essa culpa] em uma <i>retribuição</i> , do tipo, então <i>eu vou lutar para que mais pessoas tenham essas oportunidades, para que as pessoas tenham dignidade</i> ".	Imaginários sociodiscursivos atribuídos à mulher como atenta ao bem-estar do próximo, sensibilidade, doçura.
	Humanidade	"E isso [<i>lutar para que as pessoas tenham oportunidades e dignidade</i>], obviamente, <i>se traduz 100% no meu trabalho de hoje</i> ".	Imaginários sociodiscursivos da imagem ideal da mulher, trabalha com o "coração" e não com a racionalidade, sendo o sentimentalismo característica associada à mulher.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da análise buscamos apreender o *ethos* discursivo da Deputada Federal Tábata Amaral em uma publicação realizada no ano eleitoral de 2022 veiculada por meio da rede social *Instagram*. A perspectiva semiolinguística de Charaudeau ofereceu-nos a base teórica para investigar a construção do *ethos* da enunciativa, em uma articulação dos planos situacionais e linguísticos.

Buscamos por um *corpus* que estivesse associado ao tema educação, uma vez que foi a grande plataforma de trabalho da deputada, que se notabilizou em sua vida pessoal e política associando-se a tal pauta, porém, não podemos deixar de ressaltar que, no cenário político, apresentar propostas de trabalho voltadas para a educação nada mais é que um consenso social.

Verificamos que no *corpus* emerge prioritariamente o *ethos* de culpa, o qual se encontra vinculado ao imaginário sociodiscursivo de culpabilidade e redenção, associado de maneira socio-histórica à figura feminina, que se manifesta a partir do contexto cristão da religião.

O sentimento de culpa feminina pode expressar-se em diferentes contextos: a culpa materna é uma das mais apontadas socialmente. Manifesta-se segundo diferentes situações, pela mulher acreditar não dedicar tempo suficiente para estar com os filhos e a família, em decorrência do trabalho. Culpa-se quando abandona a carreira para se dedicar integralmente à educação dos filhos; culpa-se porque cuida do filho e não dispõe de tempo para cuidar de si, ou quando cuida de si acha que deveria dedicar-se mais aos filhos.

A culpa materna constrói-se de um modo permanente, seja enquanto os filhos são pequenos ou quando já adultos, a sociedade está constantemente apontando uma possível falha materna na educação dos filhos. Um pai ausente é justificado, mas uma mãe ausente é imperdoável perante uma sociedade machista.

A mãe é retratada como uma figura divina, heroica, que abdica de si em prol dos filhos, porém nunca está livre dos julgamentos que a maternidade traz, seja enquanto mãe, seja pela opção de não ser mãe, neste último caso, é vista como egoísta, que só pensa em si, e não deseja constituir família, tal qual prega a fé cristã.

Verifica-se que a culpa relacionada à família é permanentemente atribuída à figura feminina, seja pela qualidade da educação que deu aos filhos como pelo bem-estar do casamento. Nos casos cujo matrimônio chega ao fim, geralmente, a culpa pesa sobre a figura feminina, uma vez que o homem é considerado o “cabeça” do lar, enquanto a mulher é o “coração”, logo seria principalmente dela a função de manter o matrimônio, de fazer concessões em prol da família e de agir com ternura, dado ser uma característica socialmente relacionada à mulher.

Além da culpa que emerge em decorrência da maternidade e do casamento, percebe-se que mulheres são consideradas culpadas pelas violências sofridas. Mulheres vítimas de estupro/assédio, são, por vezes, consideradas culpadas pelo ato de agressão, com argumentos que questionam desde as roupas que usavam, às circunstâncias que se encontravam como local e horário que estavam fora de casa. O mesmo ocorre com a violência doméstica, a culpa recai sobre muitas mulheres devido ao longo silêncio até a efetividade da denúncia.

Percebe-se que tanto nos casos de estupro como de violência doméstica, em todas as suas formas, há uma naturalização dos abusos e a culpabilização da vítima, ou seja, circulam na sociedade valores que legitimam o comportamento masculino e buscam a justificação da violência.

Na Idade Média, na Europa, por meio de uma campanha realizada pela Igreja e pela classe dominante, mulheres foram privadas de seus conhecimentos e práticas médicas e foram obrigadas a se

submeterem ao controle masculino. Tal ação ficou conhecida como caça às bruxas, mulheres que eram parteiras, que tinham conhecimento de ervas medicinais, sabiam manuseá-las de modo a curar enfermidades entre os moradores das comunidades a que pertenciam, foram ao longo da Idade Média, apontadas como bruxas, perseguidas e condenadas à fogueira, exatamente por serem consideradas culpadas devido aos conhecimentos que detinham.

Citamos inúmeras situações que socialmente levaram e levam, ainda hoje, as mulheres à condição de culpadas e esse sentimento emerge no *corpus* analisado: uma mulher que se destacou, estudou, modificou a realidade de privação social a qual pertencia, mas relata a conquista vivenciada sob o viés da culpabilidade, que, para alcançar o perdão pelo “pecado” de saber demais, confessa-se culpada e coloca-se em posição de serviço ao próximo, o seu fazer político é construído como uma penitência para obtenção do perdão.

Dessa forma, a enunciadora para amenizar o sentimento de culpa que a invade, age conforme os ensinamentos religiosos: pede perdão pelos seus conhecimentos, pela trajetória de sucesso que alcançou. No *corpus* o perdão virá a partir do serviço ao próximo, logo, mostra-se pelos *ethé* de solidariedade e humanidade, seu fazer refletirá uma redenção da culpa e o perdão perante Deus e a sociedade.

Nota-se que mesmo a enunciadora assumindo ao longo de sua trajetória política uma forte posição de denúncia da violência de gênero, com discursos que chamam as mulheres para ocupar espaços nos quais elas ainda são minorias, isso não impede que seus discursos sejam atravessados por imaginários sociodiscursivos que produzem efeitos de sentido associados ao tradicionalismo acerca da mulher, como a culpabilidade, uma vez que tais imaginários figuram na base da constituição de nossa sociedade, machista e patriarcal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tábata. [Sem título]. São Paulo, 26 mar. 2022. **Instagram**: @tabataamaral.sp. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CbkjyMBDiG2/?hl=pt-br>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BANCADA feminina alcança 91 deputadas federais. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 03 out. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>. Acesso em: 20 out. 2022.

BÍBLIA. **Eclesiástico**. Português. *In*: Bíblia Sagrada. Tradução de Ney Brasil Pereira e Lincoln Ramos. 36 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2 ed. Tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2019a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019b.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 01.

XAVIER, Glayci. Os modos de organização do discurso. *In*: XAVIER Glayci; REBELLO, Ilana; MONNERAT, Rosane (org.). **Semiolinguística aplicada ao ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.



3

Ana Laura da Silva Corrêa

**CONSERVADORISMO
E NACIONALISMO:
IMAGINÁRIOS SOBRE AS MULHERES
NO DISCURSO DE DAMARES ALVES**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-136-9.3

INTRODUÇÃO

No mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o então chefe do Executivo Nacional alterou o nome do Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). A pasta foi chefiada, entre janeiro de 2019 e março de 2022, pela pastora evangélica Damares Alves.

Essa mudança na nomenclatura do órgão, de acordo com o antropólogo Lucas Bulgarelli (2020), marca o papel do Ministério na implementação de um projeto conservador no Brasil em um nível institucional. Assim, essa proposta conservadora é legitimada ao se tornar parte das estruturas do estado.

Além disso, ainda segundo o antropólogo, a pauta conservadora do MMFDH faz parte da mesma proposta do então ministro da Economia, Paulo Guedes. Isso porque, “o conservadorismo funciona como uma espécie de repositório moral da ética desse sujeito neoliberal estimulado a uma hiperindividualização, à competição, a valorizar o mérito por meio da narrativa de superação pessoal” (Bulgarelli, 2020).

No período em que Damares Alves esteve à frente do Ministério, alguns dados relevantes merecem destaque: de acordo com um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), houve a priorização de pautas ideológicas e moralistas. Além disso, os valores utilizados pela pasta ficaram abaixo dos autorizados em 2019 e 2020 – foi, neste ano, inclusive, em que teve início a pandemia de covid-19, que o país registrou uma alta dos casos de violência contra a mulher, que se manteve no ano seguinte.

Damares Alves nasceu no Paraná, formou-se em Direito e Pedagogia e, antes de assumir o comando do MMFDH, exerceu por 20 anos o cargo de assessora parlamentar no Congresso Nacional, tendo trabalhado, entre outros políticos, com o pastor e ex-senador Magno Malta.

Conforme Bulgarelli (2020), o berço político da ex-ministra foi a Associação Nacional de Juristas Cristãos (Anajure), na qual atuava como diretora de Assuntos Legislativos. Damares Alves teve importante atuação no *lobby* no Congresso e no Senado para impedir o avanço de projetos relacionados aos direitos de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos, buscando implantar uma agenda política baseada no moralismo cristão.

A ex-ministra foi uma das mais populares do mandato de Jair Bolsonaro e, de acordo com pesquisa desenvolvida pelo Datafolha em 2019, sua gestão foi avaliada como ótima ou boa por 43% dos 2.498 entrevistados. Conforme Bulgarelli (2020), o papel fundamental de Damares Alves no governo se deu por sua capacidade de unir grupos para além dos neopentecostais, legitimar discursos preconceituosos, que permitiu que outras pessoas assim se manifestassem publicamente, e pela simplificação de assuntos complexos.

Esses elementos podem sugerir uma filiação do discurso da ministra da Mulher a partir sobretudo do discurso religioso. Diante desse cenário, interessou-nos investigar o que a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos falou sobre a mulher, a partir da análise das construções simbólicas sobre as mulheres feitas por Damares Alves por meio da linguagem. Assim, o objetivo geral foi o de analisar quais os imaginários sociodiscursivos das mulheres engendrados a partir de discursos de Damares Alves.

Os objetivos específicos, por sua vez, compreenderam investigar como se caracterizam as representações sociais das mulheres no discurso da ex-ministra; analisar quais as relações estabelecidas entre essas representações e os apontamentos da teoria feminista de Silvia Federici; e, por fim, identificar quais os imaginários sociodiscursivos associados a essas representações.

Para o cumprimento desses objetivos, utilizamos como suporte teórico-metodológico a abordagem Semiolinguística da Análise do Discurso, principalmente a partir de Patrick Charaudeau,

fundador dessa vertente, que é quem traz para o campo da Análise do Discurso os conceitos de Representações Sociais e de Imaginários Sociodiscursivos. Também nos apoiamos nos fundamentos teóricos da filósofa Silvia Federici, com o objetivo de trazer, em uma perspectiva histórica, as representações e imaginários relacionados às mulheres.

ANÁLISE DO DISCURSO SEMIOLINGUÍSTICA

A vertente Semiolinguística da Análise do Discurso, inicialmente elaborada por Patrick Charaudeau, se apoiou sobre a AD francesa para desenvolver sua abordagem. O linguista compreende o ato de linguagem como uma encenação, que acontece em uma determinada situação de comunicação. Assim, os seres humanos podem representar papéis previstos ou improvisados, em diferentes cenas, que estão associadas ao campo midiático ou político, por exemplo. Conforme esse espaço no qual o ato de linguagem se desenvolve, existem diferentes características que regem a interação e que, ao mesmo tempo, permitem uma relativa margem de manobra.

Na abordagem Semiolinguística da Análise do Discurso, a semiotização do mundo ocorre por meio de um duplo processo: primeiramente, o de transformação, no qual o mundo, ainda a significar, passa a um mundo significado através de um sujeito falante; em segundo lugar, um processo de transação, em que o mundo significado se transforma em um objeto de troca do sujeito falante com o sujeito falante destinatário.

A abordagem de Charaudeau marca uma alteração nos estudos da linguagem, uma vez que o linguista postula que o processo de transformação é dependente do processo de transação e, assim,

não é possível se resumir ao primeiro, mas é fundamental levar em consideração o quadro situacional referente ao segundo processo.

Na sequência, apresentamos uma representação esquemática da situação de comunicação, conforme proposta de Charaudeau (2019).

Figura 1 – A situação de comunicação segundo Charaudeau



Fonte: Charaudeau (2019).

Pela imagem, é possível identificar que o ato de linguagem é constituído por dois circuitos: um deles é o espaço interno, em que estão os seres de fala, “oriundos de um saber intimamente ligado às representações linguageiras das práticas sociais” (Charaudeau, 2019, p. 53); o outro é o espaço externo, no qual estão os seres agentes, testemunhas do real, estabelecidos “conforme um saber ligado ao conhecimento da organização do “real” (psicossocial) que sobre-determina estes sujeitos” (Charaudeau, 2019, p. 53). Além disso, o mundo a respeito do qual esses sujeitos falam pode ser, por um lado, uma representação discursiva, quando no circuito de fala, ou uma representação da situação de comunicação, quando considerado a partir do circuito externo.

Ainda pela imagem cabe identificar que os sentidos produzidos por um discurso são, ao mesmo tempo, determinados pelas restrições estabelecidas pela situação de comunicação e pela finalidade imposta. Por outro lado, são também singulares, considerando-se o projeto de fala, que leva os sujeitos a adotarem estratégias distintas conforme o objetivo pretendido. Assim, ainda que haja um espaço de restrição, existe também um espaço de estratégias, o que permite uma margem de manobra aos sujeitos.

Essas restrições estruturais que recaem sobre uma determinada situação de comunicação constituem um quadro de referência que Charaudeau define como contrato de comunicação. Desse modo, todo indivíduo, ao se comunicar, deve se submeter às restrições estabelecidas por esse acordo prévio. Ele pode, sim, transgredir as regras impostas, contudo, essa transgressão demonstra a existência do contrato.

Nesse sentido, o contrato de comunicação e o projeto de fala do indivíduo são aspectos que se complementam, de modo que nenhum ato de comunicação está totalmente e previamente determinado. Por isso, Charaudeau (2007) considera que todo ato de linguagem é um ato de liberdade, mas uma liberdade vigiada.

Além disso, o linguista compreende que o sentido nunca é dado *a priori*, mas se constitui a partir do já citado duplo processo de semiotização, formado pelos processos de transformação e de transação. No primeiro, acontece a transformação do “mundo a significar” ao “mundo significado/interpretado”, através de processos como nomear, narrar, argumentar e qualificar. Já no segundo, o sujeito atribui um significado psicossocial para o seu ato, a partir da identidade do outro e do efeito que pretende produzir.

Conforme Charaudeau (2007), é o processo de transação que comanda o de transformação, já que o ser humano, ao se comunicar, não busca descrever o mundo, mas se relacionar com o outro.

“Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação” (Charaudeau, 2007, p. 42). Sendo, então, o informar um ato de transação, ele depende de várias escolhas feitas pelo informador, de forma que nenhuma informação pode se configurar como neutra, factual ou transparente.

A estruturação do mundo no processo de transformação se dá a partir de categorias que são os chamados “saberes de crença” e “saberes de conhecimento”, conforme Charaudeau (2007). Isso porque um saber compartilhado é fundamental para que aconteça a produção ou interpretação em todo e qualquer ato de linguagem: os interlocutores precisam compartilhar um mesmo saber para comunicar ou interpretar.

Os saberes de crença resultam da atividade humana de comentar o mundo, partem de um olhar subjetivo humano lançado sobre o mundo. Assim, não se trata de uma atividade de inteligibilidade do mundo, mas de avaliação e apreciação. Essas crenças regulam as práticas sociais, uma vez que estabelecem normas efetivas de comportamento e normas ideais. Elas apontam para os imaginários de referência dos comportamentos, indicando aquilo que se deve ou não fazer, e também indicando os imaginários que regulam esses comportamentos.

Por isso, quando as crenças aparecem em uma enunciação informativa, elas podem compartilhar julgamentos sobre o mundo, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre os interlocutores. Elas funcionam também como uma interpelação do outro, pois requerem que ele assuma uma posição diante da avaliação que lhe é colocada.

Os saberes de conhecimento buscam instituir uma verdade em relação aos fenômenos. Eles se constituem, assim, como uma representação racionalizada do mundo e se estabelecem a partir

da explicação dos fatos, em uma relação objetiva. Esses saberes de conhecimento podem ser adquiridos pela experiência, por meio do sentir, ver ou ouvir, de forma que o indivíduo constrói uma explicação empírica do mundo fenomenal.

Também podem ser construídos por meio de um saber técnico, erudito ou científico. Nesse caso, sua elaboração se baseia no método científico, em que há a observação, a experimentação e o cálculo, estabelecendo uma comprovação relativa às explicações sobre o mundo. De acordo com Charaudeau (2007), esses saberes de conhecimento são suficientes para que se compreenda o mundo da forma mais objetiva possível, ainda que, obviamente, eles passem por alguns filtros. Assim, contam com um estereótipo de serem mais objetivos e reais, em oposição às crenças.

A fronteira entre saberes de crença e saberes de conhecimento, contudo, é difícil de ser estabelecida, de acordo com Charaudeau (2007), mas que sua definição é fundamental, uma vez que a partir desses diferentes saberes presentes nas representações são produzidos também distintos efeitos interpretativos.

É por meio dos saberes de crença e de conhecimento que se estruturam as representações do mundo. Afinal, a realidade que precisa ser significada se impõe ao ser humano e é através dos sistemas de representação simbólicos que os indivíduos constroem que a realidade obtém significado. Assim, o ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito, que age sobre uma realidade, e também objeto, uma vez que faz parte do mundo sobre o qual se dá o conhecimento.

O contato do ser humano com o real, portanto, em uma operação de percepção-construção, se dá por meio das representações sociais, que são “um modo de tomar conhecimento do mundo socialmente compartilhado” (Charaudeau, 2017, p. 575). Esse conceito é muito discutido nas ciências sociais e humanas, e foi desenvolvido inicialmente no campo da sociologia, por Durkheim, a partir da denominação de “representações coletivas”. Trata-se de uma

noção que foi apreendida e reformulada por outros campos, como da psicologia social, no qual o primeiro teórico a desenvolver sua abordagem foi Moscovici (2007).

Conforme o psicólogo social, as representações, entre suas funções, apresentam a de convencionalizar pessoas, objetos ou acontecimentos, de modo que “elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de um determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (Moscovici, 2007, p. 34). Assim, cada experiência, com pessoas, objetos ou acontecimentos, é relacionada a uma realidade predeterminada a partir de convenções.

As representações sociais atuam, dessa forma, integrando o mundo mental e o físico (dito “real”), de modo a tornar familiar aquilo que não é familiar, porque as pessoas, os objetos e acontecimentos, enfim, o mundo somente pode ser apreendido a partir de um conhecimento anterior adquirido. Portanto, “nós vemos apenas o que nossas convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções” (Moscovici, 2007, p. 35). Ainda de acordo com o autor, é possível, contudo, nos tornarmos conscientes dessas convenções e escapar de algumas dessas influências.

Essa libertação, entretanto, não pode acontecer de todas as convenções e preconceitos, uma vez que as representações são prescritivas, isto é, se impõem através de uma “estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que descreva o que deve ser pensado” (Moscovici, 2007, p. 36). Desse modo, as representações já estão postas, e somente são repensadas e reapresentadas, transformadas, permitindo a criação de novas representações.

Na Análise do Discurso, a abordagem da noção de representação social se apoia nas proposições do semiólogo Louis Marin, que estabelece três funções sociais para as representações:

de “representação coletiva”, que organiza os esquemas de classificação, de ações e de julgamentos; de “exibição” do ser social por meio dos rituais, estilizações de vida e signos simbólicos que os tornam visíveis; de “presentificação”, que é uma forma de encarnação, em um representante, de uma identidade coletiva (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 433).

Assim, as representações sociais indicam os saberes de conhecimento e os saberes de crença sobre o mundo e que os indivíduos usam para julgar a realidade. Por organizarem o real por meio das imagens mentais que integram um discurso, as representações sociais fazem parte do real. Elas podem se estabelecer de forma explícita, como em bandeiras ou palavras, ou ainda de maneira implícita, no discurso publicitário, por exemplo.

Além disso, os saberes de crença e os saberes de conhecimento possuem um papel identitário. Isso porque eles estabelecem uma mediação que possibilita aos membros de um grupo terem consciência de si e também se reconhecerem como integrantes de uma identidade coletiva.

Conforme Charaudeau (2007), as representações sociais são elaboradas a partir da observação empírica das trocas sociais e desenvolvem um discurso de justificativa para essas trocas. Elas ainda produzem um sistema de valores que se estabelece como uma norma de referência. Assim, as representações sociais fazem uma categorização social do real, “a qual revela não só a ‘desejabilidade’ que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza” (Charaudeau, 2007, p. 47).

Essa categorização social do real estabelecida pelas representações está incluída no que Charaudeau denomina de imaginários sociodiscursivos. Trata-se de um conceito proposto pelo linguista frente à noção de estereótipo, uma vez que este é “dependente

do julgamento de um sujeito, e [...] sendo este julgamento negativo, oculta a possibilidade de que o que é dito contenha uma parte de verdade, a despeito de tudo" (Charaudeau, 2017, p. 572). Assim, é preciso, conforme o autor, oferecer à noção de estereótipo a possibilidade de dizer algo de falso e de verdadeiro ao mesmo, sendo, dessa forma, da ordem do verossímil.

Além disso, Charaudeau considera que o uso do conceito de estereótipo, inclusive em artigos científicos dedicados à noção, se dá de forma ambígua. Assim, devido a essas problemáticas o autor defende a utilização da expressão "imaginários sociodiscursivos". Os imaginários, com frequência, são retomados com um sentido pejorativo no campo das disciplinas de ciências humanas e sociais, por isso, o linguista propõe o uso não como um adjetivo, mas como um substantivo.

Charaudeau classifica os imaginários como "uma forma de apreensão do mundo que nasce da mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo [...] transformando a realidade em real significante" (Charaudeau, 2017, p. 578). Eles surgem a partir da simbolização do mundo e são depositados na memória coletiva. Assim, são resultado de uma dupla interação - do sujeito com o mundo e do sujeito com o sujeito - e têm a dupla função de criar valores e justificar ações.

Conforme Charaudeau, os imaginários podem ser definidos como sociais porque a simbolização do mundo que desenvolvem se dá sobre domínios da prática social - como o religioso, político etc. Além disso, são discursivos porque sua materialização acontece por meio de uma racionalização discursiva. Eles, no entanto, nem sempre são conscientes. Uma parte pode, sim, circular por meio de discursos-textos em instituições, lugares de ensino desses imaginários, como escolas e religiões.

Outros, contudo, "estão de tal modo assimilados pelos membros do grupo social que funcionam de maneira natural como uma evidência partilhada por todos" (Charaudeau, 2018, p. 205). Assim,

eles podem ser encontrados em julgamentos implícitos que se manifestam em enunciados. Há ainda aqueles que se armazenam no chamado inconsciente coletivo.

Os imaginários sociodiscursivos se constituem, então, como um *"background"* essencial para as interações estabelecidas entre os indivíduos e influenciam na tematização sobre uma determinada temática a partir de um sujeito. Assim, eles fornecem normas de referência para os integrantes de um determinado grupo.

Um imaginário pode ter significados distintos de acordo com a prática social em que é abordado. O imaginário da tradição, por exemplo, geralmente é visto de forma positiva quando considerado na prática religiosa. Por outro lado, é tido de maneira negativa quando abordado em relação à tecnologia.

Com o objetivo de integrar os conceitos apresentados, é possível pensar, de forma esquemática, que as representações sociais se constituem a partir dos saberes de conhecimento e de crença. Elas, por sua vez, estão incluídas na elaboração dos imaginários sociodiscursivos.

IMAGINÁRIOS DO DISCURSO POLÍTICO

Charaudeau (2018), compreendendo que o discurso político exige a referência a valores da vida em comunidade, traz os principais imaginários sociodiscursivos que são retomados pelo discurso político. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, abordaremos dois deles: o da tradição e o da modernidade.

O primeiro deles é "sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza" (Charaudeau, 2018, p. 211).

Trata-se de um retorno necessário a esse estado, de uma volta ao princípio, de forma a estabelecer uma relação dos descendentes com os ancestrais, com um território ou uma língua.

Esse imaginário, ainda de acordo com o autor, inclui discursos relacionados à busca por uma “purificação”. Traz também ações violentas que procuram a eliminação do outro, como discursos fóbicos em relação a esse outro, que é considerado inferior, e tenta justificar guerras e genocídios, por exemplo.

Pode-se afirmar, então, que o recurso a esse imaginário tem a finalidade de tranquilizar um determinado grupo frente à ameaça que representa um outro imaginário, que seria o da modernidade. Este, por sua vez, faria com que os indivíduos ignorassem suas origens, o que ocasionaria uma subversão dos modos e faria com que as pessoas se afastassem de suas identidades.

O imaginário da modernidade também é, com frequência, associado ao discurso político. Ele engloba o “conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam” (Charaudeau, 2018, p. 215). Nesse cenário, os grupos buscam se legitimar em relação a uma época anterior, colocando-se como detentores de um saber superior.

Como já citado, o imaginário da modernidade se opõe ao imaginário da tradição e traz discursos que procuram justificar e destacar as novidades. Nesse imaginário, o afastamento da dominação religiosa ou de uma perspectiva mágica do mundo traz um controle maior sobre a natureza e sobre o futuro do ser humano. Assim, o imaginário da modernidade enaltece a eficiência da ação humana e se constitui a partir de discursos centrados na economia ou na tecnologia.

REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS SOBRE A MULHER: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A abordagem teórica da filósofa italiana Silvia Federici será nosso guia para retomar em uma perspectiva histórica as representações e imaginários associados às mulheres. A estudiosa segue uma abordagem marxista que se alinha, em certa medida, à Análise do Discurso em sua origem, que se deu por uma confluência entre marxismo, linguística e psicanálise.

Em sua abordagem, Federici (2017) deixa explícitas as relações entre o surgimento do sistema capitalista e o desenvolvimento de uma verdadeira guerra contra as mulheres. Assim, demonstra que há uma necessária relação entre o capitalismo, o sexismo e o racismo.

De acordo com a autora,

o capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (Federici, 2017, p. 37).

Para desenvolver sua abordagem, inicialmente a autora retoma as relações sociais entre homens e mulheres na Idade Média, afirmando que não se tratava de uma sociedade de iguais, mas que havia muitas distinções entre camponeses ricos e camponeses pobres, homens e mulheres. No entanto, ainda de acordo com Federici (2017), as mulheres eram menos dependentes dos parentes homens e se diferenciavam menos deles, quando comparadas às mulheres da sociedade capitalista posterior.

Prevalecia a autoridade do senhor feudal, “a terra era entregue geralmente à unidade familiar, e as mulheres não somente trabalhavam nela, mas também podiam dispor dos produtos de seu trabalho e não precisavam depender de seus maridos para se manter” (Federici, 2017, p. 52). Ainda conforme a autora, as atividades domésticas não eram desvalorizadas, mas desenvolvidas em cooperação com outras mulheres, gerando poder e proteção para elas.

No fim do século XIII, contudo, as lutas feudais fizeram com que o campesinato passasse a receber o pagamento em dinheiro, o que, de acordo com Federici (2017), contribuiu para a divisão social, de forma que passaram a existir camponeses pobres, sem terras e outros abastados. Para as mulheres, o efeito dessa monetização foi bastante negativo, porque o acesso delas à propriedade e à renda foi reduzido. Muitas saíram do campo e foram para as cidades, onde viviam em condições de pobreza, mas com menor subordinação aos homens, “pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres” (Federici, 2017, p. 64).

Com o tempo, elas ainda ganharam o acesso a profissões que posteriormente foram consideradas tradicionalmente masculinas, como açougueiras, cervejeiras, comerciantes, ferreiras e padeiras. Estavam se tornando, no século XIV, professoras, médicas e cirurgiãs, até que começou a aparecer uma reação misógina a essa nova independência feminina. Ao mesmo tempo, contudo, surgiu um movimento herético, buscando “uma alternativa concreta às relações feudais por parte do proletariado medieval e sua resistência à crescente economia monetária” (Federici, 2017, p. 68).

O movimento trazia entre suas reivindicações a justiça social e a renovação espiritual. Também criticava a corrupção do clero e

denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade

que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais (Federici, 2017, p. 57).

No movimento herético, as mulheres contavam com uma elevada posição social e eram consideradas como iguais em relação aos homens. Além disso, podiam formar suas próprias comunidades somente de mulheres, sem subordinação aos homens, e podiam viver na mesma moradia com homens, como irmãs e irmãos.

O movimento, contudo, foi perseguido pela Igreja. Criou-se a Santa Inquisição e milhares foram queimados em fogueiras. No entanto, a Igreja usava a acusação de heresia para “atacar toda forma de insubordinação social e política” (Federici, 2017, p. 73), como quando trabalhadores se voltavam contra seus patrões. Além disso, quando, no fim do século XIV, a falta de trabalhadores se tornou um problema, os hereges passaram a ser associados aos crimes reprodutivos, como o aborto e o infanticídio, de forma que qualquer tipo de contracepção foi relacionado à heresia.

Em relação ao sexo, havia seitas hereges que praticavam a abstinência; outras pregavam que o sexo, em vez da abstinência, era a melhor maneira de se chegar a um estado de inocência. As mulheres hereges controlavam a função reprodutiva pelo uso de contraceptivos e pelo aborto. Antes, tais práticas eram vistas pela Igreja com certa indulgência – na Alta Idade Média, por razões econômicas, era aceitável que as mulheres limitassem suas gestações. Contudo, depois da Peste Negra, que eliminou de 30% a 40% da população europeia, o controle contraceptivo passou a ser visto como uma ameaça à economia.

Essa escassez de mão de obra deu um grande poder ao campesinato, que podia recusar trabalhos ou se oferecer somente para determinadas tarefas e exigir benefícios para além do salário.

O cenário favorável aos camponeses, porém, foi alvo de uma contrarrevolução, em que foram criadas leis que limitaram o custo do trabalho, houve o massacre de camponeses e a instauração de uma política sexual para dissolver os protestos dos trabalhadores. Nesse contexto, por exemplo, houve a descriminalização do estupro, como na França, e a institucionalização da prostituição.

Todos esses fatores, conforme Federici (2017), debilitaram a solidariedade de classe e criaram um clima bastante misógino contra as mulheres, promovendo uma dessensibilização em relação à violência contra as mulheres e preparando o terreno para a caça às bruxas que viria posteriormente.

Esse processo sangrento de instauração do sistema capitalista ainda incluiu a privatização das terras, que foram passadas dos trabalhadores para os ricos. Esses terrenos eram importantes para as mulheres, que, com eles, tinham mais autonomia e sociabilidade. Elas iam, assim, para uma vida nômade, mais expostas à violência masculina. Além disso, apenas a produção para o mercado passou a ser vista como criadora de valor, enquanto a reprodução tornou-se uma atividade desvalorizada, invisível e tida como vocação natural para as mulheres. Elas foram excluídas dos postos de trabalho assalariados ou remuneradas com salários inferiores aos dos homens.

O ataque à contracepção foi reforçado após a crise demográfica que atingiu a Europa após a chegada ao continente americano: principalmente os pobres morreram com a chegada de novas doenças e tinham, por isso, relutância em se reproduzir. Mas o mercantilismo exigia o crescimento populacional, por isso, foram adotadas medidas pró-natalistas: “a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres” (Federici, 2017, p. 174).

Com a caça às bruxas empreendida, foi atacada toda e qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, com penas mais fortes à contracepção, ao infanticídio

– castigado com a pena de morte – e ao aborto, além de vigilância para que as mulheres não interrompessem a gravidez. Assim, o útero se transformou em território político, controlado pelos homens e pelo Estado, a serviço do capitalismo. A maternidade se tornou um trabalho forçado e as mulheres perderam espaço nos postos de emprego que haviam ocupado anteriormente, restando apenas postos de trabalho mais precários.

Nesse cenário, a prostituição se tornou a principal forma de sobrevivência para grande parte das mulheres. No entanto, se antes a atividade era aceita, passou a ser criminalizada. Além disso, as mulheres ficaram reclusas ao ambiente doméstico, dependentes dos homens – após um acordo entre trabalhadores e empregadores, que estabeleceu maiores salários que podiam sustentar uma esposa “não trabalhadora” em troca de uma exploração maior dos trabalhadores.

Essa desvalorização do trabalho das mulheres veio junto a novos cânones culturais que ressalta as diferenças entre homens e mulheres.

Foi estabelecido que mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais, luxuriosas, incapazes de governar – e tinham que ser colocadas sob o controle masculino. [...] As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da ‘desbocada’, da ‘bruxa’ e da ‘puta’, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas (Federici, 2017, p. 202).

A resistência das mulheres a esse processo era punida com a morte. As mulheres denominadas bruxas eram aquelas que dominavam uma perspectiva mágica do mundo, que iam de encontro à racionalização capitalista do trabalho. Além disso, eram aquelas que exerciam o controle reprodutivo, parteiras, mendigas, prostitutas, adúlteras, mulheres pobres e aquelas que participavam do movimento herético.

Essa caça às bruxas, conforme pontua Federici (2017), não foi espontânea ou partiu das classes baixas. Foi, sim, um processo institucionalizado, que contou com organização e administração oficial. Houve, inclusive, a participação da imprensa, que alertava as pessoas a respeito dos “riscos” que as bruxas causavam, além da contribuição da Igreja Católica, que forneceu o aparato metafísico e ideológico, e de juristas, magistrados e demonólogos, que organizaram a maquinaria legal para os julgamentos das mulheres.

De acordo com Federici (2017), a caça às bruxas deixou marcas indelévels na psique coletiva e no senso de responsabilidade das mulheres, uma vez que as fogueiras destruíram conhecimentos, práticas e relações coletivas que haviam sido o apoio do poder das mulheres na Europa antes do capitalismo. Assim, depois desse processo sangrento que matou milhares de mulheres, surgiu um novo modelo de feminilidade.

Esse cenário trouxe a figura da

mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre preocupada com suas tarefas [...]. A imagem da feminilidade construída na ‘transição’ foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar. Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. Até mesmo sua irracionalidade podia ser valorizada, como constatou o filósofo holandês Pierre Bayle em seu *Dictionnaire historique et critique* (1740) [Dicionário histórico e crítico], no qual elogiou o poder do ‘instinto materno’ feminino, defendendo que devia ser visto como um mecanismo providencial que assegurava que as mulheres continuassem se reproduzindo, apesar das desvantagens do parto e da criação de filhos (Federici, 2017, p. 205).

Assim, conforme Federici (2017), conhecer o processo da caça às bruxas é fundamental para que se possa compreender a misoginia que ainda caracteriza as relações entre homens e mulheres, já que o acontecimento marcou a instauração de uma nova ordem patriarcal e colocou as mulheres sob o controle do Estado.

ANÁLISE

A análise dos imaginários sociodiscursivos relacionados às mulheres presentes no discurso da ex-ministra Damare Alves se desenvolveu por meio de uma abordagem qualitativa, de textos publicados por portais de notícias na internet. Cabe ressaltar, inicialmente, que os materiais divulgados on-line têm características específicas em relação aos seus gêneros do discurso.

A *web* altera, por exemplo, a concepção clássica da hierarquia de constituintes da cena de enunciação – isso porque as coações da cena genérica são enfraquecidas e a cenografia desempenha um papel de relevância. A textualidade ainda se apresenta como navegante, isto é, “navega” entre produções orais e escritas, o que manifesta um formato multimídia dos textos. Há também o recurso ao hipertexto, por meio do qual o próprio internauta elabora o percurso daquilo que vai ler, em uma não-linearidade. Entre suas características, o texto para *web* inclui ainda uma impermanência dos conteúdos, que podem ser alterados ou excluídos com facilidade.

A escolha de textos jornalísticos para o desenvolvimento das análises se deu em virtude da relevância do discurso jornalístico na veiculação da informação, na pauta dos assuntos debatidos no cotidiano, da sua influência sobre a política e, especialmente, na manutenção das representações sociais e dos imaginários sociodiscursivos.

A análise foi feita a partir de matérias jornalísticas publicadas entre o período de 2 de janeiro de 2019 até 31 de março de 2022, período em que Damares Alves esteve à frente do MMFDH, pelos sites *Metrópoles* e *R7*. Em seu site, o *Metrópoles*, criado em 2015, se apresenta como “um veículo de comunicação ágil, com linguagem acessível e totalmente focada no digital” (Quem [...], [2022?]), que tem o acesso de 86 milhões de usuários únicos por mês e conta com mais de 200 funcionários.

O site tem parcerias com outros portais de notícias espalhados pelo país e, além disso, a organização conta com uma editora de livros e uma rádio. A sede do portal está situada em Brasília, mas o *Metrópoles* tem sucursais em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. Dois filhos do ex-senador e o empresário Luiz Estevão são proprietários do veículo de notícias – vale lembrar que Luiz Estevão foi o primeiro senador da República a ter o mandato cassado, em 2000. Ele chegou a ser preso, em 2016, por corrupção ativa, estelionato e peculato. Em uma lista dos maiores escândalos de corrupção já registrados no Brasil, o caso aparece na 4ª colocação (Lima, 2012).

Já o *R7*, cujos textos também integram o *corpus*, faz parte do Grupo Record. A emissora de TV, criada em 1953, foi comprada por Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e, conforme dados de 2013, contava com 107 emissoras afiliadas distribuídas por todo o Brasil e controladas por pastores de confiança de Edir Macedo. O Grupo inclui, além da emissora e do site, empresas de outros segmentos, como rádios, gravadoras, editoras, produtoras de vídeo e empresas de investimento.

A partir da ferramenta de buscas Google, foram selecionados e filtrados os textos publicados por esses veículos de comunicação que traziam no título o nome da ex-ministra e cuja temática estivesse relacionada às mulheres. Assim, chegamos a nove matérias, sete publicadas pelo *Metrópoles* e duas pelo *R7*, que foram analisadas tendo em vista os objetivos geral e específicos estabelecidos para a pesquisa:

- Texto A: *Em guerra com a Netflix, Damares já comprou briga com Frozen e Bob Esponja* (Caixeta, 2020).
- Texto B: *“Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada* (Lima, 2020a).
- Texto C: *Damares faz live confeitando bolo: “Se uma menina conseguiu, você consegue”* (Lima, 2020b).
- Texto D: *Damares diz que Bolsonaro é “presidente mais cor de rosa da história”* (Borges, 2022)
- Texto E: *Damares diz que governo é “cor de rosa” ao anunciar ações para mulher* (Costa, 2022).
- Texto F: *‘Eu não sou feminista, sou feminina’, diz ministra Damares Alves* (Aguar e Londres, 2020).
- Texto G: *Damares: ‘Governo não precisa de lei’ para atender mulheres* (Lima, 2021)
- Texto H: *Damares: “Mulher deve ser submissa ao homem no casamento”* (Barbosa, 2019).

IMAGINÁRIOS SOBRE A MULHER – PATRIOTA

O *Texto E* da análise traz a seguinte imagem de Damares Alves, na qual a ex-ministra usa uma camiseta rosa que traz a frase: “Brasil pra elas, por elas, com elas”.

Figura 2 – A camiseta rosa usada por Damare Alves em evento



Fonte: Costa (2022).

A peça de roupa divulga um programa lançado à época pelo governo federal, o “Brasil pra elas”. De acordo com o decreto de instituição do programa, tratava-se de uma “política pública de fortalecimento do empreendedorismo feminino como instrumento alternativo de desenvolvimento econômico e social do País” (Brasil, 2022). Considerando a expressão que dá título ao programa, pode-se apreender, como possível efeito de sentido geral, que o Brasil é uma unidade dissociada das mulheres. Caso contrário, o texto poderia trazer, por exemplo, “Brasil delas”. Além disso, há o destaque, na estampa da camiseta, à palavra “Brasil”, em vez de dar o destaque às mulheres.

O “Brasil” aparece, ainda, em letra cursiva. O efeito de sentido desse recurso pode retomar uma delicadeza associada às mulheres. Além disso, retoma um imaginário nacionalista, exaltando o patriotismo, que deve ser, dessa forma, um valor para as mulheres, de acordo com o governo federal.

Esse imaginário nacionalista também foi identificado no Texto C. A matéria noticia o episódio em que a ex-ministra confeita um bolo em uma cozinha toda decorada em tons de rosa. O registro teve o objetivo de promover o lançamento da campanha

16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Contudo, em um trecho da reportagem, a enunciadora afirma, para incentivar as mulheres ao empreendedorismo, que “Sustentando a sua família, você muda a economia do país” (Lima, 2020b).

Entendemos que como um possível efeito de sentido essa frase pode se associar ao imaginário nacionalista. Isso porque ela busca destacar e relacionar a importância da atividade da mulher em um âmbito muito reduzido – dentro de casa – com uma abrangência muito mais ampla, que beneficiaria, assim, todo o país. Desse modo, a mulher, como uma patriota, se preocuparia também em contribuir para o desenvolvimento do país.

Além disso, o *Texto E* traz a descrição de dois programas desenvolvidos em prol das mulheres pelo MMFDH, chefiado por Damares Alves. Os nomes das iniciativas citadas no texto são: Estratégia Brasil Pra Elas e Programa Mães do Brasil. Desse modo, verificamos a frequente recorrência ao nome do país – que também se manifestou em outros programas do governo federal à época, como o Auxílio Brasil. O “Brasil” também esteve presente no slogan da candidatura de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Entendemos que a utilização frequente do nome do país é um recurso necessário para corresponder à tríade muito citada pelo ex-presidente, “Pátria, família e religião”. O patriotismo é, assim, um valor ao qual as mulheres devem estar atentas, assim como a família e a religião.

A seguir, trazemos uma representação esquemática da representação identificada nas análises referentes ao imaginário nacionalista.

Quadro 1 – As representações do imaginário nacionalista

Representações	A mulher que defende o seu país
Imaginário nacionalista	

Fonte: da autora (2023).

IMAGINÁRIOS SOBRE A MULHER – CONSERVADORA

Para desenvolver a análise referente ao imaginário conservador, nos apoiamos especialmente nos apontamentos de Charaudeau (2018) relativos ao imaginário da tradição, que se opõe ao imaginário da modernidade. De acordo com o autor, “o recurso a esse imaginário serve para tranquilizar as populações diante da ameaça que poderia representar esse outro imaginário que é a ‘modernidade’ [...] ocasionando uma subversão dos modos” (Charaudeau, 2018, p. 212).

Assim, nas análises, buscamos evidenciar as representações sociais presentes no discurso da enunciadora em relação às representações de um discurso de um outro, que se apresenta como uma ameaça, um inimigo, tal como a modernidade.

A MULHER CONTRA O ABORTO

No *Texto D*, a enunciadora critica a descriminalização do aborto na Colômbia, conforme o recorte trazido no trecho a seguir:

Durante o evento, a gestora fez duras críticas à decisão da Justiça colombiana de descriminalizar o aborto até o 6º mês de gestação, anunciada na última segunda-feira (21/2). ‘A morte de mulheres era usada para justificar uma pauta de morte que queriam estabelecer no Brasil. Vem o Brasil nesta semana e mostra para o mundo que é assim que se cuida de mulher. Não é cancelando a morte, é cancelando a vida’, disse a gestora. ‘Se o governo Bolsonaro encerrasse hoje teria valido a pena tudo o que a gente sofreu até agora, todos os ataques. A gente mostra para o Brasil uma prova de amor à vida das mulheres e das crianças’, concluiu a ministra (Borges, 2022).

É possível observar, no discurso da enunciadora, que se estabelece uma representação do aborto como uma pauta de morte. A proibição do procedimento é considerada, pela ex-ministra, como uma “prova de amor à vida das mulheres e das crianças”. Para falar da proibição por parte de seu governo, ela indica que existe um outro que se opõe a esse posicionamento, quando se refere à “pauta de morte que queriam estabelecer no Brasil”. Assim, entendemos, como um possível efeito de sentido, que existe um “inimigo” que gostaria de implantar uma pauta “de morte” no país e que deve ser combatido.

Assim, com esse posicionamento relativo ao aborto, compreendemos que a enunciadora, como uma instância política, evoca o imaginário da tradição, que se faz presente em seu discurso. Ele se contrapõe às ameaças do imaginário da modernidade. Este, através da permissão de que as mulheres pudessem decidir sobre o próprio corpo, poderia representar uma ameaça uma vez que poderia alterar a reprodução, em certa medida, do sistema capitalista, de acordo com o que foi visto na abordagem teórica-histórica de Federici (2017).

Também é possível perceber, nesse trecho, uma interdiscursividade que se manifesta entre o discurso da ministra e o discurso religioso, por meio da oposição que é estabelecida entre morte (representada pela liberação do aborto) e vida (representada pela proibição do aborto). O discurso religioso, de acordo com Jarbas Nascimento (2020, p. 55), “propõe uma relação de poder, sustenta-se pelo controle e imposição sobre os fiéis e constitui um quadro de referência obrigatório aos posicionamentos ideológicos”. Assim, o debate sobre um assunto relacionado à saúde pública, no discurso da ministra, nos parece transferido para um campo religioso, sem que sejam abordados os aspectos científicos/sociais relacionados.

Além disso, cabe destacar que “o discurso religioso, constrói-se sobre o teológico, assumindo-o interdiscursivamente, na medida em que, em seu funcionamento, ressignifica-o, ampliando e delimitando possíveis interações” (Nascimento, 2020, p. 54-55).

Assim, a enunciadora sustenta seu discurso político/religioso a partir de um discurso teológico, com o objetivo de obter a legitimidade que traz um discurso constituinte, em vez de se apoiar sobre o discurso científico, que também é classificado como um discurso constituinte. Compreendemos que a preferência pelo recurso ao discurso teológico manifesta uma escolha de linguagem feita pela enunciadora.

“FEMINISTA NÃO, FEMININA”

Em um recorte do *Texto F* analisado na pesquisa a enunciadora afirma: “Não sou feminista. Eu sou feminina” (Aguiar; Londres, 2020). Cabe destacar, em princípio, a oposição que a ex-ministra estabelece em seu discurso entre as representações de mulheres feministas e as representações de mulheres femininas, que seriam antagônicas.

Por um lado, as femininas retomariam o imaginário da mulher que é delicada, tem “bons modos”, não fala palavras de baixo calão, usa rosa, está sempre “bem-arrumada”, maquiada, é submissa ao marido, está sempre atenta às tarefas domésticas, é “prendada” e não fala alto.

Por outro lado, considerando a oposição estabelecida pela enunciadora em seu discurso, as feministas seriam aquelas mulheres que não se parecem e não se comportam como princesas. Elas também não se preocupam com cuidados estéticos e, ao contrário da sentimentalidade esperada para as mulheres, elas aumentam o tom de voz, gritam, brigam e não esperam o príncipe encantado, que pode ser uma princesa.

Em outra matéria analisada, no *Texto G*, o discurso da enunciadora também traz uma oposição em relação às feministas. Antes de trazê-la, é necessário retomar o veto do então presidente ao projeto que previa a distribuição gratuita de absorventes para mulheres pobres. A proposta partiu da deputada Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Pernambuco.

Na citada matéria, a enunciadora defende o veto do ex-presidente e se defende das acusações de não cuidar das mulheres pobres, dizendo “As mulheres pobres sempre menstruaram nesse Brasil e a gente não viu nenhum governo se preocupar com isso. E agora o Bolsonaro é o carrasco?” (Lima, 2021).

Na sequência, ela mostrou a foto de uma embarcação do Sistema Único de Saúde (SUS) que prestava atendimento para as mulheres da região da Ilha de Marajó. De acordo com a enunciadora, havia “na região, mulheres com pedidos de mamografia pendentes há oito anos” e a embarcação do SUS iria, efetivamente, “cuidar da mulher pobre sem hipocrisia e sem mimimi” (Lima, 2021).

Como possível efeito de sentido a partir do discurso da enunciadora, compreendemos que ela opõe o atendimento com a embarcação do SUS na região do SUS, que representaria “cuidar da mulher pobre”, e a distribuição de absorventes como uma medida “hipócrita” e “mimizenta”. Assim, as feministas são classificadas como “hipócritas” e “mimizentas”, já que o projeto de distribuição dos absorventes foi uma medida apoiada pelo movimento feminista.

Nesse caso, verificamos que as feministas representam o discurso da “modernidade”, que deve ser combatido. Por outro lado, o governo do qual a ex-ministra fez parte, em oposição, representaria a tradição, que deve ser mantida como o verdadeiro cuidado para as mulheres.

A MULHER HETEROSSEXUAL

No discurso analisado da enunciadora, observamos a reprodução da representação social da mulher somente como heterossexual. Vejamos, por exemplo, o recorte a seguir, retirado do *Texto A*:

A mais poderosa das princesas da Disney – e uma das poucas que não casa com um príncipe –, Elsa foi chamada de ‘lésbica’ por Damares justamente por terminar o longa sozinha. Em resumo, o filme conta a história de amor entre duas irmãs: elas cresceram sem os pais em um castelo e tentam se reaproximar uma da outra (Caixeta, 2020).

Como um possível efeito de sentido da fala da enunciadora, verificamos que ela critica a representação da mulher que foge do modelo ideal da princesa que está em busca de um príncipe encantado. Assim, a mulher que não se envolve em um relacionamento heterossexual e escolhe permanecer solteira é considerada “lésbica”, como se isso pudesse se configurar como uma ofensa, e criticada por não corresponder ao imaginário esperado, em que o relacionamento amoroso heterossexual é um aspecto central da vida de uma mulher.

Também no *Texto A*, a enunciadora se opõe à possibilidade de que uma menina possa sonhar com uma princesa, e não com um príncipe, conforme demonstra o trecho:

Aí agora a princesa de Frozen vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay. Isso aqui é muito grave. Sabe por que, gente? Eu fui menina, eu sonhei em ser princesa. Eu sonhei com meu príncipe encantado. A gente está abrindo uma brecha na cabecinha da menina de 3 anos para sonhar com princesa (Caixeta, 2020).

Em seu discurso, a enunciadora define como “muito grave” a possibilidade que sejam estabelecidas outras configurações de relacionamento que não o heterossexual. A partir dessa classificação, compreendemos que ela retoma, em seu discurso, o imaginário da tradição, que estaria associado às suas possíveis representações de relacionamento (apenas o heterossexual), em oposição ao imaginário da “modernidade”, que, como uma ameaça, traz outras possibilidades de relações afetivas. Por isso, apreendemos, no discurso da enunciadora, uma representação que aborda as relações de gênero de forma heteronormativa.

IMAGINÁRIO CONSERVADOR

Neste tópico, apresentamos as três representações sociais identificadas no discurso analisado da enunciativa que retomam um imaginário conservador, que se identifica como a tradição e se contrapõe às “ameaças” trazidas pela modernidade, conforme o aporte teórico relativo aos imaginários políticos descrito por Charaudeau (2018).

A representação da mulher que se posiciona contra o aborto retoma a teoria de Silvia Federici (2017), que descreve com profundidade em sua abordagem como se deu o controle patriarcal sobre o corpo das mulheres. De acordo com a autora, a condenação da contracepção teve início quando, na acumulação primitiva, a disciplina do trabalho transformou o útero em uma máquina para a reprodução do capitalismo.

Nesse cenário, a caça às bruxas perseguia principalmente mulheres acusadas de crimes reprodutivos, as parteiras ou mulheres que tivessem conhecimento sobre reprodução: elas “foram acusadas de conspirar para destruir a potência geradora de humanos e animais, de praticar abortos e de pertencer a uma seita infanticida dedicada a assassinar crianças ou ofertá-las ao demônio” (Federici, 2017, p. 324). E, com a queima na fogueira, institucionalizou-se o controle do Estado sobre o corpo das mulheres.

Também a oposição que a enunciativa estabelece em seu discurso, entre mulheres “femininas” e feministas tem raízes históricas, que podem ser evidenciadas a partir da perspectiva teórica-histórica de Federici (2017). Isso porque, conforme a autora, as bruxas também eram as mulheres desobedientes, que ousavam se opor à nova ordem patriarcal imposta, impondo desafios à ordem de poder existente.

Assim, percebemos que a mulher feminista seria a representação desse modelo de feminilidade que se apresenta como “inadequado” ao discurso conservador e deve ser rechaçado em detrimento da mulher “feminina”. Em virtude dessa associação, inclusive, as bruxas são muitas vezes tomadas como símbolo do movimento feminista, representando a revolta das mulheres contra o patriarcado.

Além disso, após os concílios de Latrão de 1123 e 1139, passaram a ser condenados os homossexuais e o sexo não procriador. Assim, percebe-se que, nesse imaginário, a mulher heterossexual é a única representação que é permitida às mulheres, que deveriam se casar e cuidar do espaço doméstico. Identificamos, desse modo, a retomada histórica dos imaginários que trazem as representações das mulheres que não podiam permanecer sozinhas, mas deveriam ter como objetivo de vida o casamento, que deveria ser, necessariamente, com um homem.

Com esses apontamentos, verificamos como o discurso da enunciadora, com os imaginários sociodiscursivos e representações sociais identificados na análise, retoma elementos históricos presentes nas abordagens de Federici (2017). Na sequência, apresentamos uma representação esquemática dessas representações associadas ao imaginário conservador, presentes no discurso analisado.

Quadro 5 – As representações do imaginário conservador

Representações sociais	Mulher contra o aborto	"Feminista não, feminina"	Mulher heterossexual
	Imaginário conservador		

Fonte: da autora (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos trazer as representações sociais presentes do discurso da enunciadora que se apoiam fundamentalmente sobre os imaginários sociodiscursivos nacionalista e conservador. Cabe destacar que, além desses, localizamos, na pesquisa, outros imaginários associados ao discurso da ex-ministra: o sexista e o patriarcal.

Percebemos, assim, que ainda que a enunciadora afirme no *Texto H* que a sua fé não a torna “menos capaz de dirigir este ministério. Não me faz mais incompetente” (Barbosa, 2019), se manifesta a interdiscursividade do discurso político da ex-ministra com o discurso religioso, por exemplo, e os demais que a atravessam, como o conservador, nacionalista, sexista e patriarcal.

Desse modo, confirmamos, tal como afirma Charaudeau (2007), que informar é um ato de transação e que depende de várias escolhas feitas pelo informador, de forma que nenhuma informação pode se configurar como neutra, factual ou transparente. E o discurso analisado da enunciadora, obviamente, não foge a essa proposição, mas manifesta e carrega seus saberes de crença e respectivos representações sociais e imaginários associados.

Por meio das representações trazidas em seu discurso, a enunciadora elabora e estabelece normas de comportamento para as mulheres: elas devem ser femininas, e não feministas, devem se posicionar contra o aborto e devem buscar o príncipe encantado. Assim, conforme visto na obra de Federici (2017), se estabelece o controle do Estado sobre os corpos, os poderes sexuais e os trabalhos das mulheres. Um modelo de ser e estar que consideramos preocupante e conflitante para a chefe de um Ministério que deveria buscar avanços para a situação das mulheres no país.

Observamos ainda que esses saberes de crença, representações e imaginários retomados pelo discurso da ex-ministra são simplesmente reproduzidos pelos meios de comunicação, contribuindo, em certa medida, para a manutenção dessas representações e imaginários. Não há, assim, a apresentação de qualquer contraponto às afirmações. Acreditamos que isso esvazia a atuação jornalística, que busca, em tese, promover o interesse e o debate públicos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Plínio; LONDRES, Mariana. 'Eu não sou feminista, sou feminina', diz ministra Damares Alves. **R7**, 08 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/eu-nao-sou-feminista-sou-feminina-diz-ministra-damares-alves-29062022/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BARBOSA, Juliana. Damares: "Mulher deve ser submissa ao homem no casamento". **Metrópoles**, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/damares-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BORGES, Rebeca. Damares diz que Bolsonaro é "presidente mais cor de rosa da história". **Metrópoles**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/damares-diz-que-bolsonaro-e-presidente-mais-cor-de-rosa-da-historia>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.988, de 8 de março de 2022**. Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Brasil para Elas e o Comitê de Empreendedorismo Feminino. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10988.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BULGARELLI, Lucas. Entrevista: 'Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político', diz pesquisador. [Entrevista concedida a] Rosana Pinheiro Machado. **Intercept**, 01 set. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CAIXETA, Fernando. Em guerra com a Netflix, Damares já comprou briga com Frozen e Bob Esponja. **Metrópoles**, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/em-guerra-com-a-netflix-damares-ja-comprou-briga-com-frozen-e-bob-esponja>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

COSTA, Mariana. Damares diz que governo é “cor de rosa” ao anunciar ações para mulher. **Metrópoles**, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/damares-diz-que-governo-e-cor-de-rosa-ao-anunciar-acoes-para-mulher>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

LIMA, Bruna. Damares: ‘Governo não precisa de lei’ para atender mulheres. **R7**, 20 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/damares-governo-nao-precisa-de-lei-para-atender-mulheres-20102021/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

LIMA, Claudia. Os maiores escândalos de corrupção do Brasil. **SuperInteressante**, 24 fev. 2012. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

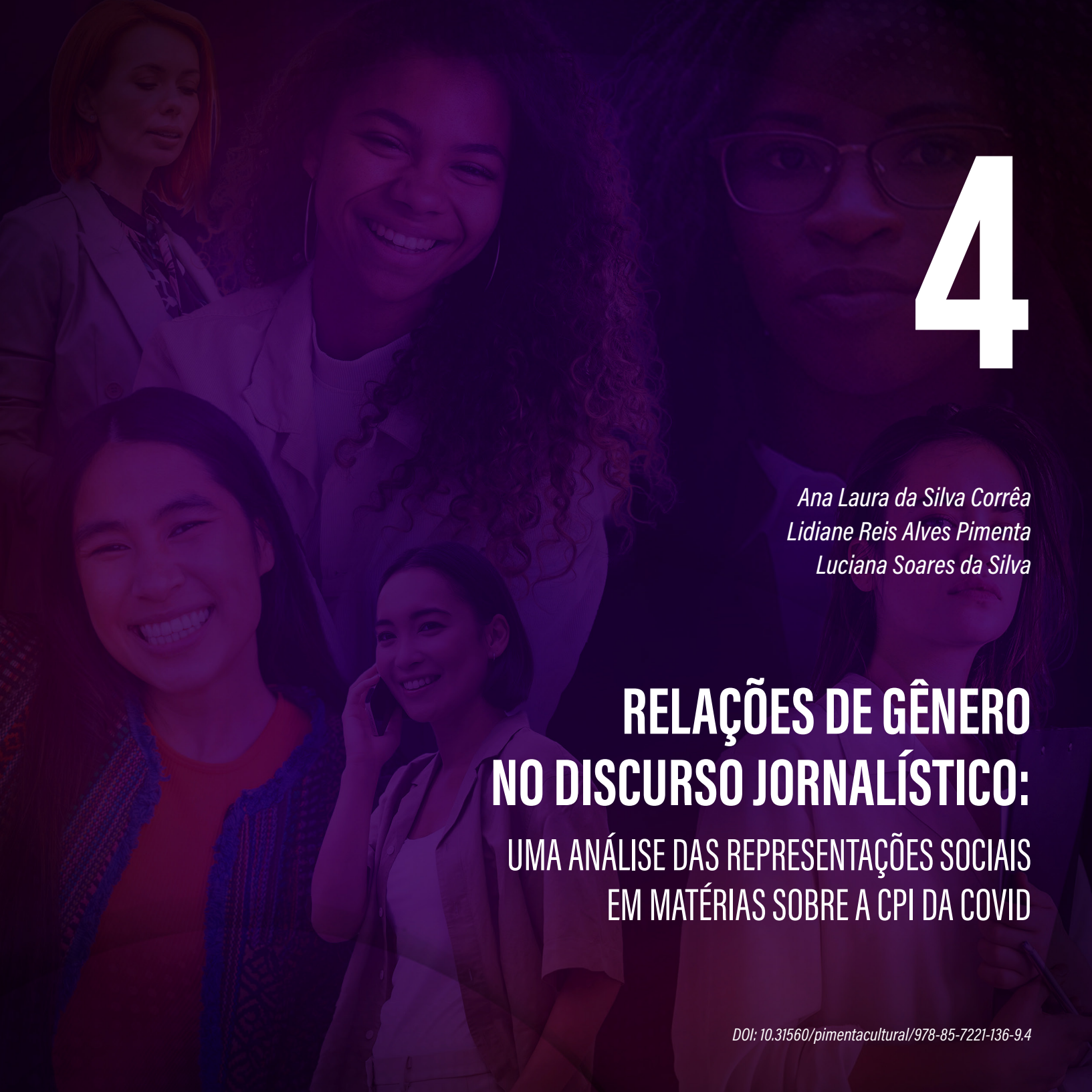
LIMA, Luciana. “Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada. **Metrópoles**, 26 set. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/salinhas-cor-de-rosa-de-damares-ficam-no-discurso-nenhuma-foi-instalada>. Acesso em: 31 ago. 2022.

LIMA, Luciana. Damares faz live confeitando bolo: "Se uma menina conseguiu, você consegue". **Metrópoles**, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/damares-faz-live-confeitando-bolo-se-uma-menina-conseguiu-voce-consegue>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. O discurso teológico como discurso constituinte. *In*: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson (org.). **Discursos constituintes**. São Paulo: Blucher Open Access, 2020. p. 34-59.

QUEM Somos. **Metrópoles**, [2022?]. Disponível em: <https://www.metropoles.com/quem-somos>. Acesso em: 31 ago. 2022.



4

*Ana Laura da Silva Corrêa
Lidiane Reis Alves Pimenta
Luciana Soares da Silva*

RELAÇÕES DE GÊNERO NO DISCURSO JORNALÍSTICO:

UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
EM MATÉRIAS SOBRE A CPI DA COVID

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade historicamente marcada pelo patriarcado e pelo machismo, as relações de gênero são fortemente marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres. Tendo os estudos discursivos como perspectiva teórica, como indicado por Silva (2013), reconhece-se a materialização dos conflitos socio-históricos nas diferentes manifestações discursivas e especialmente no discurso midiático, de modo a evidenciar que as desigualdades e opressões são constituídas no e pelo discurso.

Este capítulo tem o objetivo geral de analisar a construção das representações dos gêneros masculino e feminino no discurso midiático do portal Estado de Minas, em matérias publicadas sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada pelo Senado Federal. Entre os objetivos específicos deste trabalho estão: analisar as matérias tendo em vista o conceito de contrato de comunicação midiática proposto por Charaudeau (2007); identificar as representações sociais construídas sobre a médica infectologista Luana Araújo e sobre o presidente regional da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo; comparar as representações produzidas sobre ambos; caracterizar os imaginários sociodiscursivos engendrados a partir dessas representações.

A fim de cumprir tais intentos, a análise se dará sobre duas matérias publicadas pelo portal do Estado de Minas: *Infectologista Luana Araujo superou um câncer e se dedica à saúde pública* (Cruz, 2021), publicada pelo site em 3 de junho de 2021, após o depoimento da médica no dia anterior, 2 de junho, na CPI; e *CPI da COVID: presidente da Pfizer se emociona ao falar sobre as vacinas* (Muratori, 2021), divulgada em 13 de maio de 2021, mesma data do depoimento do presidente à CPI da Covid.

Para desenvolver a análise, retomaremos inicialmente as noções de contrato de comunicação, além de outros conceitos afins, e também as definições de representações sociais e imaginários socio-discursivos, tendo por base o aporte teórico sobre essas temáticas fornecido pelo linguista Patrick Charaudeau. Por fim, apresentamos, em seguida, a análise do *corpus*, constituído pelas duas reportagens.

O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Toda situação de comunicação depende de um quadro de referência, o qual estabelece determinadas limitações para a interação – mas não determina completamente o ato, visto que o sujeito ainda assim pode exercer o seu projeto de fala. Esse quadro de referência ao qual os interlocutores se reportam nas situações é, para Charaudeau (2007), o contrato de comunicação. No caso da comunicação midiática, o contrato envolve duas instâncias: a instância de produção midiática e a instância de recepção midiática. O acontecimento bruto e interpretado passa por um processo de transformação na instância de produção midiática e se torna a notícia, um acontecimento, portanto, construído. Essa notícia sofre um processo de interpretação na instância de recepção midiática, constituindo-se, a partir daí, o acontecimento interpretado. No caso da comunicação midiática, a instância de produção compreende diversos tipos de atores, e não somente o jornalista que assina a reportagem. Inclui-se, portanto, a direção da empresa e os editores responsáveis por cada editoria, por exemplo. Desse modo, o discurso midiático é “uma co-enunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação” (Charaudeau, 2007, p. 73).

A instância de recepção também é, segundo Charaudeau (2007), uma entidade compósita, que não pode ser tratada de maneira global. Essa instância se diferencia conforme o suporte de transmissão e sua identidade representa uma incógnita para a instância de produção, porque, mesmo que sejam feitas pesquisas para que seja conhecida, esses levantamentos “não deixam de ser hipóteses a respeito do público, que é heterogêneo e instável” (Charaudeau, 2007, p. 79). Essa instância se estabelece a partir de um destinatário alvo, que é aquele imaginado pela instância midiática, e por um receptor-público, que é a instância de consumo do produto.

Essa instância de recepção pode ainda ser abordada como um alvo intelectual ou como alvo afetivo. O primeiro “é considerado capaz de avaliar seu interesse com relação àquilo que lhe é proposto, à credibilidade que confere ao organismo que informa [...]. Um alvo intelectual é um alvo ao qual se atribui a capacidade de pensar” (Charaudeau, 2007, p. 80). O alvo afetivo, por sua vez, é aquele que faz avaliações não de modo racional, mas de forma inconsciente, com reações de ordem emocional. Para atingi-lo, a instância de produção midiática busca modos de atingir sua afetividade. Charaudeau (2007) afirma que, para isso, a instância de produção se baseia em categorias como o inesperado, o repetitivo, o insólito, o inaudito, o enorme, o trágico. A seguir, apresentamos a sistematização do contrato de comunicação midiática proposta por Patrick Charaudeau (2007):

Figura 1 – Contrato de comunicação midiática



Fonte: Charaudeau (2007, p. 114).

O contrato de comunicação depende de características próprias da situação de comunicação – os dados externos e dados internos – que são características discursivas decorrentes da situação de troca. Os primeiros (dados externos) compreendem: a condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo. Já os segundos tipos de dados englobam o espaço de locução, o espaço de relação e o espaço de tematização.

Em relação à condição de finalidade, destacamos que o contrato de comunicação midiática se estabelece em uma tensão entre duas visadas: a do fazer saber e a do fazer sentir. A primeira corresponde ao objetivo de efetivamente informar o cidadão sobre os acontecimentos do mundo, enquanto, pela segunda, a instância de produção “deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização” (Charaudeau, 2007, p. 92). O autor aponta ainda que, quanto mais as mídias se voltam para o fazer saber, menos atingem o grande público. E, ao contrário, quando tendem para o fazer sentir, menos credíveis são.

Quanto à condição de propósito, esta se refere à fragmentação semântica do mundo, que se volta “para o mundo para recortá-lo de uma maneira mais ou menos racional através das representações linguageiras e reconstruí-lo em categorias de sentido” (Charaudeau, 2007, p. 94). Reconhece-se, portanto, que os acontecimentos não são transmitidos à instância de recepção em seu estado bruto, mas dependem do olhar que a instância de produção (e também a de recepção) lança sobre eles. Na instância de produção,

no trabalho de ordenamento do sentido, acha-se um sujeito que tem uma dupla faculdade: a de perceber, através de uma experiência direta, ainda não conceitualizada, aquilo que os fenômenos têm de potencialmente estruturável em relação ao tempo e ao espaço [...]; e a faculdade de estruturar o mundo comentando-o (configuração) com auxílio da linguagem (Charaudeau, 2007, p. 98-99).

No processo de seleção daquilo que será transformado em notícia, segundo Charaudeau (2007, p. 101), “o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e de ‘imprevisibilidade’”. Esse acontecimento recebe, portanto, um tratamento no processo de transação que ocorre entre as diferentes instâncias envolvidas. A construção desse acontecimento consiste na categorização do mundo de acordo com as categorias de crença e de conhecimento, as quais serão abordadas no próximo tópico.

REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS

O contrato de informação midiático é marcado por duas visadas, a de fazer saber, a qual produz credibilidade, e a de fazer sentir, que satisfaz o princípio da emoção. A primeira visada, relativa à informação, consiste em fazer saber ao cidadão o que acontece ou aconteceu no mundo da vida social. Segundo Charaudeau (2007, p. 87), “a instância midiática tenta realizar essa visada através de dois tipos de atividade languageira: a descrição-narração, para reportar os fatos do mundo; e a explicação, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e consequências do surgimento desses fatos”. Em ambos os casos, há uma relação linguística intrínseca aos conceitos de verdadeiro e falso construídos por meio do discurso. A verdade, nesse ponto de vista, avalia-se por meio de um dizer. Charaudeau (2007) trata o assunto ao trazer algumas oposições, dentre elas, que o verdadeiro seria dizer o que é exato e o falso seria dizer o erro. No discurso de informação, não se trata da verdade em si, mas de uma verdade ligada à maneira de reportar os fatos, ou seja, às condições de veracidade. Tornar verossímil é “tentar fazer crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável, apresentando-se o dito como o mais fiel possível ao fato tal como se realizou” (Charaudeau, 2007, p. 89), uma vez que a mídia, por meio da visada de informação, busca constantemente a credibilidade.

Sabe-se que a linguagem não é neutra, a sua manifestação é condicionada ideologicamente. Para Charaudeau (2018), o processo de ideologização produz uma simbolização do social, portanto, o linguista aborda essa questão a partir da noção de representação social, um fenômeno cognitivo-discursivo, o qual engendra sistemas de saber, que podem ser classificados em saberes de conhecimento e saberes de crença. Os saberes de conhecimento buscam estabelecer uma verdade sobre os acontecimentos do mundo, participam de uma razão científica, que são confirmados por meio de fiadores (informática, estatística, cartografia, instrumentos de visualização etc.), ou seja, são dados que fogem da singularidade do sujeito, estando atrelados a um saber comprovado cientificamente. Já os saberes de crença são aqueles aos quais são atribuídos valores mais subjetivos, são procedentes de um movimento de avaliação, na qual pode intervir tanto a razão como a emoção. Ambos os saberes estruturam as representações sociais, as quais são constituídas pelo “conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidos e partilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo a respeito de um dado objeto social” (Charaudeau, 2018, p. 196).

Destaca-se que para o pesquisador (2018) à medida que os saberes de conhecimento e de crença, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, fala-se em “imaginários”. E, como são identificados por enunciados linguageiros, semanticamente agrupáveis, são chamados “imaginários discursivos”. Por circularem no interior de grupos sociais, constituindo-se em normas de referência por seus membros, são conceituados como “imaginários sociodiscursivos”.

Os imaginários procedem de uma dupla relação: a que o homem mantém com o mundo por meio da sua experiência e a que estabelece com os demais, a partir de uma vivência particular. Os imaginários sociodiscursivos circulam em um espaço de interdiscursividade, dando testemunho de identidades coletivas, e frequentemente constroem um arquétipo coletivo inconsciente.

Conforme Charaudeau, tais imaginários são frequentemente instrumentalizados com fins de persuasão.

Considerando que há, então, um processo de seleção daquilo que é notícia e de construção do acontecimento com base no contrato de comunicação e nas categorias acima expostas, passaremos agora à descrição de como se deu a seleção do *corpus* e também a uma breve apresentação sobre a CPI da Covid e do jornal *Estado de Minas*. Em seguida, desenvolveremos a análise das matérias tendo em vista o conceito de contrato de informação midiático e as representações sociais construídas da médica infectologista Luana Araújo e do presidente da Pfizer, Carlos Murillo, em matérias publicadas pelo portal do jornal *Estado de Minas*.

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

As duas notícias selecionadas para análise neste trabalho envolvem depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado Federal: a médica Luana Araújo, que depôs na Comissão no dia 2 de junho de 2021, e o presidente da Pfizer, Carlos Murillo, ouvido em 13 de maio de 2021. Assim, apresentamos uma breve contextualização sobre a CPI e, em seguida, sobre o jornal *Estado de Minas*, portal no qual as matérias escolhidas para análise foram divulgadas.

A CPI foi instaurada no dia 27 de abril de 2021, com prazo inicial de duração de 90 dias e previsão de encerramento para 7 de agosto de 2021, devido às sérias denúncias contra a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. De acordo com informações do site do Senado Federal, a Comissão tem a finalidade de

apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas

com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos (CPI [...], [2021])¹⁸.

A médica infectologista Luana Araújo, que aparece em uma das matérias analisadas neste trabalho, foi convocada para depor pelo senador Alessandro Araújo para “esclarecer as razões que a levaram a pedir exoneração do cargo de secretária de enfrentamento à Covid no Ministério da Saúde após apenas uma semana de trabalho na Pasta” (Brasil, 2021a)¹⁹. Já o presidente da Pfizer foi chamado à CPI pelos senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho ainda em abril, junto a outros representantes de empresas produtoras de vacinas contra covid-19 para que os parlamentares pudessem “avaliar a questão dos registros e das compras de vacinas com a profundidade que merecem” (Brasil, 2021b)²⁰.

A escolha do *corpus* ocorreu devido ao destaque que a CPI da Covid conquistou na mídia, por meio dos depoimentos de representantes políticos dos governos Federal, Estadual ou Municipal e também de especialistas da área da saúde, como médicos, cientistas, presidentes, diretores, trabalhadores de laboratórios, além de agências de saúde, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os quais abordaram questões relativas à conduta do Governo Federal no enfrentamento à pandemia. A repercussão das declarações e testemunhos dos depoentes são evidenciados tanto nas mídias televisivas e digitais quanto impressas.

18 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 30 jun. 2021.

19 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8973382>. Acesso em: 30 jun. 2021.

20 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8959652>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Desse modo, os depoimentos da médica Luana Araújo e do presidente da Pfizer no Brasil tiveram destaque na imprensa. As matérias sobre a infectologista ressaltavam, por exemplo, trechos do depoimento da médica (Os principais [...], 2021)²¹, como as críticas ao uso ineficaz de cloroquina, e também mostravam o crescimento do seu alcance nas redes sociais (Após [...], 2021)²²: ela chegou aos *trending topics* do *Twitter* e, de 9.000 seguidores no *Instagram*, passou para mais de 225 mil dois dias após o depoimento.

Além disso, encontramos textos que falavam sobre uma “beleza” da médica, chamando-a de “musa” da CPI, e matérias com detalhes da vida pessoal da infectologista. Diante disso, optamos por analisar a representação social da mulher a partir da construção discursiva da imagem de Luana Araújo em um desses textos, relacionando-a com os imaginários sociodiscursivos. Para fins de comparação, selecionamos também uma notícia sobre um depoente homem, neste caso, o presidente da Pfizer no Brasil, Carlos Murillo, cujos trechos também destacavam partes do depoimento, como a afirmação de que o Governo Federal negou pelo menos seis ofertas de vacinas (Mattos; Garcia; Resende, 2021)²³ – vale ressaltar que, no caso de Carlos Murillo, não encontramos textos com detalhes de sua vida pessoal, ao contrário do que verificamos para Luana Araújo.

As reportagens escolhidas para análise foram publicadas pelo portal *Estado de Minas*, cujo slogan é “O Grande Jornal dos Mineiros”. A versão impressa foi lançada em 1928 e permanece em circulação, mesmo com a versão *web* – o jornal foi o primeiro do país a prover acesso à internet e o segundo a publicar suas páginas na

21 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-principais-pontos-do-depoimento-de-luana-ara%C3%BAjo-%C3%A0-cpi-da-pandemia/a-57764153>. Acesso em: 30 jun. 2021.

22 Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/apos-ida-a-cpi-infectologista-luana-araujo-tem-salto-nas-redes/186127/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

23 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/13/executivo-da-pfizer-revela-a-cpi-seis-ofertas-de-vacina-e-presenca-de-carlos-bolsonaro-em-reuniao.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2021.

rede mundial de computadores. O *Estado de Minas* integra o terceiro maior conglomerado de mídia no Brasil, os Diários Associados, fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand em 1924 e do qual fazem parte também outros veículos de comunicação com atuação em diferentes estados do país – como emissoras de televisão (*TV Alterosa*, em Minas Gerais), jornais impressos (entre os quais está o *Correio Braziliense*, em Brasília) e portais na internet, como o *Portal UAI*, em Minas Gerais. De acordo com dados do *Google Analytics*, o portal do *Estado de Minas* tem 12 milhões de acessos mensais.

Na ausência de informações no site do *Estado de Minas*, acessamos a página do jornal no *Facebook*, na qual encontramos o seguinte texto:

O Estado de Minas é um dos mais importantes jornais do país, editado pelos Diários Associados desde 7 de março de 1928. Ao longo dos anos em que tem estampado os fatos mais relevantes que marcam a vida do povo mineiro, o jornal consolida sua marca em Minas Gerais. Isso porque o Estado de Minas é um jornal que se transforma de leitor a leitor, que exhibe, retrata, comenta e perpetua uma história que não só impacta o cotidiano das pessoas, mas que é desenhada por elas (Estado de Minas, [2021?])²⁴.

O Estado de Minas trabalha com linhas editoriais específicas, que abarcam uma grande variedade de assuntos – não é, portanto, um veículo segmentado –, cobrindo, no site, Política, Economia, Esportes, Cidades, Cultura, Brasil e Mundo. Após essa breve apresentação sobre o corpus selecionado – incluindo informações sobre a CPI da Covid, dos personagens das matérias analisadas e do portal no qual foram publicadas as notícias –, partiremos agora para a análise do material, tendo em vista os elementos teórico-metodológicos já apresentados: contrato de comunicação midiática, representações sociais e imaginários sociodiscursivos.

ANÁLISE: O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

O contrato de comunicação se constitui de dados externos e dados internos. Os primeiros compreendem: a condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo. Já os segundos tipos de dados englobam o espaço de locução, o espaço de relação e o espaço de tematização. Especifiquemos, então, diante do nosso objeto de análise – a reportagem *Infectologista Luana Araujo superou um câncer e se dedica à saúde pública* (Cruz, 2021) –, tais categorias.

Em relação à identidade, as duas matérias aqui analisadas (*Infectologista Luana Araujo superou um câncer e se dedica à saúde pública* e *CPI da COVID: presidente da Pfizer se emociona ao falar sobre as vacinas*) foram divulgadas pelo portal do jornal Estado de Minas na internet, de tal modo que a instância de recepção se constitui, portanto, de leitores do site – há portais de notícias que disponibilizam as pesquisas sobre o perfil dos leitores (com informações sobre faixa etária, classe social e escolaridade, por exemplo), mas, no caso do Estado de Minas, essa informação não foi encontrada.

O texto sobre Luana Araújo foi publicado em 3 de junho de 2021 e a divulgação da notícia sobre Carlos Murillo ocorreu em 13 de maio de 2021. Embora as matérias sejam assinadas pelos jornalistas Márcia Maria Cruz e Matheus Muratori, respectivamente, o processo de transformação do acontecimento bruto e interpretado em notícia, um acontecimento construído, é desenvolvido por toda uma instância de produção midiática, a qual engloba, por exemplo, a direção da empresa jornalística e outros integrantes da hierarquia da organização, como editores e revisores. Assim, o fato de as matérias serem assinadas por jornalistas não retira a responsabilidade enunciativa do jornal, uma vez que o profissional é parte constitutiva desse meio

de comunicação, ou seja, fala a partir do viés ideológico emanado pelo jornal e representa a instância de comunicação jornalística.

Para Charaudeau, o sujeito que enuncia não é totalmente livre para tematizar seu discurso, de tal modo que contrato de comunicação e projeto de fala se complementam, “trazendo um, seu quadro de restrições situacionais e discursivas, outro, desdobrando-se num espaço de estratégia, o que faz com que todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada” (Charaudeau, 2007, p. 71), ou seja, o jornalista encontra-se submetido a condicionantes ideológicos do jornal, revista ou outro meio de comunicação para o qual trabalha. Assim, seu ato de linguagem é submetido a determinadas restrições, não sendo o jornalista, portanto, o único que detém a responsabilidade enunciativa pelo que é publicado na mídia, uma vez que se encontra sobre-determinado pela empresa.

Já o dispositivo se constitui por meio de um veículo de jornalismo on-line, cujas matérias podem ser lidas em variados meios, como computadores, *smartphones* ou *tablets* – desde que com acesso à internet –, as quais são exibidas nas páginas *web* do veículo, com o uso de determinadas fontes tipográficas (e suas variações de tipos, tamanhos, cores e estilos) e também com determinada estrutura de apresentação na página (o que se compreende por diagramação na mídia impressa) e ainda com o auxílio de elementos multimídia, como fotografias, vídeos, *hiperlinks*, tabelas, gráficos e infográficos.

As matérias analisadas neste trabalho, além do texto, trazem fotos de Luana Araújo e Carlos Murillo. No caso da médica, a fotografia presente na notícia, de seu rosto, é do acervo pessoal da profissional – não há fotos do momento em que prestou depoimento à CPI –, e para Carlos Murillo a foto é uma captura de tela realizada da TV Senado durante seu depoimento à CPI. Essa seleção de fotos indicia a construção discursivas da imagem de cada um dos convidados,

de modo a suscitar imaginários sociodiscursivos que apresentam a mulher com base em sua aparência em primeiro plano, ao passo que o homem é apresentado no contexto da situação comunicativa, isto é, depoimento à CPI. Embora ambos estivessem cumprindo a mesma função no espaço da CPI, a instância de produção conduz diferentemente as notícias. Dessa forma, observa-se um direcionamento de cada uma das notícias pautado numa perspectiva sexista, pontos que serão retomados na análise mais adiante.

Figura 2 – Luana Araújo e Carlos Murillo



Fonte: capturas de telas realizadas pelas autoras na página do jornal *Estado de Minas em Mendonça* (2021) e *Muratori* (2021).

Em relação à finalidade, as duas matérias se encontram na tensão entre as visadas de fazer saber e de fazer sentir. No caso da reportagem sobre Luana Araújo, intitulada *Infectologista Luana Araujo superou um câncer e se dedica à saúde pública*, é importante conhecer o perfil acadêmico e profissional da médica que depôs à CPI – afinal, ela quase chegou a ser nomeada para atuar no Ministério da Saúde –, o que se enquadra na categoria de “fazer saber”. No entanto, também há elementos no texto que apontam uma abordagem prioritariamente afetiva da instância de recepção.

Por meio dessa abordagem, a matéria busca, também, atrair os novos seguidores de Luana Araújo no *Instagram* e que a levaram aos *trending topics* do *Twitter*, mobilizando suas emoções e afetividade, baseando-se, além da informação, “nos apelos emocionais

que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crença que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório” (Charaudeau, 2007, p. 92), remetendo, portanto, aos imaginários sociodiscursivos.

Em relação a esse “fazer sentir”, sobre o qual a matéria prioritariamente se apoia, podemos observar que, logo no título, o texto já traz que a médica “superou um câncer”, o que pode mobilizar na instância de recepção diversos sentimentos, como de compaixão e empatia, aproximando o leitor – afinal, também é humano e passível de adoecer. Além disso, ao longo de toda a reportagem – que destaca a inteligência “acima da média” da infectologista, a dedicação à saúde pública, o talento para a música, a adoção de uma cadela que estava debilitada devido à fome – também se evoca o “fazer sentir” de admiração dessas características de Luana Araújo, representada como uma mulher excepcional – o que será abordado mais à frente neste trabalho, na análise das representações sociais.

A matéria *CPI da COVID: presidente da Pfizer se emociona ao falar sobre as vacinas*, veiculada pelo jornal Estado de Minas, está atrelada à situação de comunicação midiática, estabelecendo, assim, um contrato de comunicação entre a instância de produção (Estado de Minas) e a instância de recepção (leitor digital). Desse modo, a informação divulgada é um objeto totalmente mediado, que traz como acontecimento bruto o depoimento de Carlos Murillo à CPI da Covid-19 e, como acontecimento interpretado, tem-se a figura do diretor da Pfizer, que está à frente de uma operação de fabricação de vacinas que fornecerá milhões de doses ao Brasil.

A partir dos conceitos de alvo intelectual e alvo afetivo, apresentados no aporte teórico deste trabalho, percebemos que a reportagem se constrói principalmente no campo intelectual, pois traz informações referentes às doses da vacina Pfizer que serão fornecidas ao país, apresentadas por Carlos Murillo em seu depoimento à CPI. Ressalta-se que a instância de produção, ao construir

a matéria, projeta um interesse do sujeito alvo da informação, ou seja, o que motiva esse leitor a buscar tal informação.

Conforme Charaudeau, tal busca é desencadeada a fim de uma orientação de conduta, que pode ocorrer em três domínios: “da organização da vida política e econômica do país, o da organização de atividades sociais diversas [...], o das práticas cotidianas para as quais o sujeito necessita de informações de ordem factual” (Charaudeau, 2007, p. 80). A matéria em questão está vinculada ao primeiro domínio, ou seja, da organização da vida política e econômica do país, uma vez que a instância produtora projeta o interesse do leitor ao considerar a situação atual vivenciada no país, em razão da pandemia causada pelo vírus da covid-19, com alto número de infectados e vítimas fatais por todo o Brasil, e pressupõe ainda, a ansia da sociedade pela imunização. A instância de produção, portanto, desenvolve a reportagem dando ênfase aos números que foram acordados por meio de contrato – traz uma informação do campo da política de saúde pública nacional a partir de um depoimento prestado à CPI, pelo representante da Pfizer.

No processo de seleção daquilo que será transformado em notícia, segundo Charaudeau (2007, p. 101), “o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e de ‘imprevisibilidade’”. Assim, diante da atualidade da proeminência – e também imprevisível, repentina, ocorrida logo após ou mesmo durante sua participação na CPI – de Luana Araújo nas redes sociais, ela se tornou pauta dos meios de comunicação – a matéria aqui analisada foi publicada logo no dia seguinte à participação dela na sessão da CPI, na editoria “Nacional”. Também a atualidade do depoimento de Carlos Murillo motivou a publicação da matéria sobre a sua fala à Comissão – que foi divulgada no mesmo dia do depoimento, na editoria de Política do portal *Estado de Minas*, demonstrando seu potencial de “socialidade”.

Charaudeau (2007) descreve que, ligado ao potencial de atualidade, está um outro, de proximidade. No caso da médica,

além de estar relacionada a uma temática que afeta todo o país – tendo em vista que a profissional depôs à CPI da Covid –, ela é moradora de Nova Lima, cidade vizinha a Belo Horizonte, município no qual está a redação do jornal Estado de Minas e, possivelmente, grande parte de seus leitores.

Para Charaudeau,

para que um acontecimento possa ser apreendido é necessário que se produza uma modificação no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja percebida por sujeitos [...] num efeito de ‘saliência’, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de ‘pregnância’ (Charaudeau, 2007, p. 99-100).

Assim, a partir das participações de Luana Araújo e Carlos Murillo na comissão, houve, portanto, uma ruptura no mundo fenomenal, no estado normal das coisas. Essa alteração foi percebida pelos sujeitos da instância de produção jornalística, cuja percepção se desdobrou por meio de uma rede de significações sociais estabelecidas nas matérias publicadas sobre a infectologista e sobre o presidente.

O acontecimento bruto da participação da infectologista na comissão, por meio do contrato de comunicação midiático estabelecido entre as diferentes instâncias envolvidas, se tornou um acontecimento construído. O assunto do conteúdo construído sobre a médica, indicado no sobretítulo da matéria, foi intitulado “Perfil”. Segundo Charaudeau (2007), em sua descrição da tipologia dos gêneros jornalísticos, o perfil se localiza “na zona de ‘acontecimento relatado’, mas integrando elementos de comentário mais ou menos explícitos” (Charaudeau, 2007, p. 209), daí que se encontre entre um acontecimento relatado e um acontecimento comentado.

Como um perfil, o texto aqui analisado traz detalhes da vida pessoal e profissional da médica Luana Araújo. No jornalismo,

perfil significa enfoque na pessoa – seja uma celebridade, seja um tipo popular, mas sempre o focalizado é o protagonista de uma história: sua própria vida. Diante desse herói (ou anti-herói), o repórter tem, via de regra, dois tipos de comportamento: ou mantém-se distante, deixando que o focalizado se pronuncie, ou compartilha com ele um determinado momento e passa ao leitor essa experiência (Ferrari; Sodré, 1986, p. 126).

Ainda para os mesmos autores, os perfis são escritos sobre pessoas que têm alguma relevância social.

Nem sempre temos diante de nós personalidades tão surpreendentes. É o caso, por exemplo, de celebridades que se inscrevem em categorias: esportistas, cantores, milionários, princesas etc. A menos que se salientem por outro traço qualquer, o normal será enfatizar, no perfil, justamente aquilo que lhe deu fama (Ferrari; Sodré, 1986, p. 134).

Luana Araújo não se inscrevia nas categorias que já tinham certa fama (como descrevem os autores: de esportistas, cantores etc.), mas obteve saliência após a participação na CPI, o que rendeu a ela um aumento do alcance nas redes sociais e a notícia, acontecimento construído, do seu perfil publicado pelo Estado de Minas. Assim, destacamos que os fatos não são transmitidos à instância de recepção em seu estado bruto, mas dependem do olhar que a instância de produção (e também a de recepção) lança sobre tais acontecimentos. Embora a médica tenha ganhado notoriedade após participar da CPI da Covid expondo seus conhecimentos científicos, o texto explora elementos da vida pessoal da infectologista – de tal modo que Luana Araújo é tida como celebridade, como mostra a primeira frase da matéria: “A infectologista Luana Araújo tornou-se celebridade depois do depoimento contundente dado à CPI da COVID-19” (Cruz, 2021). No próximo tópico deste trabalho, vamos abordar quais são as representações sociais identificadas no perfil da médica elaborado pelo jornal.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – LUANA ARAÚJO

Como afirma Charaudeau (2007, p. 115), “é o contrato de comunicação midiática que gera um espaço público de informação”. Assim, os grupos sociais, além de agir, julgam comportamentos, por meio das representações presentes nas matérias. Essas representações organizam valores, exibem as características comportamentais do grupo a fim de obter visibilidade e encarnam valores dominantes em determinadas figuras.

Desse modo, afirma Charaudeau (2007), não há então uma oposição fixa entre o público e o privado, mas um movimento de interação constante. Na matéria sobre a infectologista Luana Araújo, tal contrato pode ser percebido por meio do trecho “Quando se entra no universo particular de Luana”, o qual demonstra a divulgação, na reportagem, de diversos aspectos da vida “privada” da médica – embora alguns desses episódios (como o fato de ela ter concluído o ensino médio aos 15 anos) já tivessem sido mencionados por ela na CPI ou ainda expostos publicamente em seu perfil no Instagram. Assim, a matéria, que poderia se deter, por exemplo, à vida profissional da infectologista, traz também informações como o estado civil e sobre o animal de estimação de Luana Araújo.

Uma das representações da médica presente no texto é de uma “mulher forte” – e, como afirma Charaudeau (2007, p. 48), “são as palavras que apontam para as representações”. Assim, essa representação de Luana Araújo pode também ser identificada a partir de alguns outros enunciados presentes no texto, como: “tratou de maneira firme o assunto”, “apresentou uma defesa enfática da ciência”, “conhecimento técnico, a assertividade [...] chamaram a atenção”, “A frase de maior contundência [da médica]” e “Quando se entra no universo particular de Luana, encontramos uma mulher forte”.

Essa representação presente na reportagem vai, de certa forma, em direção contrária à representação social presente no imaginário sociodiscursivo de que as mulheres são o “sexo frágil”, são dependentes dos homens, precisam de proteção, de um companheiro, de um casamento. Na matéria, porém, a representação da infectologista como uma mulher forte se apresenta no imaginário sociodiscursivo que concebe o ser mulher como guerreira, como aquela que enfrenta e resiste às opressões que se impõem e que também tem múltiplas jornadas de trabalho. Embora seja algo que confronte o “ser frágil”, a representação como “guerreira” comumente minimiza as sobrecargas mental e física que recaem sobre a mulher, o que implica um olhar com ressalva à construção discursiva da matéria.

Se, por um lado, quando os personagens das matérias são homens, há uma representação destes diretamente ligada ao trabalho que desenvolvem, como profissionais e competentes (o que se vê, inclusive, na notícia sobre Carlos Murillo também analisada neste trabalho), no caso da mulher – conforme demonstra o trecho “Quando se entra no universo particular de Luana, encontramos uma mulher forte, que divide a vida entre algumas paixões: a música, em especial o jazz, em que apresenta como fã de Nina Simone; a medicina, em especial ao campo da saúde pública; e aos animais, com cuidado a Nana, cadela resgatada por ela” –, a medicina, que é o trabalho de Luana Araújo, é colocada em um patamar de igualdade com as demais “paixões” (que se encontram em um âmbito da vida pessoal) e é também somente uma paixão, o que desvaloriza sua atuação profissional.

Além disso, é possível observar, no enunciado reproduzido acima, que a médica é apresentada como uma mulher que tem “paixões”: pelos animais, pela música, pela medicina. Em sua própria fala, Luana Araújo afirma que aceitou o cargo no Ministério da Saúde devido à “Possibilidade de ajudar”, o que retira sua atuação de um âmbito profissional, tal como uma atividade desenvolvida com

base em seu conhecimento científico em troca de uma remuneração, e a coloca como um trabalho que representa uma “ajuda” ao país, que precisava, então, da doação, do cuidado dessa mulher. Assim, esses dois aspectos evidenciados (da “paixão” e da “ajuda”) podem estar associados ao imaginário da mulher como um ser mais sentimental do que o homem.

Também nesse sentido, a reportagem traz que Luana Araújo resgatou uma cadela das ruas (“bastante debilitada devido à fome”) e que “outra paixão demonstrada inclui animais, tanto gatos como ou cachorros”. Desse modo, mais uma vez, a reportagem retoma a representação de uma mulher que ama e cuida dos animais. A partir da leitura do texto, depreende-se que a infectologista não tem filhos – porque, se tivesse, certamente essa informação seria incluída na matéria –, no entanto, ao destacar o fato de que Luana Araújo cuida dos animais, a notícia remete, assim, a um imaginário da mulher maternal, de cuidadora responsável por outros seres.

Entre as “paixões” da profissional listadas pela matéria também está a música, mas um tipo muito específico de música e pouco popular no país: “em especial o jazz”, é “fã de Nina Simone”. A infectologista também toca piano, é “cantora e pianista de formação clássica” e estudou na Áustria. Considerando esses elementos, aliados à própria profissão de Luana Araújo (é médica, uma profissão de *status* no Brasil), é possível perceber que, embora ela seja uma mulher “forte”, o imaginário ao qual se associam essas representações é de uma mulher refinada.

Apesar de apontar a médica como uma mulher com características de firmeza e contundência, forte em seus posicionamentos, o texto traz ainda elementos que representam Luana Araújo como uma mulher com traços ligados à sensibilidade. Assim, a matéria parece buscar um equilíbrio entre esses dois imaginários sobre a mulher. Afinal, em um imaginário sociodiscursivo, a mulher forte é também autoritária, brava e descontrolada. Porém a representação

da infectologista com traços de refinamento, de cuidado, que tem “paixões”, suaviza esse primeiro aspecto apresentado. Por outro lado, a mulher totalmente “frágil” não se impõe, é submissa, mas a representação de Luana Araújo com características de “firmeza”, também não permite remeter somente a esse imaginário.

Entre os aspectos da vida pessoal da médica que a matéria apresenta estão informações sobre quem é o seu companheiro, de tal modo que cabe questionar se uma notícia sobre um médico – homem – infectologista que atuou no Ministério da Saúde traria esse mesmo tipo de informação – mesmo que o texto se constitua como um perfil de Luana Araújo, ela tem vários outros elementos relativos à sua carreira profissional a serem destacados no perfil. Assim, a presença dessa informação no texto remete ao imaginário que vê a mulher como necessariamente dependente da relação com um homem.

Segundo o texto, “conhecimento técnico, a assertividade e também a beleza da médica chamaram atenção”, portanto, compreende-se que esses elementos fogem ao imaginário sociodiscursivo estabelecido – a médica destoa do esperado de uma mulher ao reunir todas essas três características e, portanto, são elementos que “chamam a atenção” e motivaram a produção da matéria. Em relação à formação e aos estudos, Luana Araújo é representada também como uma mulher de destaque (“aprendeu a ler e a escrever sozinha, aos 2 anos de idade, concluiu o ensino médio aos 15 anos”), com “inteligência acima da média” (“ingressou em um dos melhores cursos de medicina do Brasil, e foi a primeira brasileira a receber uma bolsa [...] da Universidade Johns Hopkins”). Assim, Luana Araújo é representada como uma mulher excepcional, que se destaca diante do imaginário sociodiscursivo que se tem das mulheres.

As representações da médica se dão principalmente por meio dos saberes de crenças – aqueles que “resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas, sim,

através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele” (Charaudeau, 2007, p. 45). No caso do perfil de Luana Araújo, podemos observar a presença desses saberes de crenças em alguns comentários que apresentam adjetivos relacionados à médica, como em “tem carreira de destaque internacional”, “depoimento contundente”, “assertividade e também a beleza da médica chamaram a atenção”, “inteligência acima da média”.

Vimos, em relação ao contrato midiático, que o texto se constitui tendo em vista principalmente um alvo afetivo. Segundo Charaudeau (2007), para atingir essa afetividade, a instância midiática se baseia em categorias como o inesperado, o repetitivo, o insólito, o inaudito, o enorme e o trágico. Nesse sentido, é possível observar que Luana Araújo corresponde, de certa forma, à categoria do insólito – “que transgride as normas sociais de comportamento dos seres vivendo numa coletividade que pretende ser racionalmente organizada” (Charaudeau, 2007, p. 82) – e se torna, por isso, notícia. O fato de ascender profissionalmente e ter destaque profissional não estariam atrelados ao imaginário sociodiscursivo em torno das mulheres, o qual é fundado em condições socio-históricas sexistas que limitam os papéis sociais dos gêneros.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – CARLOS MURILLO

A matéria *CPI da COVID: presidente da Pfizer se emociona ao falar sobre as vacinas*, publicada em 13 de maio 2021 no portal *Estado de Minas*, na editoria Política, escrita por Matheus Muratori, aborda o depoimento de Carlos Murillo, presidente regional da Pfizer na América Latina e ex-presidente da companhia no Brasil, à CPI da Covid no Senado Federal. Conforme a reportagem, Carlos Murillo

foi convocado porque havia suspeita de que o Governo Federal não teria respondido aos contatos efetuados pela empresa Pfizer, havendo uma demora para a compra dos imunizantes.

A partir da reportagem citada, buscaremos responder ao questionamento de como é construído discursivamente o gênero masculino no discurso jornalístico. Nosso objetivo é analisar os elementos discursivos constitutivos do gênero masculino no discurso jornalístico a partir de uma perspectiva da Análise Semiolinguística do Discurso, em que os conceitos trabalhados serão os de representações sociais, imaginários sociodiscursivos e saberes de conhecimento, propostos por Patrick Charaudeau.

Carlos Murillo é apresentado na reportagem a partir do cargo que ocupa, ou seja, presidente regional da Pfizer na América Latina e ex-presidente da companhia no Brasil. Assim, é uma pessoa que detém conhecimento técnico para tal posto e que foi chamado à CPI porque também possui conhecimento necessário acerca do acordo contratual entre a empresa e o Governo Federal, que é ponto de investigação da CPI da Covid-19. A matéria se constrói pela narrativa do depoimento de Carlos Murillo, cujo modo de apresentação dos fatos é a reprodução das falas do presidente da Pfizer. A visada de informação recupera as falas de Carlos Murillo a fim de gerar credibilidade na instância receptora, tendo por base uma suposta reconstituição do depoimento, o que provoca um efeito de sentido de verdade ao fato narrado ao tentar apresentar com certa fidelidade as falas do depoente.

A partir do conceito da visada de fazer saber, Murillo representa aquele que poderá esclarecer à CPI da Covid fatos relativos ao fechamento de contrato das vacinas entre a empresa Pfizer e o Governo Federal, ou seja, traz a informação para a instância receptora, por meio da instância midiática. Verificamos que a matéria transcreve a fala de Carlos Murillo, conforme a seguinte passagem: "Assinamos nosso contrato de fornecimento da vacina ao Brasil por

100 milhões de doses. Prevê entrega de 13,5 milhões de doses no segundo trimestre e mais 86 milhões no terceiro trimestre”, ou seja, há a informação da entrega dos imunizantes que, a partir do plano macro de enunciação, caracterizado pelo contexto de pandemia no Brasil, gera a credibilidade na instância receptora.

Tal sensação é construída na matéria a partir dos elementos da pessoa de quem enuncia, ou seja, um homem que ocupa o cargo de presidente regional da Pfizer na América Latina e ex-presidente da companhia no Brasil, logo, pela posição de destaque dentro de uma instituição, e pelo lugar da enunciação, que ocorre em uma CPI, na qual fazer uma afirmação falsa configura crime, portanto, são fatores que legitimam a fala de Carlos Murillo e geram na instância receptora credibilidade.

O ato enunciativo abordado nessa circunstância está atrelado ao fazer saber, mas também a um saber fazer, demonstrado no trecho que discorre que, embora o contrato de fornecimento previsse a entrega de 13,5 milhões de doses no segundo trimestre, a empresa será capaz de fornecer ao Brasil 15,5 milhões de doses, ou seja, um número maior do que o firmado para o período. Tal passagem é marcada ainda, por destacar que Carlos Murillo fez o pronunciamento com “voz embargada”. Considerando o conceito de imaginário social de Charaudeau, temos a imagem de que executivos são homens fortes, frios, agindo na posição de líderes, não acometidos no exercício da profissão por emoções, e sim por racionalidade, porém, a reportagem destaca que Carlos Murillo se emociona, mas não com qualquer assunto, e sim com a possibilidade de fornecer vacinas e salvar vidas.

Assim, a partir da representação social de homem competente, tem-se o imaginário sociodiscursivo da figura do “herói”, alguém que nutre nos cidadãos uma expectativa coletiva por “salvar” o país do vírus e, conseqüentemente, a vida de muitos brasileiros por meio do seu trabalho, ou seja, o fornecimento das vacinas, conforme no trecho transcrito:

‘Com satisfação e orgulho muito sentido que sei que hoje vamos conseguir vacinar com essa vacina quase metade da população do Brasil. Ainda temos muito a fazer, mas estamos convencidos que, juntos, continuando trabalhando, vamos conseguir sair exitosamente deste difícil momento para o Brasil e o mundo’, completou, emocionado, Carlos Murillo (Muratori, 2021).

Importante destacar que a reportagem trabalha com o saber de conhecimento, de tal modo que há a construção da imagem de Murillo além de uma subjetividade, baseada em uma razão objetiva. O título da matéria faz referência a um estado de emoção do presidente ao falar da vacina, um fato destacado, pois geralmente não é associada a homens a propriedade de expor seus sentimentos, qualidade socialmente atribuída às mulheres, como seres emocionais e mais sensíveis.

Desse modo, a notícia é construída sob o viés do fazer saber, da objetividade, a emoção é mobilizada brevemente no título, em uma passagem da reprodução da fala do presidente e no início da reportagem ao mencionar uma “voz embargada” de Murillo ao se referir à vacina, porém, a fala do representante da Pfizer é constituída de informações relativas a números acerca das doses que serão entregues ao país, traz, portanto, objetividade e conhecimento técnico acerca do assunto. A emoção é trabalhada na reportagem de modo a acionar o imaginário do herói, do homem que detém o poder de salvar a população por meio do exercício do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste capítulo era o de analisar a construção dos gêneros masculino e feminino no discurso midiático do portal *Estado de Minas*, em matérias publicadas sobre a CPI da Covid-19, instaurada pelo Senado Federal. Por meio da análise, pudemos

evidenciar como se deu essa construção em cada uma das duas matérias estudadas. Já um dos objetivos específicos foi o de analisar as matérias tendo em vista o conceito de contrato de comunicação midiática proposto por Charaudeau (2007). Guiando-nos por esse propósito, observamos que a matéria referente à infectologista Luana Araújo foi direcionada principalmente a um alvo afetivo, mobilizando um “fazer sentir”, enquanto no texto sobre o presidente da Pfizer, a instância de produção dirigiu-se prioritariamente a um alvo intelectual, por meio de um “fazer saber”. Cumprindo outro objetivo específico determinado, identificamos que as representações sociais construídas sobre a médica infectologista Luana Araújo se voltam a uma mulher assertiva, que tem um currículo de destaque e, como o próprio texto diz, é forte, mas que, ao mesmo tempo, é refinada, já enfrentou um câncer e cuida dos animais. Já em relação ao presidente regional da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, verificamos que é representado principalmente como um profissional competente, cujo trabalho trará vacinas para o Brasil. Comparando as representações produzidas sobre ambos – outro objetivo específico – vemos que a mulher tem diversas representações, que abrangem inclusive aspectos de sua vida pessoal, algo que não aparece na matéria cujo personagem é um homem – que é representado principalmente a partir de aspectos de sua atuação profissional.

Por fim, em relação ao último objetivo específico – de caracterizar os imaginários sociodiscursivos aos quais se ligam essas representações – vemos que Luana Araújo ora aparece relacionada ao imaginário de uma mulher forte e ora é associada ao imaginário da mulher frágil. Por suas características, ao unir beleza, assertividade e conhecimento, ela também foge do imaginário que se tem sobre ser mulher – e por isso se torna notícia. Carlos Murillo, por sua vez, cuja representação se dá a partir do cargo de destaque que ocupa na empresa Pfizer, desde o título da reportagem ao modo como é apresentado na matéria, remete aos imaginários de potência,

inteligência, sabedoria e comando, ou seja, evidencia a vida profissional de Murillo, enquanto o mesmo jornal traz uma reportagem que aborda, em especial, a vida e o “universo particular” de Luana Araújo. Ressalta-se também que a infectologista é tratada na maior parte da reportagem simplesmente como Luana, enquanto Carlos Murillo tem destaque como presidente da Pfizer.

Percebemos, portanto, a partir da análise de elementos e enunciados das reportagens abordadas, que ambas, publicadas pelo Estado de Minas a partir de depoimentos de dois profissionais prestados à CPI da Covid, foram construídas com enfoques diferentes em relação a cada um dos gêneros – o masculino é associado a força, competência e potência; enquanto o feminino, a beleza, a paixão pela música, animais e cuidado ao próximo, em cujos imaginários sociodiscursivos há a prevalência da mulher cuidadora, que se destaca pelo altruísmo e beleza física, enquanto o imaginário do homem se associa ao salvador, herói, que, por meio do seu trabalho, poderá ajudar o país a superar uma pandemia.

REFERÊNCIAS

APÓS ida a CPI, infectologista Luana Araújo tem salto nas redes sociais. **Folha de Pernambuco**, 2021. Disponível em: <https://www.folhade.com.br/politica/apos-ida-a-cpi-infectologista-luana-araujo-tem-salto-nas-redes/186127/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. CPI da Covid. Senado Federal. **Requerimento 00226/2021**. Registro em: 28 abr. 2021b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8959652>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. CPI da Covid. Senado Federal. **Requerimento 00638/2021**. Registro em: 25 maio 2021b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8973382>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018.

CPI da Pandemia. **Senado Federal**, [2021]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CRUZ, Márcia Maria. Infectologista Luana Araujo superou um câncer e se dedica à saúde pública. **Estado de Minas**, 04 jun. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/06/03/interna_nacional,1273288/infectologista-luana-araujo-superou-um-cancer-e-se-dedica-a-saude-publica.shtml. Acesso em: 21 jun. 2021.

ESTADO DE MINAS. Acerca de Estado de Minas. Belo Horizonte, [2021?]. **Facebook**: Estado de Minas. Disponível em: https://www.facebook.com/EstadodeMinas/about_details. Acesso em: 01 jul. 2021.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

MATTOS, Marcela; GARCIA, Gustavo; RESENDE, Sara. Executivo da Pfizer revela à CPI seis ofertas de vacina e presença de Carlos Bolsonaro em reunião. **G1**, 13 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/13/executivo-da-pfizer-revela-a-cpi-seis-ofertas-de-vacina-e-presenca-de-carlos-bolsonaro-em-reuniao.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MENDONÇA, Ana. Quem é Luana Araújo? Médica que depôs na CPI é cantora e musicista. **Estado de Minas**, 02 jun. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/02/interna_politica,1272998/quem-e-luana-araujo-medica-que-depos-na-cpi-e-cantora-e-musicista.shtml. Acesso em: 30 jun. 2021.

MURATORI, Matheus. CPI da COVID: presidente da Pfizer se emociona ao falar sobre as vacinas. **Estado de Minas**, 13 maio 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/13/interna_politica,1266236/cpi-da-covid-presidente-da-pfizer-se-emociona-ao-falar-sobre-as-vacinas.shtml. Acesso em: 21 jun. 2021.

OS PRINCIPAIS pontos do depoimento de Luana Araújo à CPI. **DW**, 020 jun. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-principais-pontos-do-depoimento-de-luana-ara%C3%BAjo-%C3%A0-cpi-da-pandemia/a-57764153>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, Luciana Soares da. **A mulher na política**: representação, gênero e violência no discurso jornalístico. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA E AUTORA

Luciana Soares da Silva

Doutora e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras, exercendo a docência no curso de Licenciatura em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFLA. É líder do grupo de pesquisa Discursos, representações sociais e Educação (DIRE), dedicando-se a pesquisas sobre Análise do Discurso, relações étnico-raciais, gênero e discurso pedagógico. Tem experiência docente na área da educação e de língua portuguesa, desde educação infantil e ensino fundamental até o ensino superior, tanto no âmbito governamental, na rede pública municipal de ensino de São Paulo, quanto em instituições filantrópicas e particulares.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1860731854087497>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5145-8503>

E-mail: luciana.silva@ufla.br

SOBRE AS AUTORAS

Ana Laura da Silva Corrêa

Mestra em Letras (2023 – linha de pesquisa: Objetos Culturais e Produção de Sentidos, Subárea: Análise do Discurso) pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pós-graduada em Revisão de Textos pela Universidade de Uberaba (Uniube), Graduada em Jornalismo pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em 2021, bolsista (2018 e 2019) em projetos de iniciação científica financiados pelo Programa de Apoio à Pesquisa (PAPq) da UEMG e voluntária (2020) no projeto de extensão Observatório Pluris – Mídia, Cidadania e Democracia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7963904078249554>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7511-8199>

E-mail: alaura.scl@gmail.com

Lidiane Reis Alves Pimenta

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), linha de pesquisa: Objetos Culturais e Produção de Sentidos, subárea: Análise do Discurso. Possui graduação em Letras – Português e Inglês pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (2007), especializações em Gestão Educacional (Administração Escolar, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar) pela Faculdade do Noroeste de Minas (2010) e em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2021). Membro do Grupo de Pesquisa Discursos, Representações Sociais e Educação (DIRE). Atualmente ocupa o cargo de Analista Educacional na Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso/Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7293130736105902>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6191-0700>

E-mail: lidianereis.pimenta@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

aborto 108, 110, 117, 118, 122, 123, 124
acumulação primitiva 122, 126
análise semiolinguística do discurso 151
ANDI 32, 49, 50

B

bancada feminina 92

C

Ciência Política 53, 87, 88
Comissão Parlamentar de Inquérito 14, 45, 129, 135
comunicação 12, 13, 14, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 40, 45, 46, 55, 58,
59, 61, 66, 67, 72, 73, 96, 97, 98, 113, 125, 129, 130,
131, 132, 135, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 154
Congresso Nacional 19, 27, 28, 75, 81, 94
conservadorismo 65, 94, 125
corpo 46, 118, 122, 126
corpus 52, 54, 59, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83, 85, 87,
88, 89, 91, 113, 130, 135, 136, 138
CPI 14, 45, 128, 129, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144,
145, 146, 150, 151, 152, 153, 155, 156
culpa 13, 51, 52, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87,
88, 89, 90, 91

D

denúncia 17, 87, 90, 91
desigualdade 11, 17, 21, 30, 47, 129
dignidade 72, 77, 79, 82, 83, 84, 88
discurso cristão 86
discurso midiático 14, 129, 130, 153
discurso político 48, 92, 126, 155

E

educação 9, 11, 53, 157, 158
ethé de identificação 63, 64, 65, 87
ethos de culpa 78
ethos de humanidade 80
ethos de solidariedade 82

F

fala 12, 16, 41, 45, 54, 56, 58, 60, 61, 66, 67, 69, 70, 73, 75, 97, 98,
119, 121, 130, 134, 140, 143, 147, 151, 152, 153
feminilidade 111, 123
feminismo 16, 17, 18, 47

G

gênero 11, 13, 14, 16, 17, 20, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 39, 44, 47, 50,
52, 53, 60, 91, 95, 121, 128, 129, 151, 156, 157

I

identidade 12, 17, 29, 31, 35, 44, 46, 48, 56, 61, 63, 66, 74, 75, 79,
83, 85, 98, 102, 131, 132, 139
imaginário 39, 43, 44, 46, 65, 75, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 89, 104,
105, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 147, 148, 149,
150, 152, 153, 154, 155
imaginário conservador 117, 122, 123
imaginário social 44, 75, 79, 81, 152
imaginários sociodiscursivos 12, 13, 14, 16, 30, 39, 40, 44, 46,
47, 52, 59, 62, 87, 91, 95, 102, 103, 104, 112, 123, 124,
129, 130, 134, 137, 138, 141, 142, 151, 154, 155

J

jornalístico 14, 34, 35, 37, 38, 50, 63, 112, 128, 151, 156
julgamento 41, 42, 43, 103
justiça social 21, 107

L

linguagem 12, 31, 32, 42, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 113, 119, 132, 134, 140

M

machista 46, 50, 89, 91

mídia 158

MMFDH 94, 113, 116

movimento feminista 16, 17, 19, 20, 21, 120, 123

mulheres 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 46, 47, 48, 49, 53, 86, 88, 90, 91, 93, 95, 96, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 129, 147, 149, 150, 153

mulheres na política 13, 17, 33, 34, 49

O

opressão 17, 29

P

patriarcado 123, 129

penitência 78, 91

poder 19, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 61, 63, 64, 68, 77, 85, 87, 88, 107, 108, 111, 118, 122, 153

R

religião 86, 89, 116

representação social 11, 13, 15, 39, 40, 101, 120, 134, 137, 147, 152

S

submissão 19, 46

sujeitos 12, 30, 31, 35, 38, 39, 46, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 72, 97, 98, 106, 144

T

tradição 101, 104, 105, 117, 118, 120, 121, 122

transformação 28, 30, 31, 96, 98, 99, 130, 139

V

violência 19, 50, 90, 91, 94, 109, 156

www.pimentacultural.com

AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NOS DISCURSOS POLÍTICO E MIDIÁTICO

